

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARTA RIBEIRO GRAVE

O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE:
O Local e o Global em Redes de Globalização Contra-hegemônicas

Montes Claros – MG
Maio / 2020

MARTA RIBEIRO GRAVE

O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE:

O Local e o Global em Redes de Globalização Contra-hegêmicas

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientador: Professor Dr. Antônio Dimas Cardoso

Montes Claros – MG
Maio / 2020

G775s Grave, Marta Ribeiro.
O sertão está em toda parte [manuscrito] : o local e o global em redes de globalização contra-hegemônicas / Marta Ribeiro Grave. – Montes Claros, 2020.
99 f. : il.

Bibliografia: f. 96-99.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso.

1. Globalização. 2. Cooperação internacional. 3. Desenvolvimento. I. Cardoso, Antônio Dimas. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: O local e o global em redes de globalização contra-hegemônicas.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

MARTA RIBEIRO GRAVE

O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE:

O Local e o Global em Redes de Globalização Contra-hegêmicas

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientador: Professor Dr. **ANTÔNIO DIMAS CARDOSO**

MEMBROS DA BANCA:

Professor Dr. Antônio Dimas Cardoso

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Professora Dr.^a Elsa Sousa Kraychete

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Montes Claros – MG

Maio / 2020



Figura 1. Solar dos Sertões, sede do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. **Fonte:** Indi Gouveia – Arquivo CAA-NM (2019).

O Gerais corre em volta.
Esse Gerais são sem tamanho.
Enfim, cada um o que quer aprova.
O Senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões...
O sertão está em toda parte.

João Guimarães Rosa.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, primeiro e sempre a ela, por achar, como escreveu Adélia Prado, “estudo a coisa mais fina do mundo. Não é. A coisa mais fina do mundo é o sentimento”. Se me aproximo de ser quem escolhi ser é porque ela me permitiu.

Ao professor Dimas, mestre não só no ofício de ensinar, mas também de acolher e impulsionar. Agradeço pela paciência, humildade, sensibilidade e confiança, tão raras na academia e, por isso, tão preciosas.

Ao CAA-NM, pelo muito que lá aprendi sobre o mundo, o Brasil, as organizações sociais, o desenvolvimento, as pessoas. E sobre mim.

Ao professor Rômulo e à professora Elsa, por prontamente terem atendido ao meu convite para participar da banca de defesa deste trabalho e por terem canalizado seu tempo e conhecimentos para avaliá-lo e melhorá-lo.

À Deborah, anja da guarda, pelo caminho bonito que fizemos juntas desde o primeiro final de tarde partilhado embaixo das árvores. Por me ensinar as coisas mais intangíveis, como só um compromisso feliz, recíproco e dedicado entre mulheres pode ensinar.

Ao Sébastien, pela benção de ter recebido, a caminho dos 30, o irmão mais velho que desejei na infância. Por termos descoberto, a quatro mãos e dois corações, o sentido mais humano e sensível do monitoramento, que é aquele que observa evoluções, avalia continuamente e se reposiciona rumo às mudanças sonhadas. Isso só se faz, entre amigos e a respeito da vida, com muito amor e reciprocidade.

À Germana, por saber que a dor e a delícia de viver podem ser interpretadas, choradas e celebradas no balcão de uma padaria. Por ser uma mulher forte e coerente que muito me inspira.

À Indi, por me ajudar a escolher os registros que ilustram este trabalho com a sensibilidade, ternura e disponibilidade que coloca em tudo, absolutamente tudo, o que faz.

Ao Bruno, pela vida partilhada, superada e concretizada, por me ver em potencial.

À Jaqueline, por ser leve e bonita como uma borboleta e me lembrar que as relações humanas, como a roça, se cultivam com zelo e constância.

À Maria João, pela descoberta de uma “portugalidade” nossa, revisitada, fertilizada pela experiência no sertão. Pelo doce de tomate e tudo o que ele significa.

Ao Lucas, por tantas impressões e conhecimentos construídos de forma muito solidária e aberta, desde sempre.

Aos professores, professoras e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, por enriquecerem, cada qual a seu jeito, esta minha experiência.

A todas e todos agradeço profunda e sinceramente.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta uma análise das relações de cooperação não governamental estabelecidas entre agências internacionais e organizações da sociedade civil brasileiras, a partir da parceria concretizada entre o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e suas parceiras estrangeiras mais longas e orgânicas, nomeadamente a MISEREOR, a PPM e a HEKS. Recorrendo à abordagem contra-hegemônica da globalização, conforme proposta por Boaventura de Sousa Santos, procura-se entender que retro influências são motivadas por estas parcerias, tanto ao nível local quanto global, considerando uma perspectiva histórica sobre a cooperação internacional no Brasil, a evolução e complexificação recente dos modelos de monitoramento e avaliação das agências e, ainda, as tendências do contexto político do país após a eleição de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Globalização; Cooperação Internacional; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This master's dissertation presents an analysis of the nongovernmental cooperation relations between international agencies and Brazilian civil society organizations, based on the partnership established between the Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) and its longer and most organic foreign partners, namely MISEREOR, PPM and HEKS. Referring to the counter-hegemonic approach to globalization, as proposed by Boaventura de Sousa Santos, this work seeks to understand what influences are motivated by these partnerships, both at the local and global levels, considering a historical perspective on international cooperation in Brazil, the recent evolution and complexification of the agencies' monitoring and evaluation models, and also the trends in the country's political context after the election of Jair Bolsonaro.

Keywords: Globalization; International Cooperation; Development.

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AICD – Agências Internacionais de Cooperação para o Desenvolvimento
ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BMZ – Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento)
CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CEBAS – Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CGU – Controladoria-Geral da União
CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTA – Centro de Tecnologias Alternativas
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMA – Fórum Mundial da Água
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEA – Grupo de Estudos Ambientais
GRH – Gestão de Recursos Hídricos
HEKS – Hilfswerk der Evangelischen Kirchen Schweiz (Organização de Ajuda das Igrejas Evangélicas Suíças)
IAF – Inter-American Foundation (Fundação Interamericana)
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITER/MG – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais

KoBra – Rede Cooperação Brasil

KZE – Katholische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe (Central Católica de Ajuda ao Desenvolvimento)

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OEDI – Orientada a Efeitos Diretos e Impacto

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAD – Processo de Articulação e Diálogo Internacional

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Planejamento, Monitoramento e Avaliação

PNB – Produto Nacional Bruto

PPM – Pão Para o Mundo

PT – Partido dos Trabalhadores

PTA – Projeto Tecnologia Alternativa

SCID – Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

SETAS – Secretaria de Trabalho e Assistência Social de Minas Gerais

SIGCAA – Sistema de Gestão do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Solar dos Sertões, sede do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais.pág. 05
- Figura 2.** *Lista suja 1989: os 12 maiores poluidores de Minas.* Manifestação contra o desmatamento do Cerrado, organizada pelo CAA-NM, FETAEMG, professores e estudantes da Unimontes, Grupo de Estudos Ambientais (GEA), movimento cultural, entre outros. pág. 21
- Figura 3.** *Cemitério de riquezas.* Atividade de panfletagem na Avenida João XXIII, em Montes Claros, no âmbito da manifestação contra o desmatamento do Cerrado.pág. 21
- Figura 4.** *Desafios locais e globais para a sociedade civil.* Seminário Internacional organizado pelo CAA-NM, na cidade de Montes Claros, no âmbito das atividades de comemoração dos seus 30 anos.pág. 43
- Figura 5.** *Construção da Teoria de Mudança Institucional.* Oficina que envolveu toda a equipe do CAA-NM com o objetivo de aprofundar a análise de problemas no campo de intervenção da organização e apoiar a definição de objetivos de longo e médio prazo.pág. 43
- Figura 6.** *Intercâmbio.* Comitativa composta por organizações não governamentais do Brasil (Minas Gerais e Bahia), de Honduras e da Alemanha visita comunidades rurais do município de Rio Pardo de Minas.pág. 71
- Figura 7.** *Agricultura Familiar em vez de Indústria Agrícola.* Coordenadora de Articulação Política do CAA-NM participa de 15 dias de atividades na Alemanha, no âmbito do “The Global Forum for Food and Agriculture”¹.pág. 71

¹ Fórum Global para a Alimentação e a Agricultura (tradução nossa).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – REDES GLOBAIS PARA O DESENVOLVIMENTO.....	21
1.1 Desenvolvimento e globalização: sinônimo ou atualização?	22
1.2 Contra-hegemonia: para além da globalização neoliberal.....	30
1.3 ONGs do Norte, ONGs do Sul e a cooperação alternativa.....	35
CAPÍTULO 2 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NÃO GOVERNAMENTAL	43
2.1 Institucionalização de articulações locais-globais	44
2.2 Monitoramento: entre a burocracia e a política	52
2.3 Desafios conjunturais à cooperação: de novo, e agora?	59
CAPÍTULO 3 – O GLOBAL E O LOCAL EM REDES DE GLOBALIZAÇÃO CONTRA HEGEMÔNICAS	71
3.1 Sentidos compartilhados, identidade e reconhecimento.....	73
3.2 O global opera localmente – e vice-versa.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

No campo das relações internacionais, o princípio da cooperação – isto é, da ajuda mútua – inspira a associação entre um conjunto bastante diverso de atores. A ação conjunta internacional é acordada em função de interesses semelhantes, convergentes, concretizando-se em diversas estruturas, tratados e mesmo em diferentes áreas de atuação. O estabelecimento de acordos de cooperação, assim como o envolvimento em organizações internacionais, é motivado, entre outros, por fins políticos, culturais, humanitários ou econômicos.

A diversidade de finalidades, modelos e instrumentos é característica das relações de cooperação internacional. No entanto, desde a Segunda Guerra Mundial que se conferiu à cooperação transnacional um denominador comum – o desenvolvimento. A promoção do progresso econômico e social dos países considerados subdesenvolvidos tornou-se a principal bandeira da cooperação internacional na segunda metade do século XX. Foi também neste momento histórico que se consolidaram as principais organizações internacionais² – instituições compostas por representações de diferentes países –, cuja importância para a geopolítica mundial, a partir da sua atuação econômica e humanitária, permanece atual e reconhecida globalmente.

A cooperação internacional voltada para o desenvolvimento é diversa também na sua composição, já que nem só os Estados-nação cooperam. As organizações que promovem ações voltadas para o desenvolvimento vão além das instituições bi e multilaterais do sistema de ajuda oficial. Organizações não governamentais (ONGs), fundações sem fins lucrativos, universidades e empresas, sobretudo as multinacionais, são agentes de cooperação com cada vez mais protagonismo e influência no contexto da globalização contemporânea.

A cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento é uma forma histórica e frequente de relação de entidades brasileiras com outros países. A parceria estratégica entre organizações não governamentais de países do Norte, sobretudo europeus, e ONGs e movimentos sociais brasileiros, refletiu-se em conquistas importantes e contribuiu para o estabelecimento de redes que, não só conectaram diferentes iniciativas da sociedade civil pelo país, como cultivaram uma solidariedade transnacional. Esta relação contribuiu para que uma série de entidades brasileiras se consolidasse, conquistando visibilidade social e política, além

² Como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial.

de reconhecimento técnico, em torno de um projeto de desenvolvimento considerado alternativo.

As concepções e as práticas desenvolvimentistas promovidas no âmbito do sistema oficial de cooperação internacional para o desenvolvimento estiveram, desde o seu surgimento no período pós Segunda Grande Guerra, estreitamente conectadas ao projeto de modernidade ocidental. Entre as décadas de 1960 e 1970, priorizaram-se projetos voltados para a construção de infraestrutura, tendo em vista a expansão econômica, incluindo medidas de estabilização financeira e de controle da inflação.

Na contramão dessa tendência, conceitos como os de desenvolvimento alternativo, comunitário ou sustentável, por exemplo, consolidaram-se um pouco por todo o mundo, a partir das contribuições de intelectuais, movimentos sociais, assim como de organizações cuja atuação era voltada para o tema. Também no Brasil, reflexões e propostas sobre outros modelos de desenvolvimento ganharam corpo ao longo das décadas, originando experiências de caráter econômico, social, político, ambiental e cultural. Mais tarde, novas propostas analíticas e práticas a respeito do desenvolvimento – consonantes com o período de transição de paradigmas epistemológicos característico dos anos de 1980 – resultaram em recursos organizativos e modos de mobilização também novos para a sociedade civil brasileira.

É justamente neste bojo que se dá o surgimento do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), organização não governamental, formalmente constituída em 1989, com sede na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais. Atuando na região do Norte de Minas³ desde a sua fundação, a criação do CAA-NM foi motivada pelo enfrentamento a um modelo de desenvolvimento agrícola – a chamada “revolução verde” – globalizado e aplicado à região com pouca ou nenhuma consideração a respeito de suas particularidades geográficas, biológicas, sociais ou culturais.

Quem visita o Solar dos Sertões, em Montes Claros, um antigo casarão tombado pelo patrimônio histórico municipal que atualmente abriga a sede do CAA-NM, pode ler a referência roseana inscrita na parede: “O sertão está em toda parte”. A história da organização confirma-o. O sertão está em toda parte, não só porque são “sem tamanho os gerais”, mas também porque o CAA-NM construiu redes muito mais amplas que os limites da região onde surgiu.

³ Considerando a mesorregião do Norte de Minas, o CAA-NM já atuou, ao longo da sua existência, em diversos municípios das diferentes microrregiões (Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol e Bocaiuva).

Embora sua atuação possua uma importante vertente local – voltada para a garantia de direitos étnicos e territoriais; a promoção do associativismo comunitário ou o fortalecimento de economias e atividades produtivas de proximidade – várias conexões globais estão presentes no cotidiano institucional. Uma destas conexões é o diálogo com as diferentes organizações não governamentais com origem no Norte global, que financiam o trabalho do CAA-NM e com ele constroem e renovam parcerias históricas. Mas não só. O próprio modelo de cooperação transnacional entre ONGs do Norte e ONGs do Sul é justificado, não raras vezes, pelo combate e pela denúncia de outro modelo, também ele global, porém de caráter predatório.

Mesmo em 2020, mais de 30 anos após o surgimento do CAA-NM, agricultores e agricultoras continuam convivendo com a expressão de diferentes modos de globalização, um pouco por toda a região do Norte de Minas. Ora são empresas multinacionais explorando minério com elevado dispêndio e contaminação de água, numa região tendencialmente marcada pela pouca disponibilidade hídrica; ora degradando o bioma e expulsando populações de seus territórios para transformar o Cerrado numa extensa monocultura de eucalipto. A globalização parece manifestar-se, tanto no cotidiano dessa organização não governamental, quanto na realidade no Norte de Minas Gerais, de duas formas radicalmente diferentes, o que torna evidente a existência de redes globais que se constituem, não necessariamente por oposição à globalização, mas claramente contrapondo-se aos seus efeitos. A ideia de que a globalização proporciona, com suas condições e avanços, a constituição de redes transnacionais de caráter contra-hegemônico, que podem contribuir para a defesa do “patrimônio comum da humanidade” (SANTOS, 2002a, p. 70), foi determinante para a delimitação dos contornos desta pesquisa.

Nesse campo, é importante afirmar que a contribuição do apoio internacional não governamental para o processo de redemocratização no Brasil, a partir das relações de parceria estratégica estabelecidas com organizações da sociedade civil brasileira, foi reconhecida e bastante sistematizada. Ao longo do tempo, novos pactos de cooperação foram discutidos, no sentido de adequar paradigmas e definir rumos. As reconfigurações das relações de cooperação internacional não governamental ao longo do tempo inseriram-se num contexto mundial em vertiginosa mudança, mas não só; o próprio Brasil pareceu transitar, após os anos 2000, de país receptor para país doador no âmbito da cooperação internacional, fator que, entre outros, motivou debates sobre a saída das agências do país.

Um olhar conjuntural revela, porém, que os desafios da atualidade são múltiplos e originais. Por um lado, a atuação de ONGs e movimentos sociais, sobretudo aqueles voltados para a área socioambiental, tem sido fortemente questionada por Jair Bolsonaro, atual

Presidente da República (eleito para o mandato 2019-2022). Por outro lado, o novo Governo também vem priorizando canais de diálogo no domínio da política externa que sugerem mudanças nas relações internacionais e diplomáticas do país. Frente às características do contexto político – e à diminuição dos recursos aportados via convênios públicos, com a qual já vinham lidando – muitas organizações da sociedade civil brasileiras enfrentam dificuldades diversas, tanto relacionadas com sua sustentabilidade e sobrevivência institucional, quanto com retrocessos legais nas suas áreas de atuação. Diante da crise socioeconômica, a tendência é que se acirrem, também, as demandas do público com quem atuam. Essas dificuldades são reforçadas pela confluência, num mesmo momento histórico, da diminuição do recurso aportado pelas agências não governamentais de cooperação internacional para o desenvolvimento para projetos apoiados no Brasil, o que torna importante que se retomem debates e reflexões sobre os rumos das relações não governamentais de cooperação internacional, do seu papel de parceria com ONGs brasileiras e da contribuição dessas redes para a defesa e proposição de um modelo de desenvolvimento não necessariamente alinhado aos princípios neoliberais.

O diálogo entre o global e o local em redes de globalização contra-hegemônicas é, portanto, o tema central deste trabalho. Parte-se do pressuposto, nesta esfera, de que a relação estabelecida entre as agências de cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento e suas parceiras do Sul não é aleatória. Algumas têm mais de 20 anos, revisitando-se e adequando-se aos diferentes momentos e demandas históricos. O que as une parece ser programático, estratégico; uma leitura comum a respeito dos problemas e soluções propostos para as suas áreas de atuação. A partir desse universo, considerando que o caráter de contra-hegemonia se traduz na expectativa de não reprodução de dicotomias e relações de dependência Norte-Sul – tão historicamente multiplicadas e reforçadas – trabalha-se, aqui, o seguinte problema de pesquisa: as influências operadas no âmbito de redes de cooperação entre ONGs do Norte e ONGs do Sul são recíprocas?

O principal objetivo deste trabalho é analisar os pressupostos contra-hegemônicos que permeiam as relações de cooperação internacional não governamentais e sua concretização na prática dessas interações globais-locais. A este, estão associados os seguintes objetivos específicos:

1. Contextualizar a relação histórica entre três agências de cooperação internacional europeias (HEKS, PPM e MISEREOR) e o CAA-NM, organização socioambiental não governamental brasileira, com atuação na região do Norte de Minas;

2. Identificar formas de influência dessas relações de cooperação sobre o modelo de gestão e mobilização do CAA-NM;
3. Apontar desafios conjunturais à continuidade da cooperação não governamental, impostos pelas mudanças recentes no contexto sociopolítico do Brasil.

Dados os objetivos, o campo empírico desta pesquisa envolve agentes nacionais e estrangeiros de relações de cooperação internacional não governamental na região do Norte de Minas Gerais. Destacam-se, no bojo deste trabalho, as relações de cooperação que se constituíram como sendo essencialmente políticas e que, a partir das décadas de 1980 e 1990, buscaram fortalecer atores sociais coletivos e populares, na esfera da sua relação com o Estado. Esta opção exclui do espectro de análise grupos e fundações empresariais e instituições puramente filantrópicas, que também compõem o campo do terceiro setor, podendo ser igualmente reconhecidas como entidades da sociedade civil.

Buscando elementos para compreender a natureza filosófica e prática das relações de cooperação internacional no âmbito de redes de globalização contra-hegemônicas, a pesquisa qualitativa assume duas abordagens preponderantes neste trabalho. Por um lado, a escolha por um enfoque histórico, como método para analisar a cronologia de relações de cooperação longas, que se reconfiguraram ao longo do tempo e cuja densidade e intencionalidade são fortemente influenciadas pelo contexto social, econômico e político. Por outro lado, a opção pelo estudo de caso, já que a experiência do CAA-NM é constantemente acionada para ilustrar e indicar tendências percebidas na construção, composição e concretização dessas redes.

A escolha do CAA-NM como objeto de estudo possui diversas motivações. A organização norte mineira é uma das mais reconhecidas, técnica e politicamente, entre as que atuam na área da agroecologia, da defesa dos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, enfim, no campo não governamental do debate e da promoção do desenvolvimento rural no Brasil. Esse reconhecimento tem expressões de nível regional, nacional e internacional. Além disso, situa-se no campo das ONGs que, sendo apoiadas por agências internacionais não governamentais, transitam, desde a sua fundação, simultaneamente entre dois papéis: cumpriram a função de assessoria e articulação social e política junto de movimentos populares; e, ao mesmo tempo, assumiram para si o papel de atores sociais, mobilizando setores e temáticas, a partir de um projeto político próprio, para além do apoio prestado aos movimentos de base. Essas são características típicas de organizações que, tendencialmente, lograram manter de forma mais sistemática e estratégica suas conexões internacionais. Além do exposto, o contexto de desvelamento e consolidação do problema de pesquisa foi proporcionado por seis

anos de atuação profissional no CAA-NM, o que configura um importante elemento de construção epistemológica do trabalho aqui apresentado.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: em primeiro lugar, priorizando a pesquisa bibliográfica; e, num segundo momento, relacionando os aportes teóricos a dados primários, por meio de pesquisa documental. A revisão bibliográfica foi subordinada, sobretudo, às temáticas do desenvolvimento e da globalização, priorizando autores que privilegiam uma abordagem crítica e contemporânea dos fenômenos. Considerou-se, de forma central, a teoria de Boaventura de Sousa Santos, em diálogo interdisciplinar com outros autores com subsídios reconhecidos aos temas, tais como Immanuel Wallerstein, Arturo Escobar, Gilbert Rist, Milton Santos e Amartya Sen.

A respeito da cooperação internacional, recorreu-se às contribuições teóricas frutos de trabalhos acadêmicos – dissertações de mestrado e teses de doutorado – com ênfase para as particularidades da expressão não governamental desta forma de relação transnacional. Da mesma forma, foram utilizadas publicações solicitadas e/ou elaboradas por agentes nacionais e estrangeiros de redes de cooperação internacional não governamental sobre o tema, sobretudo aquelas veiculadas pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). Neste campo, buscou-se estabelecer relações com conceitos propostos pela sociologia dos movimentos sociais, como a abordagem da cultura política proposta por Maria da Glória Gohn.

A segunda etapa deste estudo contemplou um processo de pesquisa documental, que priorizou a análise de arquivos e plataformas de apresentação da gênese e missão do CAA-NM e das suas parceiras europeias. Analisaram-se ainda os programas para a atuação das agências no Brasil; as suas diretrizes sobre processos de avaliação, auditoria e monitoramento; relatórios de atividades, de momentos de planejamento e de reuniões de equipe do CAA-NM; correspondências, entre outros. Para complementar a leitura conjuntural sobre os desafios colocados à continuidade da cooperação não governamental recorreu-se a registros audiovisuais da última campanha presidencial e do discurso de posse de Jair Bolsonaro.

O primeiro capítulo deste trabalho trata das redes globais para o desenvolvimento, partindo da perspectiva do sistema-mundo e das suas configurações contemporâneas. Apresenta-se o consenso da globalização de forma a relacioná-lo com o desenvolvimento, associando as suas abordagens dominantes a um mesmo projeto sociopolítico. Este enquadramento permite reflexões a respeito dos efeitos locais da aplicação de modelos hegemônicos de desenvolvimento, contemplados pela globalização neoliberal, e abre caminhos para que se considere que, embora dominante, esta expressão da globalização não é única. A

partir da abordagem não hegemônica da globalização, proposta por Boaventura de Sousa Santos, apresenta-se o local como categoria analítica, ao mesmo tempo em que se defende que “outra globalização” é possível, a partir da crítica ao modelo dominante e da consolidação de processos de solidariedade global. Por fim, conecta-se este debate teórico ao papel das entidades não governamentais no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, sobretudo a partir da contribuição de agências estrangeiras para a emergência e consolidação de novos atores da sociedade civil brasileira.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta uma contextualização histórica da criação do CAA-NM e do estabelecimento das suas principais alianças globais. Essa apresentação abre caminho para uma análise das mudanças verificadas na relação de cooperação não governamental, sobretudo a partir da tendência de aperfeiçoamento de instrumentos e metodologias por parte das agências internacionais. O capítulo dá ênfase a análises a respeito das exigências de profissionalização, monitoramento e avaliação características da década de 1990, relacionando-as com o cenário político internacional da época e as tendências da cooperação oficial. Por último, a partir de um olhar conjuntural, são apresentadas características já perceptíveis sobre a política externa do atual Governo brasileiro, aferindo suas possíveis implicações para as organizações da sociedade civil brasileiras, elos locais de redes de cooperação contra-hegemônicas.

O terceiro e último capítulo deste trabalho procura identificar a natureza das relações de cooperação não governamentais, a partir de uma análise dos ideários de desenvolvimento, dos princípios filosóficos e das visões eclesiais que as permeia e motivam. Por fim, retoma-se o global e o local enquanto categorias analíticas centrais, com o intuito de identificar e sistematizar diferentes formas de (retro)influência operadas entre ambas as dimensões, assim como a sua contribuição para a construção de um projeto de desenvolvimento que pode ser considerado alternativo, de forma a subsidiar reflexões a respeito dos desafios colocados para a cooperação internacional não governamental na atualidade.

CAPÍTULO 1 – REDES GLOBAIS PARA O DESENVOLVIMENTO



Figura 2. *Lista suja 1989: os 12 maiores poluidores de Minas.* Manifestação contra o desmatamento do Cerrado, organizada pelo CAA-NM, FETAEMG, professores e estudantes da Unimontes, Grupo de Estudos Ambientais (GEA), movimento cultural, entre outros. **Fonte:** Arquivo CAA-NM (1989).

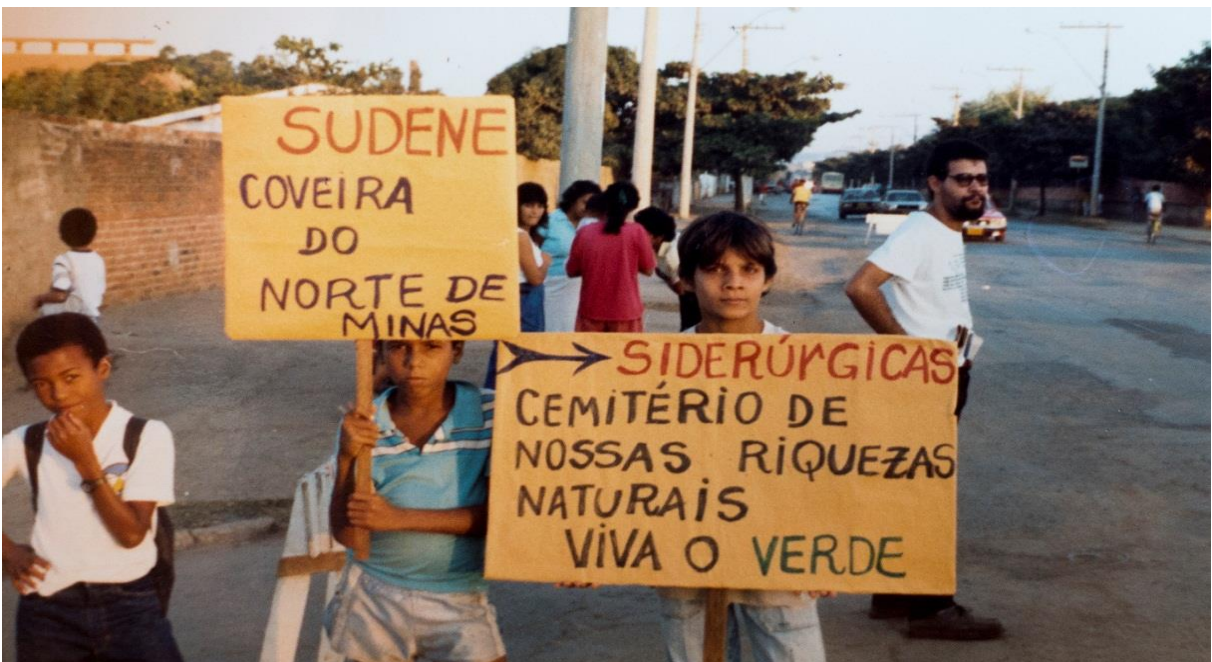


Figura 3. *Cemitério de riquezas.* Atividade de panfletagem na Avenida João XXIII, em Montes Claros, no âmbito da manifestação contra o desmatamento do Cerrado. **Fonte:** Arquivo CAA-NM (1989).

A ideia de desenvolvimento está – no mundo, como no Norte de Minas Gerais – amplamente associada à modernização, à globalização e ao crescimento econômico. As imagens que inauguram este capítulo, registradas no final da década de 1980, revelam o papel cumprido por Estados e empresas multinacionais no campo do desenvolvimento regional ao final do século XX.

A avaliar pela “Lista Suja 1989”, denunciada no cartaz da primeira fotografia, o projeto de desenvolvimento da região respondia, à época, a estruturas e interesses globais. Governos, empresas nacionais e estrangeiras, assim como uma importante instituição financeira internacional, constavam na lista de 12 maiores poluidores do Estado.

Assim denunciava uma articulação de diferentes setores da sociedade civil da cidade de Montes Claros, revelando um conjunto de prejuízos sociais, econômicos e ambientais originados pela aplicação de um modelo de desenvolvimento sustentado por processos de trocas transnacionais extremamente desiguais. Contextualizar esta contradição centro-periferia, à luz do consenso da globalização e dos papéis da cooperação internacional, é a proposta deste capítulo.

1.1 Desenvolvimento e globalização: sinônimo ou atualização?

Historicamente, muita atenção tem sido confiada pelas ciências sociais às transformações do sistema mundial. Autores como Boaventura de Sousa Santos (2001, 2002a), Wallerstein (2002) e Escobar (2005) dedicaram o seu trabalho à interpretação deste fenômeno de múltiplas faces e naturezas que é a globalização contemporânea. Tão grande é a influência que os processos globalizantes exercem sobre as mais variadas dimensões do viver, que nos deparamos cotidianamente – atualmente, mais do que nunca – com expressões e consequências das relações transnacionais, da cultura global e da intensificação das trocas e dos fluxos além-fronteiras.

É certo que, no seio do mundo globalizado, desenvolvem-se novas dinâmicas, relações e interdependências que lhe conferem características específicas. A globalização provocou uma nova divisão internacional do trabalho que, principalmente a partir da década de 1980, abarcou novos atores e passou a atribuir às empresas multinacionais um destacado protagonismo. O sistema financeiro domina a economia e os investimentos negociam-se e concretizam-se à escala global. As economias nacionais precisam adaptar-se às exigências e conformações da

economia mundial; mas, mais do que isso, os sistemas nacionais deixam de cumprir o papel de núcleo central e organizador da atividade humana (SANTOS, 2002a, p. 26). A evolução dos meios e a diminuição dos custos de transporte, a par das transformações operadas pelo avanço das tecnologias de informação e de comunicação, flexibilizam e distribuem os processos de produção, abrindo caminhos para a emergência e consolidação de uma ordem capitalista reconfigurada (SANTOS, 2002a, p. 29). Nesse cenário, vive-se a era da cultura global.

Para Boaventura de Sousa Santos, a configuração atual do sistema mundial – marcada pela interação global de produtos, transações financeiras e pessoas e pela disseminação intensa de informações e imagens – resulta e é sustentada por um consenso hegemônico, concebido e disseminado pelos Estados considerados centrais no contexto do sistema-mundo (SANTOS, 2002a, p. 27). Não é por acaso que, a esse respeito, a década de 80 do século XX é frequentemente apontada como um momento histórico de referência. Mesmo as ciências sociais precisaram repensar-se, à época, para conseguir analisar, compreender e explicar a nova realidade social que se apresentava (SANTOS, 1999, p. 18). Além dos desafios epistemológicos, o período também foi marcado pela transição de paradigmas ao nível social, cultural e político.

Ora se, por um lado, o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim significaram o fim do paradigma revolucionário, a crise do Estado-Providência nos países centrais e semiperiféricos significa que está igualmente condenado o paradigma reformista. O conflito Leste/Oeste desapareceu e arrastou consigo o conflito Norte/Sul que nunca foi um verdadeiro conflito e que é agora um campo fértil de interdependências e cooperações. Em face disto, a transformação social é, a partir de agora, não uma questão política, e sim uma questão técnica (SANTOS, 2002a, p. 28).

Estas duas dimensões de transição – da política à técnica; e do conflito à interdependência e à cooperação – são importantíssimas para analisar o consenso da globalização da forma a que este trabalho se propõe. Para Boaventura, a concepção maioritária do fenômeno da globalização não é mais do que o próprio consenso neoliberal, também chamado de Consenso de Washington, “por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia” (SANTOS, 2002a, p. 27).

Estão dadas as pistas a respeito da composição hegemônica do conceito de globalização. O que Boaventura classifica como “globalização política dominante” pressupõe “o consenso do Estado fraco; o consenso da democracia liberal; o consenso do primado do direito e do sistema judicial” (SANTOS, 2002a, p. 41). Na sua essência, o fenômeno está ligado à adoção e

aplicação do modelo neoliberal na composição e estrutura da economia global. Isto porque, para o autor português, a globalização neoliberal possui dois elementos constitutivos – um de ordem descritiva e outro de ordem prescritiva. Descritiva, na medida em que teoriza e organiza um modelo. Prescritiva porque se deu como determinada e distribuível a receita neoliberal, que passou a ser mundialmente aplicada, com maior imposição para os países periféricos e semiperiféricos. É também ao final da década de 1980 que se começa a disseminar a ideia de Fim da História, a partir da teoria histórico-filosófica de Fukuyama, que reforçava o modelo de democracia ocidental, liberal e de mercado, como a alternativa credível e insuperável para o mundo.

Embora fundamental para que se entenda a concepção hegemônica do conceito, o caráter prescritivo da globalização neoliberal não lhe é particular ou original. A adoção impositiva, em moldes de receituário, também “aconteceu com os conceitos que a precederam, tais como modernização e desenvolvimento” (SANTOS, 2002a, p. 27). Nesse ponto é interessante que se ponderem, mesmo que de forma breve, interpretações científicas que não se originam nos países centrais. Para D. L. Sheth, pesquisador indiano na área temática da democracia participativa, o discurso da globalização é somente uma reciclagem da narrativa do desenvolvimento, consolidada décadas antes. Representa, neste sentido, os interesses das instituições e estruturas centrais de poder. “Portanto, a globalização tem intensificado e expandido as forças destrutivas do Desenvolvimento – forças que desfazem comunidades, culturas e modos de subsistência dos pobres sem lhes oferecer uma alternativa digna e viável” (SHETH, 2002, p. 95).

O avanço e a consolidação mundial do capitalismo – expressos no projeto de globalização neoliberal – não são fenômenos novos e, como bem identificou Sheth, tampouco se reduzem às suas características ou consequências econômicas. Pelo contrário:

Trata-se de um longo processo histórico que desde o século XV até hoje teve muitas facetas e assumiu muitos nomes: descobrimentos, colonialismo, evangelização, escravatura, imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, modernização e, por último, globalização. (...) A globalização não é algo radicalmente novo: significa uma expansão exponencial das relações transfronteiriças, umas voluntárias, outras forçadas, com a conseqüente transformação das escalas que têm dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura (SANTOS, 2002b, p. 16).

Se, como apresentam Boaventura e Sheth, a globalização neoliberal é uma nova face – ou fase – da estrutura global de poder, o arquétipo que parece globalizar-se é o da supremacia do mercado sobre o Estado, a sociedade e a cultura. Em termos de valores, símbolos, respostas

sociais e soluções econômicas, o que a globalização hegemônica significa, na prática, é a difusão e a implementação mundial de modelos ocidentais.

Ao longo da história contemporânea, o desenvolvimento tem sido impulsionador de diversas relações de cooperação internacional, grande parte destas com caráter de suporte técnico ou jurídico. A transição da política à técnica e do conflito à interdependência e à cooperação é típica do período pós Consenso de Washington, mas, como se sabe, não são meramente técnicas as motivações das relações de cooperação entre os países, embora nem sempre se ressaltem outras dimensões nelas contidas. A ajuda para o desenvolvimento, mesmo técnica, continua respondendo a hierarquias e agendas que, além de políticas, frequentemente, são de dominação.

A este respeito podem citar-se o programa cooperativo estadunidense “Aliança para o Progresso”, formalizado em 1961, cujo objetivo era a assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina; ou o estilo de política externa estabelecido no Brasil pelo regime militar.

Sustentando que, devido à sua posição geográfica, o país não poderia escapar à influência norte-americana, o Governo Militar brasileiro estabeleceu uma aliança ideológica e militar com os Estados Unidos. As consequências deste tipo de cooperação, que colocava o Brasil como centro de irradiação do projeto imperialista na América Latina, são também econômicas e sociais, na medida em que as políticas adotadas não necessariamente respondiam às demandas nacionais de desenvolvimento. Os incentivos internacionais ao estabelecimento da indústria brasileira, por exemplo, expressavam o alinhamento ideológico do regime militar com o projeto norte-americano, recebendo tecnologia obsoleta na origem e, sobretudo, respondendo à demanda de produção bélica dos Estados Unidos, por meio da fabricação de diversos tipos de armas, munições e veículos de guerra (MARINI, 2000, p. 61-66).

Internamente, a industrialização se expressa, em um país atrasado, na agudização de contradições sociais de vários tipos: entre os grupos industriais e a agricultura e os latifúndios exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena burguesia. A diversificação econômica é acompanhada, então, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais (...) (MARINI, 2000, p. 52).

Os pressupostos, métodos e resultados da cooperação internacional oficial revelaram-se, portanto, controversos em inúmeras dimensões. O acirramento das desigualdades econômicas entre os países contribuiu para que se consolidassem críticas a esse projeto de desenvolvimento amplamente associado à modernização e ao crescimento econômico.

É essencial direcionar claramente essa crítica a uma lógica de desenvolvimento que parece ser, na atualidade, simplesmente atualizada pela globalização hegemônica, inclusive para evitar que se neguem os “benefícios potenciais” da integração global (SEN; KLIKSBURG, 2010, p. 24). Para Amartya Sen, professor de economia e filosofia de origem indiana, não se trata de defender uma posição antiglobalização, mas de problematizar os efeitos das suas expressões dominantes e a distribuição injusta das oportunidades que dela resultam. A problemática central não se situa na globalização em si, visto que a principal contradição revela-se no foco da ação global operada pelas principais potências mundiais e suas instituições. Associada ao capitalismo mundial, a globalização neoliberal promove e prioriza, como já se referiu, as relações de mercado e sua expansão. Essa supremacia dos mercados “é, em si mesma, uma abordagem muito inadequada à prosperidade mundial” (SEN; KLIKSBURG, 2010, p. 30).

Nessa esfera, apresentando a interpretação construída pelos movimentos e ativistas sociais indianos, Sheth afirma que a globalização é vista como

a nova ideologia do pós-guerra fria que justifica o domínio de uma estrutura de poder global hegemônica que procura estabelecer o monopólio de poucos países economicamente ricos e militarmente poderosos sobre os recursos do mundo inteiro. Como tal, consideram a globalização inimiga dos valores básicos da democracia e da ecologia – liberdade, igualdade, diversidade e sustentabilidade. Na sua perspectiva, o seu impacto tem sido, para os países pobres, o de produzir formas novas e mais desumanas de exclusão e desigualdade – piores do que as que foram criadas pelo modelo de Desenvolvimento da guerra fria e, antes dele, pelo domínio colonial (SHETH, 2002, p. 102).

A prescrição global de modelos ocidentais é, como se vê, anterior à difusão da ideia hegemônica de globalização. A consolidação da noção de “subdesenvolvido”, por exemplo, atribuída aos países do chamado terceiro mundo e ratificada pela Organização das Nações Unidas (ONU) após a segunda grande guerra, também embasou esforços desenvolvimentistas no sentido Norte-Sul, sobretudo a partir da década de 1950.

De fato, é comum que se atribua ao conceito de desenvolvimento uma vinculação histórica a crenças e modelos ocidentais (RIST, 2008; SANTOS, 2013, p. 38). Influenciada pelo contexto histórico, a intervenção dos países centrais ante o problema do subdesenvolvimento nos países periféricos – na sua maioria nações recentes e ex-colônias – subsidiou-se numa representação comum de desenvolvimento, sinônima de crescimento econômico e acesso ao consumo. A narrativa ocidental construída em torno do desenvolvimento representa uma prescrição para todas as nações do mundo – como um caminho a seguir rumo ao progresso, à prosperidade e aos benefícios conferidos pela ciência moderna, pela civilização e pelo mercado (RIST, 2008). Por esse motivo, ao longo das décadas de 1950 e 1960,

indicadores essencialmente econômicos como o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foram as principais ferramentas para medir e determinar o desenvolvimento das sociedades (LYRA, 2005, p. 53).

Essa lógica norteou o surgimento das primeiras organizações oficiais de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID)⁴, conformando redes de assistência financeira e de cooperação técnica aos países do chamado terceiro mundo. O discurso de posse do segundo mandato do Presidente norte-americano Harry Truman, em 1949, no qual se emprega pela primeira vez a expressão “subdesenvolvido”, é um marco histórico, à medida que alerta para a necessidade de os países centrais chamarem para si certa responsabilidade no que diz respeito à solução de problemas das sociedades empobrecidas no mundo. Uma das motivações centrais para a cooperação internacional oficial, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, era a concretização global do desenvolvimento enquanto projeto social e econômico arquitetado pela política norte-americana (SANTOS, 2013, p. 43).

O projeto estadunidense de propagação de um modelo de desenvolvimento hegemônico alicerçou-se numa série de organizações oficiais, criadas sob o signo do desenvolvimento e a égide da reconstrução do (sistema capitalista no) mundo. São as chamadas instituições de Bretton Woods, no bojo das quais se destacam o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a própria ONU (SANTOS, 2013, p. 44). Consolidava-se, assim, um Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SCID)⁵, cujas diretrizes passaram a influenciar Governos globalmente, modelando agendas e procedimentos de cooperação entre os Estados (PESSINA, 2012, p. 22).

Entre as décadas de 1950 e 1970, enraizou-se o conceito de subdesenvolvimento conjugado às noções de pobreza e renda insuficiente. Assim sendo, o crescimento econômico apresentava-se como solução para o problema das desigualdades no mundo. À época, a cooperação mais comum dava-se entre as metrópoles e suas ex-colônias, sendo que o SCID

⁴ No domínio das relações internacionais, atuações transnacionais motivadas pela promoção do “progresso econômico e social dos países em vias de desenvolvimento”, desempenhadas por atores públicos e privados, situam-se no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento (AYLLÓN PINO, 2006, p. 07 *apud* PESSINA, 2012, p. 24). A erradicação da pobreza e da exclusão social é um dos objetivos centrais da CID, que visa “o incremento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países do Sul” (AYLLÓN, 2006, p. 07 *apud* SANTOS, 2013, p. 41).

⁵ O SCID surge em 1944, consolidando-se após a segunda guerra mundial (PESSINA, 2012, p. 22). É constituído pelo conjunto de organizações que promove ações de cooperação internacional para o desenvolvimento. Este não é um sistema homogêneo, tampouco se restringe à atuação dos Estados; contempla, assim, uma grande diversidade de agentes, cujo papel e protagonismo se reconfiguraram ao longo dos anos. Destacam-se os organismos internacionais multilaterais; os Estados doadores e receptores e suas agências de cooperação oficiais; e o chamado terceiro setor, que congrega atores de naturezas e práticas múltiplas, como empresas e organizações da sociedade civil (AYLLÓN PINO, 2006, p. 07 *apud* PESSINA, 2012, p. 24).

priorizou investimentos ao nível da infraestrutura e promoveu exportações, de forma a criar condições cómodas para o investimento financeiro, viabilizando a expansão da economia (PESSINA, 2012, p. 39; LYRA, 2005, p. 52).

Embora se apoiasse na narrativa do desenvolvimento, a cooperação estabelecida oficialmente entre os Estados Unidos e a Europa com a África, a Ásia e a América Latina no período posterior à Segunda Guerra Mundial não logrou concretizar os seus objetivos. A receita de liberalização econômica que regia a agenda global acabou relegando para uma posição de menor destaque os debates a respeito dos problemas sociais vivenciados pelos países receptores. As transferências e empréstimos Norte-Sul, embora de valores elevados, não se demonstraram eficazes no combate às desigualdades, nem suficientes frente às necessidades dos países do Sul.

A relação entre “desenvolvedores” e “a ser desenvolvidos” constituiu-se considerando conhecimentos, valores e categorias dos primeiros e revelou-se, por isso, assimétrica. O agravamento da dicotomia e da dependência entre estes e os países do Norte foi, aliás, uma das marcas da década de 1970, momento a partir do qual as entregas do SCID passaram a ser fortemente contestadas. Se, por um lado, movimentos e partidos de esquerda questionavam as motivações e a eficácia da ajuda internacional conduzida oficialmente ao longo dos 30 anos anteriores, correntes neoliberais defendiam que subsídios de qualquer natureza significariam prejuízos ao funcionamento regular do mercado internacional (PESSINA, 2012, p. 40). Só ao final do século XX se começou a questionar o progresso inevitável enquanto explicação da natureza das mudanças históricas. É na transição entre as décadas de 1950 e 1980 que se aprofundam as críticas ao projeto hegemônico de um sistema mundial baseado na racionalidade moderna, no livre mercado e na crença do desenvolvimento.

Nos países periféricos o agravamento das condições sociais, já de si tão precárias, foi brutal. (...). Na década de oitenta morreram de fome em África mais pessoas que em todas as décadas anteriores do século. Se as assimetrias sociais aumentaram no interior de cada país, elas aumentaram ainda mais entre o conjunto dos países do Norte e o conjunto dos países do Sul. Esta situação, que alguns festejaram ou toleraram como a dor necessária do parto de uma ordem econômica finalmente natural e verdadeira, isto é, neoliberal, foi denunciada por outros como uma desordem selvática a necessitar ser substituída por uma nova ordem econômica internacional (SANTOS, 1999, pp. 17-18).

A crença e a promessa do desenvolvimento via crescimento econômico desembocaram, afinal, no aprofundamento das dicotomias entre o Norte e o Sul ao longo daquela que passou a ser apelidada de década perdida. Frente à crise, a transição para os anos de 1990 precisou incorporar ao crescimento econômico variantes outrora desconsideradas, como a dimensão

social do desenvolvimento. Desse modo, consolidaram-se e difundiram-se outros paradigmas de cooperação.

No seio do SCID, o que se configurou a partir da década de 1990 foi uma agenda social global que, a par da liberalização e de reformas econômicas, priorizou, entre outros, temas como direitos humanos, democracia, igualdade de gênero, meio ambiente e gestão pública (AYLLÓN PINO, 2006, p. 13 *apud* PESSINA, 2012, p. 48). Realizou-se, ao longo de toda a década de 1990, uma série de conferências da ONU que de forma determinante contribuiu para uma reconfiguração do SCID. A sensibilidade para a dimensão social do progresso materializou-se no novo paradigma do desenvolvimento humano e sustentável, traduzido na compilação de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (PESSINA, 2012, pp. 51-55).

A pressão das entidades da sociedade civil – que, frente às conferências oficiais, organizaram fóruns paralelos – conduziu ao reconhecimento da importância da sua contribuição para os debates a respeito dos problemas globais do desenvolvimento. A partir da ampliação do protagonismo do terceiro setor, uma nova “diplomacia não governamental” foi inaugurada (SANTOS, 2013, p. 46). Ou seja, a globalização significa também que a influência dos Estados no panorama internacional é compartilhada com a atuação de organismos multilaterais, de empresas multinacionais e de entidades da sociedade civil.

A partir da análise das relações oficiais de cooperação internacional feita até este momento, resta afirmar que a globalização não é espontânea, como não o era o projeto de desenvolvimento ou, antes dele, o colonialismo. Esse determinismo é apresentado por Boaventura como uma falácia. Um conjunto de decisões políticas – tomadas em consideração à realidade dos países centrais – incentivaram novos e cada vez mais intensos intercâmbios transnacionais, que contribuíram para acirrar desigualdades e intensificar hierarquias (SANTOS, 2002a, pp. 50-56).

Com efeito, as agências da globalização hegemônica foram capazes de produzir novas formas de justificação para o velho projeto de desenvolvimento, ou seja, a manutenção, em nível global, da hegemonia política e econômica dos poucos países ricos e militarmente poderosos e, em nível nacional, de uma pequena elite metropolitana. O resultado é que hoje, ao contrário do que sucedia durante a guerra fria, o desenvolvimento é pensado e medido em termos da amplitude com que um país pode “integrar” (leia-se subjugar) a sua economia no sistema econômico (capitalista) mundial (SHETH, 2002, p. 99).

Retoma-se aqui a ideia de que a receita da globalização hegemônica é uma versão reciclada do discurso dominante de desenvolvimento. As organizações oficiais de ajuda para o desenvolvimento atualizaram as suas narrativas e diretrizes num processo de harmonização

consensual com os princípios do neoliberalismo. A queda do muro de Berlim representou, também no âmbito do SCID, uma vitória político-ideológica frente à disputa bipolar entre Leste/Oeste, que dominou o universo da transformação social e política do século XX. Substituíram-se as políticas focadas na erradicação da pobreza por uma nova agenda de cooperação que, embora diversa, “não questionava as bases neoliberais da liberdade de mercado” (PESSINA, 2012, p. 49). As relações oficiais de cooperação internacional incorporaram organicamente o consenso global de que se falou no início deste capítulo. Nos anos de 1990, novas prioridades e objetivos entraram em pauta, consagrando um discurso revisitado de combate à pobreza, que não questionava suas causas estruturais nem o insucesso das estratégias de cooperação anteriores.

1.2 Contra-hegemonia: para além da globalização neoliberal

A globalização é um fenômeno de múltiplas faces e naturezas. A configuração contemporânea do sistema-mundo expressa-se em relações, trocas e fluxos que, embora ocorram em intensidade e velocidade jamais vistas, continuam a responder a hierarquias e assimetrias que são históricas. No seio do mundo globalizado contrapõem-se, a todo o tempo, o centro e a periferia; o global e o local (SANTOS, 2002a, p. 61). A globalização (re)produz-se cotidianamente em dimensões diversas – da economia à política; da religião à cultura – mas é preciso considerar que não existe condição global que não esteja associada a uma raiz ou inserção territorial, isto é, a uma condição local.

A importância do local como categoria analítica é defendida por Boaventura de Sousa Santos. Para o autor, a “globalização pressupõe a localização” e essa qualidade está em tudo relacionada com as hierarquias típicas do mundo globalizado (SANTOS, 2002a, p. 63). Quer isto dizer que, em função das trocas assimétricas intrínsecas ao processo de produção da globalização nas suas diferentes vertentes, à medida que “determinado artefato, condição, entidade ou identidade local” abrange e influencia além das fronteiras da sua origem, seu contraponto localizado também é produzido. Não se trata da condição local anterior ao processo de globalização, mas, justamente, a que resulta deste. O que se torna global corresponde a uma posição dominante no contexto das trocas desiguais, sendo que a condição local que em contraposição se produz ocupa uma “posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior” (SANTOS, 2002a, p. 63).

Como se dá, então, a globalização hegemônica do modelo e dos princípios neoliberais no âmbito do sistema-mundo contemporâneo? Boaventura distingue duas formas de produção da globalização que podem contribuir para complementar as conclusões do ponto anterior. Por um lado, o “localismo globalizado”, que o autor classifica como o triunfo de determinado fenômeno ao nível global, tornando-o condição universal; por outro lado, o “globalismo localizado”, que se expressa nos impactos das práticas globais ou globalizantes nas condições locais. São exemplos da primeira: “a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fast food* americano ou da sua música popular”; e da segunda, a “eliminação do comércio de proximidade”; a “deflorestação e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa”; a “conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação” (SANTOS, 2002a, pp. 65-66). Estas formas de produção da globalização operam articuladamente. Decorrem, como defende o geógrafo brasileiro Milton Santos, da centralidade do dinheiro e da supremacia do interesse econômico para o atual modelo de globalização (SANTOS, 2001, pp. 147-148).

Como também sugere Milton Santos, a defesa de que “outra globalização” é possível passa exatamente pela crítica ao modelo hegemônico, aliada a “uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem” (SANTOS, 2001, p. 147). Trata-se de uma revisão de paradigmas filosóficos e empíricos, que supõe não só a renúncia, como a superação de um modelo de relações internacionais baseado em profundas desigualdades que, como já se viu, se prolongou e renovou ao longo de muitos séculos na história. A sua substituição proporcionaria, globalmente e para um maior número de pessoas,

a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna, relegando a uma posição secundária necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo. Assim o interesse social suplantaria a atual precedência do interesse econômico e tanto levaria a uma nova agenda de investimentos como a uma nova hierarquia nos gastos públicos, empresariais e privados. Tal esquema conduziria, paralelamente, ao estabelecimento de novas relações internas a cada país e a novas relações internacionais (SANTOS, 2001, p. 148).

Falar de outra globalização passa, portanto, por tratá-la por um prisma mais humano, menos perverso e assimétrico. É verdade que a possibilidade de uma nova história, escrita a partir da crítica às formas hegemônicas de internacionalização do sistema capitalista, soa distante num período que parece ser, justamente, o ápice desse processo. Não quer dizer, no entanto, que outra globalização não se costure, mesmo perante a aparente irreversibilidade de

um modelo que se perpetua há tanto tempo. Para Boaventura de Sousa Santos, a globalização neoliberal, apesar de mais evidente e influente, não é a única que se opera contemporaneamente.

De par com ela e em grande medida por reação a ela está emergindo uma outra globalização constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações de direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal. Há, assim, uma globalização alternativa, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades (SANTOS, 2002b, p. 13).

Ora, como iniciativas locais – já que acontecem da base para o topo das sociedades – podem ser consideradas globais? E que características lhes conferem o caráter de contra-hegemônicas? Segundo o autor português, a globalização alternativa diz respeito à globalização da resistência, ou seja, a conexão que se estabelece entre “ações rebeldes”, construídas em contraposição às diferentes formas de poder instituído. São ações coletivas desde a sua origem e organizadas enquanto articulações locais-globais (SANTOS, 2002b, pp. 26-27). As mesmas condições que propiciam a propagação da ideia e das práticas hegemônicas de globalização também contribuem para construir e consolidar processos institucionais de solidariedade global.

A configuração do sistema-mundo permite, transforma e conecta uma grande diversidade de atores, local e internacionalmente. O que une ou integra essa multiplicidade de agentes – governamentais ou não – diz respeito a processos de diálogo e/ou de contestação. O desenho global contemporâneo permite a “organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados” (SANTOS, 2002a, p. 67).

As condições de interação viabilizadas pelos avanços das tecnologias de informação e comunicação contribuem não só para a formação da globalização na sua forma hegemônica, como também para a articulação de experiências de resistência e para a edificação de solidariedades globais de caráter político e social – possibilitando, enfim, a construção de relações de cooperação alternativas, sobretudo porque são baseadas numa cultura política distinta daquela que perpassa o modelo hegemônico.

De fato, não se pode afirmar que todas as relações de cooperação internacional se sustentem em princípios e práticas semelhantes. Embora aparentemente motivadas pelo mesmo fim – o desenvolvimento – as relações internacionais de cooperação não são um conjunto homogêneo. Pelo contrário, a pluralidade de atores que as caracterizam resulta em diferentes discursos e modos de fazer. É interessante, nesse contexto, valorizar a questão da cultura

política na ótica da sociologia dos movimentos sociais, uma vez que as ações coletivas – como são as redes, os movimentos e as organizações – dão-se (não só, mas também) a partir de processos identitários e de reconhecimento. Da cultura política – ou, por outras palavras, da visão de mundo comunicada e participada – dependem as interpretações dadas aos problemas, as soluções coletivamente apresentadas e as articulações firmadas entre atores com valores e princípios semelhantes:

A cultura política pública envolve também símbolos, signos, mitos e ícones que expressam e catalisam os sentimentos, as crenças compartilhadas, sobre a ação dos indivíduos, agindo em grupos, em função da política. O conjunto de percepções e de visões de mundo que um grupo constrói no processo de experiência histórica ao atuarem coletivamente, aliado às representações simbólicas que também constroem ou adotam, são a parte mais relevante da cultura política de um grupo porque é a partir destes elementos que o grupo constrói sua identidade. Há mais um elemento importante a destacar na cultura política: as ideologias, que são os valores e as crenças que permitem agregar, dar coesão e coerência interna a um dado coletivo (GOHN, 2005, p. 34).

Considerando as dimensões da identidade e da ideologia, a oposição às políticas e estruturas de poder que, globalmente, operam hegemonicamente, é um bom ponto de partida nesta tentativa de classificar as expressões alternativas da globalização. Pode afirmar-se que a contra-hegemonia reside, entre outros fatores, na defesa de um projeto sociopolítico que se contrapõe ao posto, ou que responde a uma cultura política, na sua essência, alternativa. Essa hipótese parece dialogar com a proposta de Boaventura de Sousa Santos. Para o autor, a globalização da resistência passa pelo “cruzamento de lutas progressistas locais com o objetivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in loco* através das ligações transnacionais/locais” (SANTOS, 2002a, p. 69).

A ação coletiva, política e reivindicatória mostra-se preponderante no campo da concretização da globalização contra-hegemônica. Trata-se de experiências locais que, sendo participativas e de contestação, se conectam em redes internacionais, ora estabelecendo-se a partir da construção de processos de solidariedade global, ora unindo-se em oposição à globalização contemporânea. Dadas essas características, é comum que se destaque o protagonismo da sociedade civil na construção da globalização da resistência.

É certo que a referência à “sociedade civil” pode revelar-se insuficiente para expressar a multiplicidade de experiências, movimentos e organizações não governamentais que, ao redor do mundo, se estabelecem em torno de práticas e discursos de resistência. As configurações, agendas e formas organizativas da sociedade civil são, elas mesmas, dinâmicas e diversas, no espaço e no tempo. O que se pretende demonstrar é que a atuação local de movimentos

populares e ONGs, voltada para a defesa e construção de direitos, pode conectar-se, no plano global, a conjuntos sociopolíticos maiores e mais complexos, que se articulam em torno de uma cultura política compartilhada. Redes – coligações, alianças – transnacionais são cada vez mais comuns. As que assumem um caráter alternativo constituem-se a partir da crítica à supremacia do mercado, convergindo em valores, agendas, estratégias e iniciativas de incidência que visam conferir ao desenvolvimento novas roupagens e termos políticos. Partindo, justamente, da oposição aos efeitos da globalização neoliberal, alguns temas e atores repercutem na contramão do discurso hegemônico global.

Os atores não estatais e não lucrativos, como os movimentos sociais e as organizações não governamentais, que se constituem como atores estratégicos da política mundial, se inter-relacionam formando uma espécie de “teia”, compondo uma densa rede de relações internacionais e interesses dos mais diversos e assumindo a postura de constringer o Estado (influenciando-o e contestando-o). Deste modo, propõem-se a participar de instâncias decisórias antes restritas à esfera estatal e, articulados transnacionalmente, buscam atingir e influenciar os negociadores internacionais, valendo-se, especialmente, das redes de militantes e da opinião pública (SANTOS, 2013, p. 64).

É nesse sentido que se reforça a asserção de que também a operação da sociedade civil é influenciada pelas configurações, possibilidades e limites do sistema-mundo contemporâneo. Não se restringindo às fronteiras do Estado, a sua atuação deixa de limitar-se aos planos local ou nacional, expandindo-se em interações e reivindicações que assumem caráter global (SANTOS, 2013, p. 71).

O local não desaparece; pelo contrário, inspira, subsidia e reflete articulações transnacionais. É nesse contexto que emerge uma espécie de sociedade civil global, “não como uma estrutura, mas enquanto um conjunto de atores transnacionais” (TEIXEIRA, 2001, p. 55 *apud* SANTOS, 2013, pp. 158-159) que contribuem para que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente, desconstruindo hierarquias históricas (SANTOS, 2002a, p. 74).

Aliada à crítica ao modelo hegemônico de globalização e desenvolvimento, também a dimensão da relação interdependente – e, logo, da reciprocidade e da intercompreensão – é muito importante no contexto desta reflexão. A construção emancipatória e democrática de uma alternativa à globalização neoliberal pressupõe a constituição de redes baseadas na solidariedade e em projetos políticos semelhantes, consolidados a partir da mediação de consensos e dissensos. Esse tipo de aliança precisa basear-se não só no desejo de transformação social, mas também expressar-se no agir político. Nas palavras de Boaventura, trata-se de transformar “trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada” (SANTOS, 2002a, p. 74).

No campo das relações internacionais, contemplando igualmente o caráter político e social da ação coletiva, implícito na emergência de uma sociedade civil global, resta ressaltar que o surgimento e a potencialização de novas e mais integradas formas de articulação internacional permitiu reunir e colocar em colaboração atores críticos à globalização neoliberal. “Várias lutas sociais se internacionalizam rapidamente, novos conflitos sociais eclodiram, abrangendo diferentes temáticas que vão da biodiversidade, lutas e demandas técnicas, até às lutas religiosas de diferentes seitas e crenças” (GOHN, 2008, p. 440). Adiante, o que se pretende é estabelecer uma relação entre esta perspectiva teórica e as relações de cooperação internacional não governamentais, análise que terá partida no próximo ponto.

1.3 ONGs do Norte, ONGs do Sul e a cooperação alternativa

Se aos Estados já foi atribuído o papel de atores fundamentais da cooperação internacional, atualmente reconhecem-se outros igualmente importantes. No centro das relações internacionais de cooperação estão também empresas, movimentos sociais e organizações não governamentais (SANTOS, 2013, pp. 38-39). Na sequência da análise das redes globais – hegemônicas e contra-hegemônicas – para o desenvolvimento, conduzida até aqui, ganhará centralidade a cooperação internacional não governamental, mais especificamente aquela estabelecida entre ONGs europeias e ONGs brasileiras, sobretudo a partir dos anos 1960.

Na sua maioria, as agências não governamentais de cooperação internacional surgiram na Europa entre as décadas de 1950 e 1960. Formadas por setores considerados progressistas, endossavam a crescente posição crítica perante a teoria dominante do desenvolvimento, buscando cooperar a favor da adoção de um modelo de bem-estar social nos países do chamado terceiro mundo. Essas organizações da sociedade civil dos países do Norte estavam comumente vinculadas a movimentos religiosos tendo, ao longo da sua existência, assumido para si o papel de fomentadoras de um modelo de desenvolvimento considerado alternativo, construído, não raras vezes, em contraponto àquele promovido pela cooperação de seus países ou pelas organizações multilaterais do SCID oficial (PESSINA, 2012, p. 100; SANTOS, 2013, p. 44).

Consideradas como uma “expressão concreta da missão de diaconia mundial”, o surgimento destas agências deu-se num período fértil de debates a respeito da postura missionária e da sua relação com os ideários de desenvolvimento e democracia (POELHEKKE, 1996, p. 44). À época, por exemplo, fortaleciam-se correntes teóricas e práticas de teor crítico,

tais como a Teologia da Libertação – que surgiu em 1968, na Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín, na Colômbia – ou as teorias da dependência (PESSINA, 2012, p. 40).

Contrapondo a forma considerada vertical e autoritária como se elaboravam e concretizavam as políticas de cooperação oficiais, as agências não governamentais de cooperação internacional abriram canais de diálogo mais próximos com seus parceiros do Sul, buscando consensos sobre as diferentes dimensões do desenvolvimento e oportunizando processos de organização popular, construídos a partir da realidade local.

No caso específico do Brasil, o começo das relações entre movimentos ou organizações da sociedade civil e agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento (AICD) remonta, sobretudo, à década de 1960. A evolução dessa parceria, que perdura até hoje, consolidou-se em torno de críticas e visões comuns a respeito do projeto hegemônico de desenvolvimento e cooperação. Sua relação histórica foi favorecida pela “convergência entre um momento específico da história do país e um cenário internacional, de certa forma, favorável à cooperação” (INOUE, 1997, p. 10).

Se, por um lado, grande parte das parceiras brasileiras nasceu num contexto de ditadura, com atuação pautada no sentido da construção de espaços de participação democrática, as agências eram sensíveis à promoção da participação social e política de grupos excluídos, empobrecidos, sobretudo aqueles que o processo de globalização parecia deixar tendencialmente à margem. Regra geral, também a sociedade europeia da década de 1970 legitimava o apoio a projetos voltados para a mobilização e conscientização política⁶, capazes de contribuir para transformações de caráter estrutural ao redor do mundo (INOUE, 1997, p. 44).

Importantes setores organizados da sociedade civil brasileira – entre os quais podem citar-se igrejas, sindicatos, movimentos de mulheres, negros, indígenas e sem-terra – enfrentariam dificuldades para sobreviver sem o apoio da cooperação internacional não governamental (INOUE, 1997, p. 10). Durante toda a década de 1980 e início da década de 1990, o surgimento de movimentos, ONGs e redes foi alavancado pelo apoio estratégico de agências de cooperação internacional, que possibilitou visibilidade pública a uma série de

⁶ Grande parte dos recursos mobilizados pelas agências não governamentais de cooperação provém de doações individuais. Essa característica é interessante, na medida em que representa um conjunto muito heterogêneo de doadores/as que, naturalmente, se desdobra numa grande diversidade de motivações e expectativas, também elas mutáveis e influenciadas pelo contexto histórico. “Uns querem garantir o futuro de uma criança africana, outros enfatizam a urgência de mudanças estruturais na economia mundial. Alguns são motivados por compaixão, outros por um sentimento de obrigação cristã. Mas todos querem que a sua contribuição, doada na igreja ou diretamente enviada às agências, possa ‘ajudar em algo’, mesmo sabendo que com isso não é possível solucionar todos os problemas” (POELHEKKE, 1996, p. 43).

agendas relacionadas aos direitos sindicais, às reformas agrária e urbana, à pauta das populações tradicionais e extrativistas, aos direitos das mulheres, à luta contra o racismo, à sustentabilidade ambiental, entre outras (CAMPOLINA, 2011, p. 09).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a sociedade civil organizada brasileira conduziu com protagonismo um processo de articulação e denúncia que contribuiu para a derrota da ditadura militar.

Para se entender o protagonismo de algo deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores, etc. (GOHN, 2005, p. 10).

Para prosseguir a análise, é importante ressaltar que este período corresponde a um momento de transição muito relevante para a organização da sociedade civil no Brasil. Democracia e desenvolvimento surgiam como bandeiras essenciais, articulando grupos muitíssimo diversos em torno de um objetivo político comum: a democratização do país (SANTOS, 2013, p. 178).

Além de ter significado um estímulo ao “surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos, negados pelo regime político vigente” (GOHN, 2005, p. 71), a oposição à ditadura também significou um elo articulador de diferentes atores. Ao longo dos anos de 1980, a crítica ao Estado e um amplo “sentimento antigovernamental” foram preponderantes para a construção de um discurso alternativo sobre o desenvolvimento (LYRA, 2005, p. 58). Frente ao contexto político e social, um conjunto de organizações e movimentos, com diversas características, pautas e bases sociais, reconheceu-se “como parte de uma aliança de diferentes em função de um projeto político específico: democratizar o País” (SORJ, 2006, p. 61).

A transição entre as décadas de 1970 e 1980 representa também a emergência e consolidação de “novos agentes de construção de identidades e força social organizada” (GOHN, 2005, p. 73). É a Era dos novos movimentos sociais, isto é, um período marcado pela ampliação dos grupos e dos sujeitos envolvidos em processos de reivindicação política e pela consolidação de novas práticas de mobilização social (SANTOS, 1999, pp. 39-40; GOHN, 2008, p. 443). Como abordado anteriormente, a década de 1980 constituiu um momento preponderante de transição com relação a antigos paradigmas epistemológicos, sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, também a análise das ciências sociais e sua produção teórica

a respeito dos “movimentos sociais no novo milênio defronta-se com novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, todos gerados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, genericamente circunscritas como efeitos da globalização, em suas múltiplas faces” (GOHN, 2008, p. 442).

A classe social, antes associada de forma orgânica aos processos de mobilização política, conservou a pertinência explicativa, embora seu determinismo como categoria de transformação tivesse sido amplamente revisto (SANTOS, 1999, pp. 40-41). Direitos sociais e culturais considerados modernos – como gênero, meio ambiente, raça e direitos humanos – entraram em pauta, mobilizando grupos mais amplos e plurais de pessoas, “que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e ONGs” (GOHN, 2005, p. 72).

Relacionar o surgimento de novos movimentos sociais com a transição paradigmática própria do final do século XX contribui com a interpretação da organização social e política brasileira do mesmo período. No Brasil, grande parte das organizações e movimentos sociais que, na sua gênese, se situam no campo da garantia de direitos e da defesa da justiça social, surgiu, justamente, entre as décadas de 1970 e 80. Esse é também, como já foi dito, o mesmo grupo de organizações e movimentos que combateram com veemência o regime militar e que, posteriormente, se posicionariam de forma amplamente contrária à adoção de políticas neoliberais típica da década de 1990 no Brasil (SANTOS, 20013, pp. 179-180).

Mesmo considerando o período de renovação das práticas de mobilização social e de revisão de paradigmas de vários níveis, cuja tendência se expressava mundialmente, como se explica que o surgimento de tantos e tão diversos atores sociais se tenha dado num momento histórico marcado pelo autoritarismo, como é o da ditadura militar no Brasil?

É certo que a resposta a esse questionamento não se revela a partir de uma explicação única ou isolada. No entanto, um fenômeno em particular deve ser considerado:

A solidariedade internacional naquele momento foi da maior importância e a articulação entre as organizações da sociedade civil brasileira e as organizações da cooperação internacional – e o financiamento destas últimas aos projetos das primeiras – foi essencial para a luta contra a ditadura e a posterior conquista da democracia no Brasil (SANTOS, 2013, p. 178).

É evidente que as relações com agências internacionais não governamentais de cooperação para o desenvolvimento se revelaram determinantes para o processo de reorganização da sociedade civil brasileira, assim como para a redemocratização do Brasil. A resistência à ditadura e a participação no processo de redemocratização contribuiu para a consolidação de relevantes movimentos sociais e para dar início à construção de redes da

sociedade civil, constituídas em torno da defesa de um conjunto de direitos políticos, econômicos e sociais que viriam a ser inscritos na Constituição de 1988.

De forma geral, as AICD de caráter não governamental reconheceram nas organizações da sociedade civil brasileiras canais alternativos de construção do processo democrático no país (TEIXEIRA, 2003, p. 105). Especificamente, essa cooperação contribuiu para a concretização de uma nova forma de associativismo – as organizações não governamentais, hoje um dos atores da sociedade civil com maior visibilidade e reconhecimento. Segundo dados de pesquisa feita em 1993, 75,9% das ONGs ligadas à ABONG tinham suas fontes de recurso provenientes das agências de cooperação internacional (ABONG, 1996 *apud* TEIXEIRA, 2003, p. 105).

O termo ONG não é recente, tampouco remonta aos anos 80. Na verdade, a ONU utiliza o conceito desde a década de 1940⁷. Acontece que foi com estas organizações – sem fins lucrativos e com um posicionamento, embora dentro dos limites legalmente permitidos, no campo da oposição – que as agências internacionais mantiveram suas mais estreitas relações. A cooperação alicerçava-se não só nos laços de caráter religioso e missionário, mas também na proximidade ideológica (SANTOS, 2013, pp. 180-181).

Apesar da visibilidade e de certo consenso conquistado na opinião pública, a verdade é que sob a sigla ONG cabe “um vasto e extremamente heterogêneo conjunto de organizações e práticas” (TEIXEIRA, 2003, p. 11), o que torna imprudente qualquer tipo de generalização. Nesse sentido, considerando a contribuição de Sorj, é importante ter em conta que:

a sociedade civil brasileira, como toda sociedade civil, é um fenômeno histórico e, portanto, deve ser analisada empiricamente (...). Assim, os atores sociais que dela fazem parte, assim como seu lugar no sistema político e suas orientações valorativas dependem tanto do contexto político nacional e internacional quanto do próprio desenvolvimento do campo social e simbólico da sociedade civil (SORJ, 2006, pág. 60).

No caso do Brasil, o apoio de organizações não governamentais estrangeiras viabilizou a assessoria de ONGs nacionais a setores populares e suas entidades. Ao longo das décadas de 1980 e ‘90, relações de cooperação de caráter essencialmente política procuraram fortalecer atores sociais coletivos e populares, no domínio da sua relação com o Estado.

Fortalecer atores sociais emergentes significava auxiliar na sua organização, sistematizar suas reivindicações, estabelecer os contatos que permitissem aos

⁷ Nesse contexto, a sigla referia-se às entidades não oficiais que recebiam recursos de órgãos públicos para executar projetos de interesse social e voltados à temática do desenvolvimento (TEIXEIRA, 2003, p. 18).

movimentos conquistar o apoio de outros setores da sociedade e o espaço público para suas demandas (BAVA, 1994, p. 97).

Nesse campo, situam-se ONGs que cumpriram um papel de assessoria e articulação social e política junto de movimentos populares; e que, simultaneamente, assumiram para si o papel de ator social, mobilizando setores e temáticas a partir de um projeto político próprio, para além do apoio prestado aos movimentos de base. Essas atividades não necessariamente se conflitam, o que, aliás, configura uma das características das ONGs.

Tendo perdurado ao longo do tempo, a relação de cooperação entre ONGs do Norte e ONGs do Sul possibilitou a construção de conhecimento e a experimentação de alternativas de desenvolvimento social, cultural e ambiental, conduzidas com o protagonismo da sociedade civil. No Brasil, o campo das ONGs consolidou-se a partir da mobilização concomitante de relações em três eixos distintos: “para baixo, com as bases da sociedade brasileira; horizontalmente, através das relações entre as próprias organizações similares; e para cima, com as agências de cooperação internacional” (JANSEN; LANDIM, 2011, p. 65 *apud* SANTOS, 2013, p. 181). A partir desse diálogo, várias organizações e movimentos ampliaram a sua capacidade de mobilização, articulação, proposição e incidência.

Enfim, a cooperação teve papel importante nesse período histórico, desde o fim da ditadura até recentemente. A cooperação contribuiu para o fortalecimento das organizações da sociedade civil brasileira e sua capacidade de mobilização para influenciar as políticas públicas. A cooperação contribuiu, estrategicamente, na construção de espaços onde lutas, agendas e processos coletivos foram gestados, permitindo ampliação do poder das organizações da sociedade civil e a tradução das lutas de um setor para outro. A cooperação contribuiu ainda para a sistematização das alternativas, diálogos com a academia e outros setores, e aprofundamento da capacidade de elaboração de propostas de políticas (CAMPOLINA, 2011, p. 09).

O financiamento, a política e as agendas das AICD contribuíram para a organização do movimento popular e, sobretudo, para a identificação e fortalecimento de novos atores sociais. “Conceitos marcantes dessa época eram os de ‘participação’, ‘conscientização’ e ‘poder popular’” (JANSEN, 1995, p. 04 *apud* PESSINA, 2012, p. 101). Porém, também as relações de cooperação internacional se reconfiguraram no decorrer da história. Outras agendas e estratégias passaram a ser priorizadas frente a uma conjuntura internacional em constante mudança. Novas exigências foram incorporadas ao processo de financiamento por parte das agências, sobretudo com relação a processos de monitoramento e avaliação dos resultados dos projetos apoiados. O papel das próprias organizações da sociedade civil brasileiras foi se modificando, adaptando-se às transformações do contexto social e político nacional.

A forma como se deu o processo de consolidação democrática no Brasil desembocou, em médio prazo, na adoção de uma política econômica neoliberal, tendência que se confirmou em diversos países da América Latina. Muitas das organizações sociais e populares brasileiras continuaram, nesse contexto, engajadas no combate à agenda liberal, que obedecia à lógica do mercado, mesmo no campo das políticas sociais (PESSINA, 2012, p. 181). Se, por um lado, a ampliação da participação do terceiro setor foi comemorada, também se questionava o esvaziamento do Estado e a opção pela privatização de serviços sociais. Pela sua importância para os objetivos deste trabalho, as particularidades da década de 1990 e os seus efeitos para as relações não governamentais de cooperação serão exploradas mais adiante.

Vale esclarecer que, nesse período, a posição política das ONGs não mais se definiu, como em outros momentos, pela contraposição ao Estado. A partir de um processo de ampliação de espaços públicos de participação, essas organizações colaboraram na formulação, implementação e controle social sobre as políticas públicas. Desde meados da década de 1990, “as organizações da sociedade civil iniciaram o processo de reciclagem de seu discurso para enfrentar os desafios práticos da vida democrática, em que o Estado não é algo externo ao corpo social e, em vez de transformações radicais, no horizonte surgem reformas parciais, que exigem capacidade de elaborar propostas a partir de conhecimento específico dos temas em pauta” (SORJ, 2006, p. 68).

Um aspecto, no entanto, vale ressaltar: mesmo que as dinâmicas da cooperação não governamental fossem fortemente influenciadas pelo contexto nacional e internacional, as mudanças nas relações de parceria entre agências não governamentais e suas parcerias da sociedade civil brasileira foram também, em diversos momentos históricos, dialogadas. Frente à tecnicização da gestão de projetos iniciada na década de 1990, assumiu-se a necessidade de garantir a participação das organizações da sociedade civil na definição dos rumos e termos que regeriam a cooperação internacional no futuro (INOUE, 1997, p. 04). Nessa situação, novos pactos foram construídos a partir de processos participativos e solidários.

Embora, no universo das relações internacionais, a cooperação não governamental represente um conjunto relativamente pequeno, sua influência e importância não pode ser negada. A postura de diálogo e atuação em rede tem contribuído para o fortalecimento de um modo de cooperar que se baseia na proposição, discussão e experimentação de um modelo de desenvolvimento alternativo ao hegemônico (POELHEKKE, 1996, p. 42). Esse é um diferencial que parece unir as agências do Norte às suas parceiras do Sul.

O discurso de sentidos compartilhados e a confiança construída por meio de canais de diálogo contribuíram para a consolidação de parcerias ao longo do tempo, edificadas na

contramão do caráter prescritivo do desenvolvimento hegemônico. Ao mesmo tempo em que as organizações do SCID oficial defendiam o livre mercado como vetor de igualdade social ou pactos de responsabilidade e políticas de ajustes estruturais, outras redes foram provocadas pelas novas configurações do mundo globalizado. Por viabilizar experiências conduzidas localmente – ou até mesmo combater os impactos negativos que, territorialmente, resultam de globalismos localizados – uma forma alternativa de estabelecer cooperação internacional contribuiu para reconhecer e fortalecer atores da sociedade civil, cujo protagonismo para a redemocratização precisa de reconhecimento.

CAPÍTULO 2 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NÃO GOVERNAMENTAL



Figura 4. *Desafios locais e globais para a sociedade civil.* Seminário Internacional organizado pelo CAA-NM, na cidade de Montes Claros, no âmbito das atividades de comemoração dos seus 30 anos. **Fonte:** Indi Gouveia – Arquivo CAA- NM (2015).



Figura 5. *Construção da Teoria de Mudança Institucional.* Oficina que envolveu toda a equipe do CAA-NM com o objetivo de aprofundar a análise de problemas no campo de intervenção da organização e apoiar a definição de objetivos de longo e médio prazo. **Fonte:** Arquivo CAA-NM (2017).

No Brasil, o período das transições democráticas é preponderante para compreender as configurações e institucionalidades da sociedade civil. Nesse momento, “surge uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismos que emergem na cena política” (GOHN, 2005, p. 74). Este é, aliás, o cenário de surgimento do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, num campo de articulação que se propôs a debater causas e soluções para os problemas do desenvolvimento rural.

Alianças globais de caráter não governamental favoreceram o surgimento e a consolidação desse tipo de experiências conduzidas localmente. Essas relações reconfiguraram-se ao longo do tempo, dando resposta aos desafios institucionais e conjunturais próprios de cada fase. Ao assumir a dinâmica das relações de cooperação estabelecidas pelo CAA-NM e suas partes internacionais, este capítulo apresenta diferentes ciclos, pactos, conquistas e tendências das parcerias entre organizações da sociedade civil do Norte e do Sul globais.

2.1 Institucionalização de articulações locais-globais

Considerando o marco sociopolítico da década de 1980, a história da cooperação com organizações internacionais funde-se à história do CAA-NM. Essa coincidência parece ser comum no seio da sociedade civil brasileira, especialmente no campo da agroecologia. A ata de fundação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, datada de 1989, expressa “a necessidade da criação de uma entidade jurídica para dar continuidade ao trabalho do Projeto Tecnologia Alternativa”, então apoiado pela FASE/Nacional, que viabilizou de forma embrionária um conjunto de ações para “desenvolver junto com os pequenos produtores um novo modelo de agricultura, contra este modelo que está aí” (CAA-NM, 1989).

A formalização do CAA-NM no formato de associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, apartidária e com duração indeterminada, parece fazer parte, portanto, da estratégia que permitiria dar continuidade ao trabalho de mobilização e formação de agricultores/as familiares. Desenvolvido, informalmente, desde setembro de 1982, ampliou possibilidades de articulação, de elaboração de projetos e, conseqüentemente, de acesso a recurso e infraestrutura.

Já se referiu que a cooperação internacional contribuiu para a concretização de uma nova forma de associativismo no contexto de redemocratização do Brasil. Essa tendência parece confirmar-se com a análise do surgimento e da constituição formal do CAA-NM, assim como

do início das relações de parceria com agências de cooperação internacional, sobretudo considerando o contexto histórico em que estes acontecimentos se inserem.

Vale reforçar que a década de 1980 compreendeu um momento de transição, visto que o processo de redemocratização procurava abandonar heranças enraizadas no período da Ditadura Civil Militar. Conforme é relatado no documento que sistematiza o espaço de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) do CAA-NM, realizado em fevereiro de 2017 e dedicado ao resgate da memória institucional, o “contexto nacional, naturalmente, também se refletia no Norte de Minas Gerais. A região era marcada pelo predomínio do coronelismo e do patrimonialismo, com grande atuação política por parte de uma elite fortalecida” (CAA-NM, 2017). As elites agrárias eram protagonistas, aliando-se à chegada de políticas desenvolvimentistas, que muito investiram na região, sem, no entanto, favorecer a população mais empobrecida. O mesmo relatório de PMA destaca que “para fora, o Norte de Minas consolidava uma imagem aliada à seca, à pobreza e à falta de instrução” (CAA-NM, 2017).

(...) neste mesmo período, os governos federal e estadual procuraram implantar alguns programas de desenvolvimento voltados para a pequena produção, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF), da Secretaria de Trabalho e Assistência Social de MG (SETAS) e da EMATER-MG. No entanto, os técnicos de tais programas começaram a avaliar os impactos negativos da inserção da pequena produção, no pacote da Revolução Verde (FLEIG, 2004, p. 66).

Frente a uma conjuntura marcada por muitas contradições e diversas violências, a sociedade civil se organizava. A referência às Comunidades Eclesiais de Base é, nesse contexto, inevitável, na medida em que são, invariavelmente, citadas como a principal incubadora dos movimentos sociais populares da região, sobretudo no meio rural. Também a “Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como outras pastorais, assumiram grande importância, estimulando o processo de afirmação dos povos do lugar. A elas se aliaram alguns sindicatos criados ao longo da década de 80, que também cumpriram um papel preponderante na organização popular” (CAA-NM, 2017). Na contramão da chamada “Revolução Verde”, alguns grupos sociais – técnicos/as, pesquisadores/as e agricultores/as – começaram a propor e debater um modelo de desenvolvimento rural dito alternativo, baseado nos princípios da agroecologia e na proposta de tecnologias originais.

Tais discussões fomentaram uma articulação entre o PTA-FASE, a CPT, Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social de MG (SETAS) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da região, na busca de propostas produtivas, que fossem

ao encontro das condições sociais, culturais e edafoclimáticas da região. Em julho de 1985, a Casa Pastoral Comunitária da Diocese de Montes Claros promoveu o I Encontro Regional de Agricultura Alternativa para discutir a realidade da pequena produção e as tecnologias alternativas. Participaram deste encontro lideranças sindicais, comunitárias, agentes pastorais, técnicos da SETAS e EMATER. Deste encontro surgiu a proposta de constituição de um centro que aglutinasse a discussão sobre a estrutura agrária, agricultura familiar e promovesse a experimentação e difusão de tecnologias alternativas na região (FLEIG, 2004, p. 67-68).

No cerne dessas articulações surgem, portanto, as primeiras experiências que, mais tarde, gerariam o CAA-NM, a partir de uma forte conexão com grupos organizados da Igreja Católica, da realização de um estudo, que durou cerca de dois anos, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e da execução do Projeto Tecnologia Alternativa (PTA), vinculado à FASE. Mesmo que de forma indireta, ligações internacionais já se revelavam fundamentais nesse momento, à medida que o PTA/FASE era executado por meio de um projeto apoiado pela cooperação técnica francesa.

Foi em 1985 que a MISEREOR, agência de cooperação alemã, passou a apoiar o trabalho do então chamado CTA (Centro de Tecnologias Alternativas), com recursos humanos e infraestrutura viabilizados pelo Projeto Comunitário do Norte de Minas, possível graças a um convênio firmado com a Diocese de Montes Claros (FLEIG, 2004, p. 68). Essa foi a primeira relação com uma agência de cooperação internacional, contemporânea ao início dos debates sobre a necessidade de institucionalização do trabalho desenvolvido. Fruto de discussões sobre a necessidade de ampliar as ações promovidas, sem se restringir aos campos da formação e experimentação, com o objetivo de abarcar também a produção e a comercialização, por exemplo, nasce o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, cujo escopo se expande para além das Tecnologias Alternativas (FLEIG, 2004, p. 68).

Compreende-se que a atuação da MISEREOR na região do Norte de Minas – que viabilizou as experiências que deram origem ao CAA-NM – tenha sido concretizada por meio de um convênio firmado com a Diocese de Montes Claros, uma vez que esta agência europeia é a “obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento”⁸. Fundada em 1958, a MISEREOR está organicamente relacionada à Central Católica de Ajuda ao Desenvolvimento (KZE⁹), aplicando recursos oriundos “de doações de católicos alemães e de fundos diocesanos dos orçamentos colocados à disposição pela Associação de Dioceses da Alemanha” em projetos pastorais, de serviços sociais e na área da promoção do desenvolvimento em países do sul global (VALENTE, 2010, p. 125).

⁸ Site oficial da MISEREOR. Disponível em: <<https://www.misereor.org/>> Acesso em: 02 de fev. de 2020.

⁹ Katholische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe.

Os recursos geridos e distribuídos pela MISEREOR deixaram de ser somente de origem privada em 1962, momento em que o Governo alemão, por meio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ¹⁰), passou a atribuir à agência fundos oriundos de receitas fiscais, reconhecendo o profissionalismo da organização não governamental na promoção de projetos de desenvolvimento. “Estes recursos representam dois terços do orçamento de MISEREOR para o setor de projetos” (MISEREOR, 2010).

A motivação cristã do trabalho desenvolvido pela MISEREOR é clara, visto que a organização constitui uma das vertentes da Confederação dos Bispos Alemã, fato evidentemente expresso nos seus materiais de apresentação: “a MISEREOR dá testemunho do compromisso da Igreja Católica de colocar-se ao lado dos pobres, doentes e oprimidos na luta contra a pobreza e por condições de vida dignas” (MISEREOR, 2010).

A MISEREOR cooperava com parceiros fortemente engajados não apenas contra as ditaduras, mas também nas lutas políticas subsequentes pela emancipação dos excluídos e pela conquista de seus direitos. As ações políticas da Igreja Católica local, nesse período, destacadamente na América Latina, foram as principais responsáveis por tal opção. No Brasil, por convocação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, surgiu, em 1972, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI e, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que assumiram uma postura declarada de defesa dos marginalizados (PESSINA, 2012, p. 176).

A defesa dos marginalizados¹¹, orientada pelo questionamento das causas estruturais da injustiça e das desigualdades constitui, notadamente, uma das prioridades estratégicas da MISEREOR, que intitula seu documento de apresentação “Com ira e ternura ao lado dos pobres” (MISEREOR, 2010). Com parceiros que executam projetos na África, na Ásia, na Oceania e na América Latina, a organização alemã pretende, por meio de seus apoios, melhorar de forma permanente as condições de vida e de trabalho dos grupos com quem atua, confiando aos compartes a análise de problemas e a proposição de soluções consideradas adequadas às realidades locais. Atuam em parceria com a agência

organizações ligadas à Igreja, organizações não governamentais, movimentos sociais e institutos de investigação, com os quais coopera estreitamente, em parte já desde há décadas. Os parceiros configuram os processos de desenvolvimento locais juntamente com os atingidos e implementam os projetos. MISEREOR os assessora e apoia com know-how e recursos financeiros (MISEREOR, 2010).

¹⁰ Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung, fundado em 1961.

¹¹ Isto é, “os pobres, os doentes, os famintos e os desprivilegiados”. Site oficial da MISEREOR. Disponível em: <<https://www.misereor.org/>> Acesso em: 20 de março de 2020.

Apesar de constituir relações de parceria com uma diversidade de organizações e movimentos ao redor do mundo, a MISEREOR sempre considera o vínculo com a Igreja Católica no processo de aprovação de projetos. A cada ciclo de três anos – período que, por regra geral, corresponde à duração dos projetos – as organizações parceiras devem apresentar uma carta de recomendação do Bispo da Arquidiocese da sua região de atuação, reconhecendo e legitimando o conjunto de ações proposto e seus impactos junto das populações atendidas. A apresentação dessa carta é condição para a aprovação dos projetos.

Como visto, o apoio inicial da MISEREOR foi fundamental para a estruturação inicial do CAA-NM, pois possibilitou a abertura de caminhos para a consolidação de um trabalho que se iniciou informalmente. Já na década de 1990, após a formalização, o Centro ampliou a sua atuação, abrindo-se para novos públicos. Entre 1993 e 1994, deu-se início ao trabalho de capacitação de jovens, fruto de uma preocupação com a renovação, a formação de lideranças e sua relação com a continuidade do protagonismo dos/as agricultores/as e das comunidades nos processos de organização sociopolítica que tinham sido iniciados. Os apoios internacionais também se ampliaram nessa época: a PPM (Pão Para o Mundo), alemã, e a Fundação Kellogg, norte americana, passaram, nesta fase, a financiar ações desenvolvidas pela instituição (CAA-NM, 2017).

A Pão Para o Mundo (PPM) foi criada em 1959, isto é, no mesmo período histórico que a sua conterrânea MISEREOR. A PPM “é a organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha” e apoia, atualmente, ações voltadas para o desenvolvimento e “em prol da irradicação da fome, da pobreza e da injustiça” em mais de 90 países¹². A agência foi fundada no âmbito da ação de diaconia das igrejas evangélicas alemãs, “como uma campanha de arrecadação, que recebe os seus recursos integralmente de contribuições voluntárias dos fiéis e do público em geral, por meio das igrejas locais” (POELHEKKE, 1996, p. 25). Ao longo do tempo, à semelhança do que aconteceu com a MISEREOR, a origem das fontes de recurso da PPM se diversificou, passando a incluir dinheiro público. Nesse sentido, a organização viabiliza o seu trabalho atual “através de doações, fundos estatais e fundos eclesiais”¹³.

As agências tiveram origem no seio da sociedade civil dos países do norte. Suas principais fontes de financiamento eram as igrejas e doações particulares. Muitas foram reconhecidas pelos Estados como canais para lugares de difícil acesso em

¹² Site oficial da PPM. Disponível em: <<https://www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo/>> Acesso em: 30 de jan. de 2020.

¹³ *Ibidem*.

termos de cooperação política, o que motivou o co-financiamento público de muitas delas (PESSINA, 2012, p. 100).

O alcance de uma vida considerada digna para as populações empobrecidas do mundo se configura enquanto objetivo no horizonte estratégico da PPM. O “amor ao próximo” e a “dignidade humana” são princípios apontados pela agência como guias para ações promovidas – “acreditamos que todos os seres humanos são filhos de Deus e iguais em direitos. Trabalhamos para apoiar aqueles cujos direitos são desrespeitados e cuja dignidade é violada” (PPM, 2019). Como se vê, a preocupação com a dignidade das populações empobrecidas do mundo é um tema recorrente nos materiais de apresentação das agências. Essa tendência permite, a este ponto, que se afirme que o combate à pobreza é um dos pontos em comum que se revela no discurso das duas organizações europeias já mencionadas, com reflexos na sua atuação.

A produção de alimentos, como caminho para a erradicação da fome no mundo, a garantia de acesso à água e a serviços de educação e saúde, a par da defesa dos direitos humanos e da contenção da destruição ambiental se colocam entre as prioridades desta agência, conforme listado no seu documento de apresentação, intitulado: “Pela dignidade humana” (PPM, 2019). Embora se afirme “firmemente implantada em todas as Igrejas regionais e livres na Alemanha, em suas congregações e Serviços de Diaconia”, o alicerce religioso é menos evidente nos materiais de apresentação da PPM, quando comparados com os elaborados pela MISEREOR (PPM, 2019). Um aspecto curioso, no entanto, merece ser destacado: a mesma carta de anuência, escrita e assinada pelo Bispo da Diocese da região de atuação das organizações parceiras, também é exigida pela PPM como critério para aprovação de novos ciclos de projeto, muito embora sua origem seja protestante e não católica.

É possível afirmar que o saber-fazer técnico e o acúmulo político proporcionados pela primeira parceria com a MISEREOR abriu caminhos para que o CAA-NM se relacionasse com outras agências internacionais nos primeiros anos após a sua institucionalização, como se concretizou com a PPM. Posteriormente, aos apoios internacionais de caráter institucional – como a MISEREOR e a PPM, assim considerados por apoiarem de forma estratégica o trabalho da entidade, numa relação de parceria mais orgânica, de confiança, para além do desenvolvimento de projetos – outros se agregaram, à medida que a proposta técnica e política da instituição norte mineira se consolidou e ganhou reconhecimento. Ao longo da sua história, o Centro recebeu financiamento de uma série bastante diversa de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Fundação

Ford (norte americana), a Inter American Foundation (IAF, norte americana) ou a Kindernothilfe (KNH, de origem alemã), dentre outras.

São inegáveis a importância e a influência das parcerias institucionais nas duas primeiras décadas de existência do CAA-NM, após a formalização em 1989, sobretudo se se considerar a sua primazia no orçamento da instituição.

A gestão do CAA-NM é condicionada por sua alta dependência de recursos provenientes de agências financiadoras do Exterior. As agências internacionais de ajuda para o desenvolvimento, principalmente da Alemanha, como a MISEREOR e a Pão Para o Mundo (PPM), a Inter American Foundation (IAF), e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), no Brasil, respondem por 90% dos recursos financeiros responsáveis pela manutenção das suas atividades. A MISEREOR é a financiadora do projeto mãe, de formação e educação dos agricultores familiares, desenvolvido desde 1987 até hoje (FLEIG, 2004, p. 90).

Tendo em vista os objetivos deste trabalho importa, ainda, dar destaque a outra associação internacional estabelecida pelo CAA-NM, que, embora mais tardia, assumiu os mesmos contornos de parceria institucional referidos a respeito da MISEREOR e da PPM, no decorrer da história do Centro – aquela firmada em 2006 com a HEKS/EPER¹⁴, organização suíça. Também em vigor até os dias de hoje, a relação entre o CAA-NM e a HEKS foi mediada pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), organização brasileira criada por Igrejas Cristãs e parceira histórica do Centro, que “tem a missão de fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça”¹⁵.

A HEKS foi fundada em 1946 pela Federação das Igrejas Protestantes Suíças “para contribuir para a reconciliação e a reconstrução da Europa depois da guerra” (POELHEKKE, 1996, p. 20). Esta organização de ajuda das Igrejas Protestantes Suíças, à semelhança do que acontece com a MISEREOR e a PPM, aponta a “dignidade de todo ser humano” como compromisso central e norteador da sua atuação, “de acordo com o evangelho do amor cristão” (tradução nossa)¹⁶.

O auxílio às pessoas refugiadas, por meio de comitês de apoio regionais, marcou a atuação da HEKS na Europa no período que se seguiu à sua fundação. Assistindo igrejas locais, a organização contribuiu com ações de apoio às pessoas desempregadas, empobrecidas e excluídas, não só na Suíça, mas também no Leste Europeu. No final da década de 1950, a agência começou a intermediar projetos no sul global, priorizando a “ajuda emergencial em

¹⁴ Hilfswerk der Evangelischen Kirchen Schweiz (Organização de Ajuda das Igrejas Evangélicas Suíças)

¹⁵ Site oficial da CESE. Disponível em: <<https://www.cese.org.br/>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

¹⁶ Site oficial da HEKS. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

caso de guerra, calamidades naturais, fome, etc., por meio de projetos de educação técnica com envio de professores suíços” (POELHEKKE, 1996, p. 20). A partir da consolidação das parcerias com igrejas e ONGs da África, Ásia e América Latina a abordagem da assistência ao desenvolvimento passou a ser incorporada ao trabalho da organização suíça. No Brasil, a HEKS atua desde os anos de 1980, focada na região do Cerrado brasileiro, isto é, “no Brasil central e no Mato Grosso do Sul” (tradução nossa)¹⁷.

Uma vez mais, o contexto de combate à ditadura e de redemocratização vivenciado no Brasil ao longo da década de 1980, a par dos princípios religiosos que motivaram a inserção das agências no sul global, são importantíssimos para analisar a história da cooperação. Ambos os elementos são mencionados pela HEKS a respeito da sua atuação no Brasil, já que “após o fim da ditadura, a agência humanitária atendeu ao chamado das igrejas ecumênicas para implementar a ‘Opção pelos Pobres’, que apresentava a marca da teologia da libertação” (tradução nossa)¹⁸.

A par de um processo de (re)organização da sociedade civil, a corrente teológica cristã surgida na América Latina, já mencionada em momentos anteriores deste trabalho, confirma-se como determinante no processo de atuação da agência protestante suíça no contexto brasileiro. Movimentos nacionais inspirados pela Teologia da Libertação, como é o caso da CPT, também cumpriram um papel motivador, igualmente fundamental para constituir as primeiras articulações e debates que originaram o CAA-NM, na década de 1980. Na atualidade, o “fortalecimento da sociedade civil” continua figurando entre as “prioridades temáticas” da atuação da HEKS no Brasil (tradução nossa)¹⁹.

Presente em 33 países – em 2017 a organização apoiava um total de 207 projetos na Suíça e ao redor do mundo – a HEKS viabiliza sua atuação por meio de recursos privados e públicos, como também acontece com a MISEREOR e a PPM. O orçamento da HEKS é composto por “contribuições das igrejas membros”, do “governo federal suíço”, de “outras instituições domésticas e organizações estrangeiras”, da “receita de ativos”, além de “doações de pessoas físicas e jurídicas”, como é comum na realidade da maioria das agências internacionais (HEKS Foundation Regulation, 2019, p. 06). De acordo com o relatório anual de 2018, cerca de 10% do total de recursos mobilizados pela HEKS, nesse ano, provinha de origem pública (HEKS, 2018, tradução nossa).

¹⁷ Site oficial da HEKS. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

Em 1994, o governo federal suíço publicou um documento, Diretrizes Norte-Sul, sobre a sua política de ajuda nos anos 90. Nele, o governo declara que é necessário considerar a totalidade das relações com o exterior – políticas, econômicas e sociais – quando se fala da Suíça em relação ao Sul. Isso vale especialmente no que se refere ao comércio, inversões econômicas, agricultura e migração (POELHEKKE, 1996, p. 19).

Se, por um lado, este tipo de publicação dá pistas sobre uma reflexão a respeito de solidariedade e impacto internacionais, à qual se regressará mais à frente, também é verdade que demonstra alguns temas que parecem ser caros à política de cooperação no contexto suíço. Nos dias de hoje, a HEKS continua atuando em prol da “da integração de refugiados e pessoas socialmente desfavorecidas” na Suíça, enquanto prioriza, internacionalmente, projetos de “desenvolvimento da comunidade rural, ajuda humanitária e cooperação da igreja” (tradução nossa)²⁰.

De fato, a realidade rural é central na estratégia da HEKS para o Brasil, conforme explicita o programa de atuação da agência para o país. Para a organização suíça, trabalhar a temática do desenvolvimento rural diz respeito a elaborar políticas institucionais, articular e apoiar projetos relacionados ao “acesso à terra e à água, segurança alimentar e criação de organizações de base rurais”, com abordagens específicas e prioritárias para públicos como mulheres e jovens (tradução nossa)²¹. Todos esses temas estão, como se sabe, na essência da atuação do CAA-NM na região do Norte de Minas desde a sua fundação.

2.2 Monitoramento: entre a burocracia e a política

Compartilhando princípios e atuando em parceria, AICD e ONGs brasileiras parecem reconhecer-se enquanto elos de uma mesma cadeia. O relacionamento que se estabelece nessa união para a cooperação efetiva-se mediante trocas em dois sentidos, interdependentes. Se, por um lado, a atuação das ONGs brasileiras se beneficia do financiamento e do papel de comunicação e *lobby* desempenhado pelas agências internacionais, também estas últimas não teriam razão de existir sem boas articulações ao Sul (POELHEKKE, 1996, p. 45).

Até ao final da década de 1980, as relações de cooperação não governamental fundamentaram-se, sobretudo, em princípios como a solidariedade e a confiança. A transição

²⁰ Site oficial da HEKS. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

²¹ *Ibidem*.

entre a década de 1990 e os anos 2000 revelou, porém, uma nova tendência. Ao serem reconhecidas e legitimadas, junto com outros atores não governamentais, enquanto agentes importantes no âmbito da cooperação internacional, as AICD passaram por profundas reestruturações em termos de estratégia e gestão. Nesse contexto, novas institucionalidades foram exigidas, observando temáticas e agendas que ganhavam relevância no sistema de ajuda oficial. Projetos com objetivos e indicadores mais facilmente mensuráveis tiveram prioridade (PESSINA, 2012, p. 107). A questão do impacto dos projetos apoiados ganhou centralidade, pelo que se concretizou um processo de aperfeiçoamento de instrumentos e metodologias de avaliação por parte das agências. As chamadas soluções para a gestão social tornaram-se componentes centrais para o estabelecimento de parcerias, muitas vezes consideradas condição essencial para a aprovação de projetos.

Como se referiu anteriormente, ao longo da década de 1990, a ONU promoveu uma série de cúpulas, das quais resultou a compilação, no início dos anos 2000, de um conjunto de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM sistematizaram um compromisso global em termos de desenvolvimento, como caminho de cooperação para reduzir a pobreza extrema ao redor do mundo, é certo também que representaram um novo modelo organizativo e estratégico, já que incorporam, “como na lógica empresarial”, “objetivos a serem alcançados em determinado período de tempo” (PESSINA, 2012, p. 50).

Estabelecendo metas quantitativas e obedecendo à lógica da transformação planejada e mensurável, os ODM uniram os atores da cooperação internacional – oficial e não governamental – em torno de relativa unanimidade, figurando claramente nas narrativas e programas das AICD ao longo de toda a primeira década do séc. XXI. “As cúpulas da ONU e a Declaração do Milênio utilizam expressivamente um discurso que marcará, de forma crescente, as políticas de Cooperação para o Desenvolvimento até hoje – o discurso da Eficácia da Ajuda” (PESSINA, 2012, p. 55).

A preocupação com a eficácia decorre, portanto, da articulação de dois fatores: o primeiro, dado como uma resposta à onda crescente de questionamento e crítica com relação à utilidade e ao impacto das ações de cooperação; o segundo, deveu-se às mudanças verificadas no seio do SCID, que influenciaram e desencadearam processos de aperfeiçoamento metodológico nas AICD. Iniciados em 2003, os Fóruns de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda²² envolveram, inicialmente, Governos e Organizações Internacionais e, posteriormente,

²² Promovidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os Fóruns aconteceram em Roma, Itália, em 2003; em Paris, França, em 2005; em Acra, Gana, em 2008 – contemplando, pela primeira vez, a presença de OSC; e em Busan, Coreia do Sul, em 2011. O Fórum de Busan reuniu tanto

a Sociedade Civil em uma “nova aliança, mais ampla e inclusiva que nunca, baseada em princípios compartilhados, metas comuns e compromissos diferenciados com vistas a um desenvolvimento internacional eficaz” (PESSINA, 2012, p. 67). À medida que o trabalho desenvolvido pelas agências de cooperação não governamentais passou a ser legitimado e considerado nos fóruns oficiais, sua liberdade em termos de agenda, metodologia e gestão de recursos se reduziu.

As organizações da sociedade civil, que, historicamente, se empenharam na cooperação para o desenvolvimento de forma a fortalecer os movimentos sociais em suas reivindicações depararam-se com o desafio de concorrer com o setor privado pelos recursos públicos de seus países voltados para a cooperação. Apesar de também serem convocadas para a parceria global pela eficácia do desenvolvimento, a crescente competição por recursos condiciona a sua sustentabilidade financeira à adoção das agendas internacionais em detrimento das agendas de lutas que muitas agências não governamentais empenharam ao longo de suas histórias. (...) Agendas mais críticas ao modelo de desenvolvimento hegemônico, principalmente aquelas que ainda eram apoiadas pelas Agências não governamentais de cooperação para o desenvolvimento, que disputam os sentidos da democracia nos países em desenvolvimento e enfrentam a lógica dos mercados e da desigualdade, tendem, a partir da Aliança de Busan, a enfraquecerem ainda mais. (PESSINA, 2012, p. 72-73).

É comum que se aponte que, na primeira década dos anos 2000, se iniciou uma tendência de pragmatismo nas AICD europeias, que demandou das OSC brasileiras adequações na elaboração, gestão e avaliação de seus projetos. Esta inclinação foi tão mais forte quanto maior o nível de dependência das agências com relação à utilização de recursos públicos em seus países de origem. As novas prioridades, relacionadas com a transparência e a eficácia, resultaram na incorporação de técnicos(as) especialistas nos quadros das agências, o que motivou uma tecnicização de relações que, até então, eram substancialmente políticas. Além da inclusão de uma nova geração de funcionários(as), as agências passaram também por um processo de adoção e proposição de metodologias de gestão social, em diálogo com as suas parceiras do Sul. Temas como Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), Indicadores, Marco Lógico, Cadeia de Impacto, Teoria de Mudança ou Linha de Base tornaram-se parte do cotidiano das relações de cooperação, mantendo-se até à atualidade. Essa burocratização dificultou o acesso de pequenas associações e organizações comunitárias a recursos oriundos da cooperação internacional, fator que reforçou o papel de mobilizador em três eixos já cumpridos pelo CAA-NM. A entidade, a partir das suas habilidades e adaptações técnicas e administrativas, preservou a capacidade de se relacionar tanto com as agências estrangeiras,

representações de Governos, quanto Organizações Internacionais, Agências de Desenvolvimento, ONGs e Sociedade Civil para debater princípios comuns de efetividade para a cooperação internacional.

quanto com organizações brasileiras do mesmo campo sociopolítico, além de assessorar e capacitar outras experiências de pequeno porte, como as de caráter comunitário.

De forma geral, assumiu-se que sistemas sólidos de controle e prestação de contas seriam ferramentas viáveis para garantir resultados concretos e visíveis ao nível das ações apoiadas. Projetos que, anteriormente, priorizavam dimensões mais subjetivas, como a organização, a conscientização política, a formação ou o fortalecimento de determinados segmentos, precisaram incorporar objetivos mais concretos e, de certa forma, mais modestos. Uma questão pertinente se consolidou à época: é sensato assumir que a atuação das AICD e de suas partes é capaz de resolver os problemas sociais do mundo? “A cooperação vem sendo bombardeada, pois se propuseram coisas impossíveis, como por exemplo erradicar a pobreza”. Perante esta contradição, as agências passaram a priorizar o apoio a programas que motivam mudanças estruturais “em pequena escala. São exemplos desse tipo de suporte a PPM e a HEKS (...)” (INOUE, 1997, p. 13).

Esse movimento resultou em adaptações na realidade institucional das parceiras brasileiras. No caso do CAA-NM, o “programa de desenvolvimento institucional e a sistematização do planejamento, monitoramento e avaliação de suas ações também podem ser considerados uma pressão dos agentes financiadores” (FLEIG, 2004, p. 92). O esforço passou por, frente às novas exigências, incorporar metodologias com potencial de aprendizado, de forma a corresponder às expectativas das agências parceiras sem, no entanto, perder a identidade e a autonomia. Em 2004, um colaborador do CAA-NM apontava, justamente a respeito do processo de PMA, que “não era uma coisa que estava colocada; de repente, se não fosse cobrado, nós não teríamos. O que a gente fez foi traduzir estas cobranças em aspectos que eram importantes para o CAA; não veio como uma interferência, mas retornar o diálogo apontando o que é interessante” (FLEIG, 2004, p. 92).

Atualmente, a dinâmica de PMA está organicamente presente no modelo de gestão da instituição, que realiza três momentos ao longo do ano, destinados ao planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, respectivamente, envolvendo tendencialmente todo o seu corpo de colaboradores/as. Pode afirmar-se, portanto, que as demandas das agências financiadoras conduziram as OSC a incorporar ao seu planejamento e gestão uma dimensão nova, a do desenvolvimento institucional. Em um de seus relatórios de atividades do ano de 2002, o CAA-NM qualificava esta dimensão da seguinte forma:

(...) conjunto articulado de estratégias mobilizadas pela entidade no sentido do fortalecimento de sua missão junto ao público trabalhado. Estas estratégias preveem a participação dos agricultores e de outros parceiros na gestão institucional;

mobilização de recursos para o desenvolvimento do trabalho; a qualificação do seu quadro de recursos humanos (sócios, diretores, funcionários, monitores e colaboradores); uma política de comunicação para dar visibilidade a suas propostas e aos resultados do seu trabalho, com parcerias no setor popular e público. O desenvolvimento destas estratégias tem como meta manter uma gestão institucional transparente, ética e qualificada para responder à atualidade dos problemas e desafios enfrentados (FLEIG, 2004, p. 101).

A revisão de metas e processos de avaliação deveu-se, no contexto do CAA-NM, à articulação entre percepções internas e demandas das agências parceiras. Uma avaliação mais criteriosa e sistemática permite averiguar os resultados das ações desenvolvidas, seus impactos negativos e positivos, possibilitando, simultaneamente, que se divulguem experiências exitosas, ampliando canais de diálogo e conquistando legitimidade perante a sociedade. A incorporação do desenvolvimento institucional como dimensão importante provocou adaptações e reflexões nas organizações locais, mas também suscitou críticas, sobretudo das entidades politicamente mais engajadas, quando estas passam a observar uma substituição da lógica da solidariedade pela lógica do êxito. Há que se considerar, neste ponto, que o impacto está muito além de um processo meramente burocrático ou de controle, pois pode, também, ser considerado em sua dimensão política:

A força política de um movimento ou grupo é dada pelo projeto político que ele constrói, pelos valores que o sustentam, pelo impacto que suas ações provocam na sociedade civil e política, pelos desafios que enfrenta e pela forma como faz isso; pelos resultados qualitativos que obtém com suas ações e pelos resultados quantitativos (dado pelo número de conquistas e derrotas que se obtém na trajetória de ações, considerando um período mínimo do ciclo de existência do coletivo organizado) (GOHN, 2005, p. 38).

Nessa perspectiva, é interessante apresentar como a questão do impacto e da eficácia é percebida pelas AICD, parceiras do CAA-NM. Embora a MISEREOR conduza processos avaliativos, internamente, desde 1968, o primeiro conceito de avaliação foi elaborado e consolidado em 2006, pelo conjunto das agências eclesiais alemãs de cooperação para o desenvolvimento que envolve também a PPM (MISEREOR, 2017, p. 05).

Três princípios são apontados como fundamentais no processo avaliativo incorporado pelas agências alemãs: o pacto com o desenvolvimento institucional de suas parceiras e, conseqüentemente, com “o fortalecimento da sociedade civil no Sul”; o compromisso com as populações empobrecidas, que resulta em processos de análise mais amplos do que os objetivos e documentos de projetos executados em curto prazo; e, por fim, a responsabilidade financeira, que se traduz no esforço “por aplicar os limitados recursos colocados à disposição pelos

doadores e doadoras, o Estado alemão e a Igreja, com a maior eficácia e eficiência possível” (MISEREOR, 2017, p. 05).

Essa preocupação com a transparência e a eficiência é partilhada pela HEKS. A organização esclarece que todos os seus recursos são investidos em ações de interesse público, de acordo com a missão institucional, ou utilizados para fins de manutenção da sua equipe técnica e estrutura administrativa. A esse respeito, reforça a proeminência dos investimentos em atividades sociais, ressaltando que “mantém os gastos com administração e infraestrutura no mínimo e evita despesas desnecessárias” (HEKS, 2019, p. 02, tradução nossa). Nesse sentido, as três agências exigem que sejam realizadas, no âmbito dos projetos executados pelas OSC parceiras, auditorias externas, que avaliam de forma criteriosa, periódica e independente o uso dos recursos e a realização das atividades contratadas. Sobre esse aspecto, a MISEREOR afirma que a auditoria serve

para termos uma confirmação do uso correto dos fundos aprovados e poder comprová-lo diante dos nossos doadores privados, o governo alemão e a Comunidade Europeia. Porém, (...) uma auditoria não serve apenas para “sossegar” o respectivo financiador, mas sim também pode ser utilizada para examinar os instrumentos de controle interno adotados na sua instituição. Uma auditoria pode fornecer informações acerca das potencialidades e défices em termos contábeis, financeiros e administrativos. Com as suas observações e recomendações, a empresa de auditoria atenta para os pontos críticos dentro de uma instituição, o que lhes poderá ajudar a introduzir melhorias e evoluir como instituição (MISEREOR, 2002, p. 03).

Todas as agências expressam que seus processos de avaliação e monitoramento são orientados para o aprendizado, no sentido de promover a melhoria de procedimentos institucionais, avaliar a efetividade das transformações sociais almejadas e, assim, possibilitar reorientações administrativas e estratégicas nas organizações parceiras, quando necessário. No entanto, não é somente a sensibilidade para a boa utilização dos recursos que orienta as propostas de monitoramento e avaliação destas agências europeias. A preocupação ao nível dos resultados, sobretudo das mudanças viabilizadas pela atuação dos parceiros, também é uma marca dos sistemas de controle e monitoramento propostos. Para a MISEREOR, a dimensão dos efeitos é cara e sua relação com a ação específica do projeto é considerada. A agência solicita que os relatórios elaborados pelos seus parceiros evidenciem, por meio de metodologias adequadas aos indicadores que compõem a proposta original do projeto, que mudanças se observaram e se estas “podem ser atribuídas de forma plausível à intervenção do projeto” (MISEREOR, 2017, p. 24).

A aferição de indicadores e o acompanhamento sistemático das mudanças que resultam da intervenção dos projetos executados pelas OSC parceiras também são importantíssimos para

a PPM, que adota uma abordagem de gestão Orientada a Efeitos Diretos e Impacto (OEDI). Nos relatórios de atividades elaborados pelas compartes, a PPM espera, à semelhança da MISEREOR, receber evidências quantitativas e qualitativas das mudanças proporcionadas pelas ações apoiadas (PPM, 2015, p. 01). Já a HEKS, incorporou ao seu Marco Lógico a dimensão dos produtos ou resultados, provocando os parceiros a formular dados sobre as entregas do seu trabalho – habilidades, recursos e competências proporcionadas pelo projeto, concebidas a partir de “uma imagem clara do que foi gerado pelas ações e que está sendo entregue para uso pelos grupos alvo do projeto” (HEKS, 2016, p. 17). Essas entregas devem ser planejadas de forma estratégica no âmbito de uma Teoria de Mudança e avaliadas em relação à Linha de Base elaborada ao início do projeto, que constitui um estudo que reúne dados sobre a situação ao início da intervenção. Frente a essa demanda, a organização responsável é chamada a ponderar seu papel na cadeia de impacto de determinada realidade ou problema.

Ainda no campo da prestação de contas e da avaliação de impacto, a HEKS promoveu uma iniciativa inovadora, passando a incorporar, desde 2016, uma série de Indicadores Chave aos projetos das suas parceiras. Esse conjunto de indicadores é padronizado, com definições conceituais e metodológicas próprias, pelo que incorpora os programas da HEKS e os projetos que apoia em todo o mundo. Por serem comuns, constituem ferramentas de comunicação da efetividade e dos resultados gerais da atuação desta AICD ao redor do globo. Essa opção, segundo a própria, prende-se ao fato de que a HEKS

não é apenas uma organização de apoio financeiro. Ela também tem o compromisso de ser agente de mudanças positivas para as populações nos locais onde atua. Por isso tem objetivos próprios a nível mundial e a nível de país, em diferentes áreas programáticas. Portanto, apoia projetos que coincidem com a sua estratégia nestes temas e somem para objetivos comuns (HEKS, 2016, p. 31).

Entender a avaliação como um processo político, além de burocrático, constitui um desafio para as OSC brasileiras, que lidam com limitações de ordem técnica para atender efetivamente as orientações de seus financiadores, a par das demandas dos públicos que atendem. No CAA-NM, as propostas das AICD, no que diz respeito ao monitoramento, foram acolhidas com um sentido institucional, buscando não só prestar contas, mas incorporar procedimentos e acolher aprendizados. É certo que a adoção de metodologias de gestão, monitoramento e avaliação não deve afastar as OSC de seus fins últimos, aqueles que se relacionam com sua missão.

No entanto, é justo assumir que, se não forem adotadas em seu sentido puramente empresarial ou pragmático, as avaliações permitem averiguar a assertividade e qualidade do

trabalho realizado, concretizar análises críticas e compreender os limites da ação coletiva. A recolha e sistematização de dados oferece também subsídio para a elaboração de novas propostas ou para a reorientação estratégica das organizações, atualizando e materializando um projeto político mais amplo.

A busca por entendimentos comuns com relação aos processos e metodologias de avaliação propostos é um esforço conduzido pelas AICD e acolhido pelas suas parceiras locais, como o CAA-NM. Esse empenho concretiza-se na promoção de oficinas e espaços formativos, na elaboração de materiais explicativos, na contratação de consultorias especializadas e no processo de revisão de metodologias e relatórios que, no caso específico do CAA-NM e suas parceiras estrangeiras, se intensificou a partir de 2016.

2.3 Desafios conjunturais à cooperação: de novo, e agora?

Diversos aspectos influenciam o sentido e o significado das relações de cooperação internacional. Ideários em torno do desenvolvimento, características da política externa e interna dos países dos agentes cooperantes, mudanças no sistema de ajuda oficial ou mesmo métodos e ferramentas de gestão conferem à cooperação novos desafios e obrigam à formulação de novos pactos. Assumir a dinâmica dos processos de articulação, construção de agendas e formulação de estratégias no bojo da cooperação internacional não governamental é um passo importante para interpretar o momento atual e, conseqüentemente, descortinar suas tendências e dificuldades.

Em diferentes momentos de reconfiguração política, as ONGs europeias e suas parceiras do Brasil realinharam princípios e estratégias como forma de sobreviver à crise e dar continuidade às suas ações de empoderamento de setores sociais vulneráveis, de combate às desigualdades, de experimentação de tecnologias alternativas e, pelo menos em tese, de outros modelos de desenvolvimento.

Se o combate à ditadura e a participação da sociedade civil no processo de redemocratização brasileiro funcionaram como denominadores comuns no âmbito da parceria entre organizações nacionais e internacionais ao longo da década de 1980, os desafios conjunturais e institucionais se reconfiguraram, inevitavelmente, ao longo da história da cooperação desde então. A década de 1990, conforme se tratou no ponto anterior deste trabalho, marcou uma virada histórica essencial, já que a partir desse momento as exigências de

institucionalização se ampliaram, incorporando debates grandemente inspirados pela agenda oficial da cooperação para o desenvolvimento, que se concretizaram em novos acordos e práticas em termos de planejamento, avaliação, monitoramento, gestão e prestação de contas (SANTOS, 2013, p. 183).

O início do século XXI significou um conjunto igualmente inédito de desafios para as organizações da sociedade civil brasileira, sobretudo se se considerar que, além de mediar relações com a cooperação internacional, passaram também a ocupar uma posição de interlocutoras e parceiras do Estado, a partir da proposição e execução de políticas públicas.

Estava inevitavelmente posta, assim, a necessidade latente de se reinventarem enquanto organizações, ao tempo em que reconfiguravam a sua teia de relações. No bojo das inúmeras transformações que haviam impactado e seguiam impactando processualmente o campo das organizações da sociedade civil no Brasil, destacou-se, nos anos 2000, a assunção do Partido dos Trabalhadores (PT) à instância máxima de poder executivo do país, com a eleição de Lula para a Presidência da República por dois mandatos seguidos. É inegável, nesta perspectiva, a relação histórica entre o PT, então governante, e as OSC brasileiras, todos envolvidos na luta que derivou na redemocratização do país (SANTOS, 20013, p. 187-188).

Com ampla consideração nacional e internacional, destacando-se como uma das organizações brasileiras com maior experiência e reconhecimento no campo da agroecologia e da promoção de direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, o CAA-NM também estreitou suas relações com o Estado, por meio da execução de inúmeros projetos viabilizados com recursos públicos, oriundos, sobretudo, do Governo Federal. Ações de acesso à água, convivência com o semiárido e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) configuram-se entre as principais atividades desenvolvidas pela instituição no âmbito de parcerias públicas. Esta transição a respeito do papel das ONGs com relação ao Estado – já referida em outros momentos – não se concretizou, no seio do CAA-NM, sem ter provocado questionamentos e debates, apesar da evidente proximidade ideológica e política da entidade e sua base social com o Governo então empossado.

Em função das dificuldades burocráticas, e de se temer a possibilidade de funcionar como um “braço do governo”, o acesso a recursos públicos foi muito debatido, com grandes resistências dentro do CAA-NM. Nesse contexto, a opção estratégica passou pela habilitação do CAA-NM a nível técnico, político e administrativo. Embora o trabalho de campo fosse muito forte e constante, o braço administrativo do CAA-NM constituía uma fragilidade. Ainda que necessária, essa foi outra decisão politicamente muito difícil, porque “enrijeceu” os procedimentos da instituição (CAA-NM, 2017).

É comum que períodos de crise ou de tensão sejam referidos, no contexto institucional do CAA-NM, como momentos importantes, isto é, que representam saltos qualitativos. “Saber

tirar proveito das crises” é uma característica frequentemente apontada pela equipe técnica e pela coordenação política da entidade como um diferencial positivo (CAA-NM, 2019). De fato, ao fazer a opção por participar de convênios públicos, o CAA-NM foi alvo de muitas críticas: se, por um lado, os/as técnicos/as tinham dúvidas sobre as consequências institucionais e políticas dessa escolha, por outro, os/as associados/as a incentivavam, argumentando que “o dinheiro público tem que chegar aos agricultores”. Os movimentos sociais, por sua vez, tendiam a considerar essa relação potencialmente “pelega”, apontando que a aproximação da entidade com o Governo poderia impactar negativamente a sua capacidade de pressão e crítica política (CAA-NM, 2019).

Embora o financiamento a partir de recursos públicos parta do reconhecimento da relevância das ONGs na defesa dos direitos humanos e na proposição e execução de políticas sociais, ações custeadas pelo Governo representam, muitas vezes, dificuldades em termos de sustentabilidade. “Costumam ocorrer grandes atrasos nos repasses, além da imposição de regras esdrúxulas – como proibição de custeio de despesas administrativas ou com pessoal contratado segundo a legislação trabalhista” (RIBEIRO, 2011).

Começar a executar convênios públicos apresentou ao CAA-NM, realmente, um conjunto de potencialidades e obstáculos, que não se restringe ao campo político ou técnico, mas tem implicações claras na dinâmica e na estrutura administrativa. No início dos anos 2000, pela primeira vez, a entidade recebeu uma equipe de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), que alertou para uma série de procedimentos inadequados em termos de licitação, comprovação de execução das atividades previstas ou prestação de contas. Das tensões e aprendizagens geradas pela auditoria, algumas mudanças administrativas foram provocadas e novas possibilidades se abriram. A equipe do Centro participou de processos formativos que habilitaram a organização a participar e gerir convênios públicos de forma eficiente e, tendo-se tornado referência, contribuiu com a formação de várias outras OSC no Brasil (CAA-NM, 2019).

A par da qualificação da equipe administrativa, investiu-se também no desenvolvimento de ferramentas próprias, como é o caso do Sistema de Gestão (SIGCAA), que contribuiu para otimizar, padronizar e oficializar processos de administração e controle, de acordo com os critérios dos financiadores (CAA-NM, 2017). Além disso, em 2001,

(...) a contabilidade foi trazida para dentro do CAA-NM para que pudesse subsidiar as tomadas de decisão a partir de informações de saldo das contas dos projetos, da discussão sobre a capacidade de atuação do Centro. Assim, a coordenação administrativo-financeira tem o importante papel de propor processos e

institucionalizar fluxos de informação que permitam um processo de tomada de decisão mais rápido e eficaz (FLEIG, 2004, p. 104).

Apesar de o financiamento público ter representado uma fatia cada vez maior no orçamento do CAA-NM nos anos 2000, esse período é lembrado, paradoxalmente, como “anos de crise” (CAA-NM, 2019). O aumento da equipe trouxe impactos nem sempre positivos em termos de execução técnica e de capacidade de articulação com as entidades de base, devido às “dificuldades na manutenção da formação política dos/as colaboradores/as, que assim que entravam no CAA-NM já enfrentavam, diretamente, os desafios do trabalho em campo. O CAA-NM demorava a encaminhar as respostas necessárias” (CAA-NM, 2017).

A percepção desse período histórico como um momento de crise não se relaciona somente com o processo de readequação técnica e administrativa provocado pela diversificação das fontes de financiamento da entidade. Paralelamente, esse contexto tem uma relação igualmente íntima com as configurações da política interna do país e com as avaliações logradas pela cooperação internacional a respeito da posição do Brasil no mundo.

A evolução de indicadores sociais e econômicos, o investimento em políticas sociais e de redistribuição de renda, a par da criação e ampliação de canais de participação da sociedade civil na formulação e avaliação de políticas públicas, entre outros aspectos, contribuíram para que o Brasil se revelasse enquanto país emergente, cujos problemas sociais mais estruturantes poderiam ser atenuados ou mesmo solucionados. Essa reconfiguração política e social, além de ter “levado os movimentos sociais, ONGs e entidades ecumênicas a processos de profunda reflexão em torno do seu próprio papel na relação com o Estado”, provocou avaliações sobre o desempenho e a pertinência da atuação da cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento no país (SANTOS, 2013, p. 189).

Novos padrões passam a ser, ora propostos, ora impostos, para as relações de cooperação, à medida que o Brasil transita de uma posição de país beneficiário e passa a ser visto pela comunidade internacional “sobretudo como celeiro de desenvolvimento, com capacidade para multiplicar experiências e políticas públicas bem-sucedidas” (SANTOS, 2013, p. 191). O próprio CAA-NM passou a protagonizar, nesse contexto, relações cooperativas Sul-Sul, motivadas pelas suas principais parceiras internacionais. Mediadas pela HEKS, a PPM e a MISEREOR, a entidade norte mineira iniciou e aprofundou trocas de experiências com OSC camponesas em países como Colômbia, México, Guatemala, Costa Rica e Honduras²³.

²³ Site oficial do CAA-NM. Disponível em: <<https://caa.org.br/>> Acesso em: 01 de março de 2020.

A par das mudanças nas relações de cooperação – no que diz respeito às temáticas priorizadas ou aos métodos adotados – outra variação se revelou nesse mesmo cenário: muitas agências de cooperação internacional ensaiaram a sua saída do Brasil, por identificarem outros países prioritários ao redor do mundo ou por considerarem “obsoleto o papel da cooperação internacional” nos moldes em que foi conduzido historicamente (SANTOS, 2013, p. 189).

O reposicionamento brasileiro na geopolítica mundial, aliado à crise econômica internacional que se agravou em 2008, aprofundou, portanto, as alterações na proporção da origem dos recursos recebidos pelas OSC no país. Embora a cooperação internacional permaneça bastante presente, os recursos captados no exterior passaram a representar uma parte cada vez menor na composição dos orçamentos das instituições.

Num contexto em que a Cooperação Internacional começou a diminuir seu investimento, aumentaram também as possibilidades de financiamento nacional. Institucionalmente, decidiu-se que a Cooperação Internacional financiaria atividades no âmbito mais estratégico, enquanto que os recursos nacionais garantiriam ações táticas. Nessa perspectiva, o CAA-NM iniciou uma reflexão sobre a necessidade de “não crescer sozinho”, provocando e consolidando um processo de crescimento descentralizado, a partir do “desenvolvimento institucional” de seus parceiros locais, com ampla participação dos/as sócios/as de cada região (CAA-NM, 2017).

A busca por saídas para os desafios impostos pelo contexto – sintetizados nas mudanças na relação com o Estado e na redução dos aportes internacionais para as OSC brasileiras – representou um esforço bastante dialogado. Juntamente com suas compartes, as agências de cooperação internacional buscaram “novas estratégias para fazer mais efetivas e visíveis as conquistas em termos de empoderamento dos setores sociais mais vulneráveis, combate às desigualdades e busca de alternativas de desenvolvimento sustentável” (RIBEIRO, 2011).

No caso específico do CAA-NM, essa movimentação concretizou-se com a promoção, na ocasião da comemoração dos seus 30 anos, em outubro de 2015, de um seminário internacional, subordinado ao tema: “Desafios locais e globais para a Sociedade Civil”. O evento envolveu a coordenação técnica e política da entidade, representantes de parceiros nacionais e estrangeiros, além de pesquisadores/as e especialistas na temática.

O exercício de análise de conjuntura é frequente no âmbito institucional do CAA-NM, sobretudo em espaços coletivos, como as reuniões gerais de equipe, os momentos de PMA e as Assembleias Gerais, que envolvem todo o quadro de associados/as da entidade. Interpretar as especificidades de cada período, considerando aspectos da realidade social, econômica, ambiental e política da região, do Brasil e do mundo parece ser parte fundamental de processos de reorientação e planejamento das ações propostas e executadas pela entidade. No Seminário

Internacional não foi diferente, visto que esse exercício de apresentação e compreensão do momento político foi conduzido com a particularidade de considerar aspectos globais e locais e sua influência nos moldes e na continuidade das relações de cooperação.

O Brasil vivia, em 2015, um momento de crise política, que, embora se inserisse no âmbito de uma crise econômica global, era determinado pelas características do contexto nacional. O clima de instabilidade parecia, à época, ter sido despoletado pelas grandes manifestações de 2013, agravado pelas eleições presidenciais muitíssimo disputadas de 2014 e consolidado pelo pedido de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff (CAA-NM, 2015, p. 04).

Prevendo “o acirramento da polarização política e social e o avanço do conservadorismo”, o Seminário alertou para a necessidade de definir claramente o posicionamento das OSC brasileiras com relação ao Governo, então avaliado como contraditório, isto é, eleito “sem fidelidade ao projeto político” (CAA-NM, 2015, p. 06-07). Embora se reconhecessem os avanços proporcionados pelo diálogo com o poder central e pela execução de políticas públicas, os riscos dessa relação também foram levantados e problematizados, sobretudo a partir de um prognóstico que indicava que, em pouco tempo, esses aportes diminuiriam, o que veio, de fato, a concretizar-se.

Antes, as organizações da sociedade civil eram majoritariamente apoiadas por recursos originários da cooperação internacional. Atualmente, os recursos de origem pública predominam na realidade financeira da maior parte dessas organizações. Esta realidade não é mais do que a conquista de um direito, uma quebra de paradigma. A sociedade civil vem mostrando sua capacidade para pautar e executar políticas públicas adequadas e de forma eficiente. (...). É importante ter em conta que o caminho do diálogo não significa que as organizações devem submeter-se ou tornar-se um braço do Governo. A autonomia política é um ingrediente fundamental. Perante o atual contexto de crise econômica, política e social é essencial que as organizações mantenham a clareza das suas críticas – embora combatendo o golpismo e defendendo a democracia, nenhum retrocesso no âmbito da garantia dos direitos deve ser aceito (CAA-NM, 2015, p. 06).

Na visão dos atores da cooperação internacional presentes no Seminário promovido pelo CAA-NM, o “Governo e as organizações da sociedade civil têm papéis complementares no processo de desenvolvimento” (CAA-NM, 2015, p. 10). Para as OSC reforçou-se, nesse sentido, a centralidade de ações de formação e articulação e da proposição de agendas, experiências e políticas, com efeito de pressão nos Governos. Não foram somente as organizações brasileiras, no entanto, que ponderaram sobre seu papel e pertinência. Esse debate já era, em 2015, atual também para as parceiras internacionais.

Embora surgidas, em grande parte, por iniciativa de igrejas – católica ou protestantes – as agências internacionais não governamentais de cooperação internacional se afastaram, ao longo da sua história, de uma ação motivada somente pela solidariedade religiosa, como se deu entre as décadas de 1950 e 1970, para incorporar à sua atuação agendas cada vez mais políticas. A intervenção das agências em países pobres deixou de ser a prioridade essencial – como era inicialmente, em função da vocação missionária – para abrir espaço aos temas de alcance e relevância mundial, como as mudanças climáticas, ganharam centralidade (CAA-NM, 2015, p. 12). Essa reorientação estratégica influenciou, como seria de se esperar, as agendas das OSC brasileiras, que incorporaram aos seus projetos conceitos e pautas caros às parceiras internacionais.

Apesar disso, a segunda década dos anos 2000 é marcada por uma crescente tecnicização dos quadros das agências, fator que é percebido pelas parceiras brasileiras. Esse aspecto é, senão motivado, pelo menos influenciado pela incorporação, nas relações de cooperação, de concepções e ferramentas que transitam da lógica da crítica e da experimentação para a lógica da realização e da eficácia. No Seminário Internacional apontou-se que “as características da Cooperação Internacional – tecnocrata, despolitizada – tendem a ser um dos principais desafios para as articulações” (CAA-NM, 2015, p. 11). Relações que se estabeleciam em termos de solidariedade e confiança, sustentadas por certa afinidade ideológica, se profissionalizaram nesse período, perdendo flexibilidade e incorporando dimensões mais rígidas em termos de cultura organizacional e gerencial.

É urgente investir recursos no campo da formação política do quadro de colaboradores/as, conciliando o âmbito da técnica com o da política. Um dos principais desafios para as organizações da sociedade civil passa também por crescer em estrutura sem perder a qualidade e constância da formação em torno de um projeto social e político – o crescimento das organizações conduz, muitas vezes, a discursos e métodos empresariais não condizentes com a sua missão. Ao longo dos últimos anos, a sociedade civil vem cumprindo eficazmente o seu papel de contribuição na garantia de direitos, funcionando como laboratório de enfrentamento ao projeto neoliberal de desenvolvimento, propondo e executando políticas públicas. A conjuntura atual exige, tanto da Cooperação Internacional, quanto das organizações, um processo de reorientação estratégica. A questão que se coloca é: e agora? (CAA-NM, 2015, p. 10)

A questão é pertinente e não perdeu atualidade desde 2015. Ao pensar a contemporaneidade, é possível afirmar que o processo de consulta, diálogo e participação construído nas últimas décadas entre Governos e sociedade civil está sendo interrompido e substituído por uma nova agenda política.

Desde a última campanha presidencial (2018), que Jair Bolsonaro, atual Presidente, se posiciona frequentemente como contrário à atuação de entidades e movimentos da sociedade

civil. Por meio de uma transmissão ao vivo realizada no seu perfil na rede social *facebook*, Bolsonaro se pronunciou a respeito do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais e prometeu “botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil”²⁴. A atuação de ONGs e movimentos sociais, principalmente aqueles voltados para a área socioambiental, parece não suscitar a confiança do atual Presidente brasileiro. No mesmo vídeo, o Presidente afirma que o Brasil deve se “aproximar das grandes nações”, optando por “uma política externa sem o viés ideológico”, o que sugere mudanças nas relações internacionais e diplomáticas do país.

Coerente com o seu posicionamento, uma das primeiras medidas do Presidente foi a publicação da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que conferia à Secretaria de Governo da Presidência da República poderes para “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional” (BRASIL, 2019a). Desde logo, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) manifestou-se a respeito da inconstitucionalidade do texto proposto, uma vez que a Constituição Federal garante autonomia de atuação a essas entidades. Alvo de fortes críticas por parte da opinião pública, o inciso foi vetado, não constando da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na qual se converteu e que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (BRASIL, 2019b).

A desconfiança de Jair Bolsonaro com relação à atuação das ONGs parece condizer com sua intenção de enfraquecer a legislação ambiental brasileira. Valendo-se uma vez mais dos seus perfis nas redes sociais – desta vez no *twitter* – Bolsonaro afirmou, em janeiro de 2019, que “mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros”²⁵. Já o ministro Ricardo Salles, responsável pela pasta do Meio Ambiente, solicitou, em circular de 14 de janeiro, um levantamento de todos os repasses financeiros realizados, através de fundos desse ministério, a entidades do terceiro setor, com a intenção de suspendê-los por um período de noventa dias. “O ministro também determinou que, daqui para frente, tudo o que for relacionado a ONGs passe por avaliação dele”²⁶.

²⁴ Bolsonaro: Vamos botar ponto final em todos ativismos no Brasil. **BAND NEWS**. São Paulo, 07 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://bandnewstv.band.uol.com.br/videos/16553044/bolsonaro-vamos-botar-ponto-final-em-todos-ativismos-do-brasil>> Acesso em: 14 de julho de 2019.

²⁵ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1080468589298229253>> Acesso em: 14 de julho de 2019.

²⁶ Ministério do Meio Ambiente suspende convênios e parcerias com ONGs por três meses. **BOM DIA BRASIL, TV GLOBO**. Brasília, DF, 16 de janeiro de 2019. Disponível em:

Os posicionamentos e medidas do Governo de Jair Bolsonaro parecem concretizar uma tendência, anterior à eleição, de criminalização e deslegitimação da atuação de organizações não governamentais e de movimentos sociais. Canais de consulta, diálogo, proposição e monitoramento foram suprimidos a partir do decreto presidencial nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue os conselhos colegiados da administração pública federal.

Um novo ciclo parece se revelar para as OSC brasileiras e, também, para as suas parceiras estrangeiras. As contradições do contexto são percebidas tanto pelo CAA-NM, quanto pelas agências de cooperação internacionais com que o Centro se relaciona. Logo após a eleição, ainda em outubro de 2018, os membros da equipe para o Brasil da PPM socializaram uma carta com as suas organizações parceiras, demonstrando-se “preocupados com a situação política” no país (PPM, 2018). Relataram esforços conduzidos em Berlim, envolvendo “visitantes do Brasil e outras organizações e indivíduos da sociedade civil”, para compreender os processos políticos em curso, as tendências e perspectivas para o próximo período, caso se concretizasse a eleição de Jair Bolsonaro, como aconteceu.

O resultado do processo eleitoral de 2018 – e os desdobramentos gerais que, de forma breve, aqui se apresentaram – parecem resgatar para a agenda do dia uma pauta característica da cooperação da década de 1980: a defesa da democracia.

Ao mesmo tempo queremos aqui manifestar nossa intenção de nos mantermos firmes na luta pela democracia. Também aqui na Europa e na Alemanha vivenciamos nas últimas 7 décadas um processo complexo e às vezes turbulento, com idas e vindas, de construção da democracia e paz depois da Segunda Guerra Mundial. Aprendemos com nossos antepassados que se engajaram nesse processo, como o mesmo de tratou de um período longo e duro. Neste sentido, é com grande preocupação que vemos emergir também na Europa, incluindo a Alemanha, atualmente um novo movimento de extrema direita, com conexões ao nível global (PPM, 2018).

É interessante esta percepção, inscrita no comunicado transmitido pela PPM, de que a defesa da democracia é um processo constante, marcado por “idas e vindas” (PPM, 2018). A rearticulação da extrema direita tem reflexos concretos não só na realidade brasileira, mas também na Europa, fortalecida por conexões compreendidas como globais. Agências de cooperação internacional e suas parceiras brasileiras voltam a enfrentar reptos antigos, próprios daqueles vivenciados no início das suas relações de parceria, como o autoritarismo e a criminalização das organizações da sociedade civil. Não só o combate ao conservadorismo e a defesa da democracia voltam a incorporar os diálogos entre o CAA-NM e suas parceiras

internacionais, como se resgatam, frente ao contexto, valores que motivaram e significaram os primeiros laços de cooperação, tais como a solidariedade. Dirigindo-se às suas compartes brasileiras, entre elas o CAA-NM, a equipe da PPM afirma: “contem conosco nesta fase difícil de incertezas e possíveis ameaças às suas organizações” (PPM, 2018).

A apreensão com relação ao contexto brasileiro é comum a todas as parceiras europeias do CAA-NM abordadas neste trabalho, o que tem motivado ações de debate e incidência de caráter internacional. Em novembro de 2018, a PPM, a MISEREOR e a HEKS, em conjunto com outras organizações brasileiras e estrangeiras, promoveram um encontro na cidade alemã de Bonn, no âmbito da Cooperação Brasil – KoBra, “uma rede formada por mais de 80 membros, entre grupos de solidariedade ao Brasil, instituições de apoio e membros individuais dos países de língua alemã”²⁷.

O encontro girou em torno de problemáticas como a criminalização das OSC e dos movimentos sociais, o aumento da repressão, a perseguição a defensores de Direitos Humanos e os retrocessos ambientais que se vivenciam e adivinham no Brasil. Alguns encaminhamentos foram sugeridos frente às ameaças identificadas: as proposições do Governo de Jair Bolsonaro devem ser monitoradas de perto e o Governo alemão deve ser pressionado no sentido de garantir que “o espaço para os ativistas da sociedade civil e para a solidariedade com o Brasil seja mantido”²⁸. As organizações brasileiras presentes no encontro aclamaram para que os canais de financiamento não governamentais fossem mantidos, evitando, assim, o enfraquecimento das redes de ativismo já constituídas.

A tentativa de deslegitimar e criminalizar a atuação das ONGs, levada a cabo pelo Governo, consta entre as principais preocupações atuais do CAA-NM, conforme se relata no documento que sistematiza o espaço de PMA realizado em dezembro de 2018 para fins de avaliação das atividades e socialização dos resultados da Avaliação Externa. Na ocasião, referiram-se movimentações como a retomada de propostas de criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para auditar processos de prestação de contas de recursos públicos, entre outras iniciativas que podem ser tomadas no sentido de enfraquecer ou inviabilizar a atuação das OSC.

O processo de criminalização é vestido de aparato legal. Precisamos conhecer e debater que implicações a Lei Antiterrorismo significa para as nossas organizações. E, ao mesmo tempo, repensar questões do dia a dia, como a renovação da Utilidade Pública. A afirmação de que se pretende acabar com o ativismo no Brasil pode aplicar-

²⁷ Site oficial da KoBra. Disponível em: <<https://www.kooperation-brasilien.org/pt-br>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

²⁸ *Ibidem*.

se com medidas muito subtis, como dificultar e burocratizar a entrada de recurso internacional, indeferir a CEBAS²⁹, etc. (CAA-NM, 2018).

Sobreviver, preservando impactos sociais e políticos é, claramente, uma das preocupações vivenciadas atualmente pelas OSC no Brasil. Essa tarefa torna-se ainda mais complicada quanto mais se sobrepõem os elementos de crise. Organizações como o CAA-NM lidam, simultaneamente, com diferentes tipos de mudanças que, articuladamente, impactam de forma estruturante a sua capacidade de execução técnica e política.

Acontece que, mesmo que a pessoa tenha compromisso com a missão da instituição, ninguém no CAA-NM trabalha de forma permanente – a dinâmica dos projetos faz com que, ao iniciar o trabalho, a pessoa saiba que sua contribuição pode estar sujeita a um prazo. Nos primeiros projetos, a perspectiva de continuar era menor ainda. Esse debate foi mudando com a contribuição da Cooperação Internacional (...). Acordou-se que os projetos ditos institucionais manteriam principalmente equipe, entendendo que esse núcleo poderia acionar outras formas de financiamento de atividades. O CAA-NM vem fazendo o esforço de manter na sua equipe contribuições importantes. Hoje o cenário não oferece clareza do que o futuro reserva (CAA-NM, 2017).

Dificuldades de financiamento, devido à interrupção de convênios públicos e à redução dos orçamentos das suas parceiras internacionais, conduziram a drásticas reduções na equipe de colaboradores/as. Na medida em que os quadros se desavolumam, perdem-se, necessariamente, experiências e conhecimentos, cujo registro nem sempre se garantiu em processos de sistematização institucional. A equipe que as OSC conseguem manter vivencia um acúmulo de atividades, desdobrando-se entre ações técnicas, administrativas e de monitoramento e avaliação, por vezes prejudicadas pela falta de estabilidade e o clima de incertezas. Ocupações ligadas à sustentabilidade institucional passam para segundo plano, como é o caso da captação de recursos, para citar apenas uma. As organizações precisam centrar-se em problemas ligados à sua sobrevivência o que, em certa medida, acaba prejudicando a dimensão da articulação e constituição de redes, tão importante para enfrentar coletivamente as ameaças que a segunda década do século XXI vem descortinando.

Ao passo que o antagonismo entre os modelos hegemônico e contra-hegemônico de desenvolvimento se acirra no Brasil e no mundo, os debates políticos parecem voltar a ocupar um papel preponderante no âmbito das relações de cooperação, muito embora se mantenham os acordos relacionados ao planejamento, avaliação, monitoramento, gestão e prestação de contas. Resistência e solidariedade voltam, de forma cada vez mais recorrente, a significar

²⁹ Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social, concedida pelo Governo Federal, que confere às pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos certificadas a isenção de impostos patronais.

elementos constitutivos da cultura política da cooperação não governamental. Assim afirma a PPM:

Não perdemos a esperança de resistir e seguir apoiando seu trabalho junto à sociedade civil brasileira na (re)construção de um novo projeto de sociedade e democracia no Brasil, com plena realização dos direitos humanos, políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais (PPM, 2018).

Às mudanças na conjuntura política, percebidas e dialogadas pelos dois polos dessa relação de cooperação, correspondem, portanto, mudanças no discurso. As análises das OSC civil sobre o atual momento sociopolítico, assim como o olhar da internacionalidade sobre o Brasil, resgatam a gramática da defesa da democracia para o centro dos diálogos. Como se viu, essa era uma motivação característica da cooperação não governamental do final do século XX, que se reconfigurou com o passar do tempo, perdendo protagonismo para dimensões tendencialmente mais técnicas. As transformações recentes no contexto político – lidas e atualizadas de forma comum pelas AICD e suas compartes brasileiras – sugerem que as parcerias precisarão, perante os desafios conjunturais, reincorporar categorias analíticas e princípios próprios do início das suas relações de cooperação, de forma a traduzir-se, numa dimensão prática, em capacidade de articulação e de reposicionamento estratégico.

CAPÍTULO 3 – O GLOBAL E O LOCAL EM REDES DE GLOBALIZAÇÃO CONTRA HEGEMÔNICAS



Figura 6. Intercâmbio. Comitiva composta por organizações não governamentais do Brasil (Minas Gerais e Bahia), de Honduras, da Suíça e da Alemanha visita comunidades rurais do município de Rio Pardo de Minas. **Fonte:** Indi Gouveia – Arquivo CAA- NM (2018).



Figura 7. Agricultura Familiar em vez de Indústria Agrícola. Coordenadora de Articulação Política do CAA-NM participa de 15 dias de atividades na Alemanha, no âmbito do “The Global Forum for Food and Agriculture”. **Fonte:** Arquivo CAA-NM (2017).

Ao longo do primeiro capítulo, considerou-se a possibilidade de concretização de um modelo de desenvolvimento considerado alternativo, associada ao campo não governamental da cooperação internacional. Construídas na contramão dos consensos hegemônicos firmados em torno dos conceitos de globalização e desenvolvimento, as redes transnacionais conformadas por organizações não governamentais inserem-se no conjunto de relações, dinâmicas e interdependências que se concretizam no seio do mundo globalizado contemporâneo. Articulações globais-locais estabelecidas entre entidades da sociedade civil – embora proporcionadas pela globalização e pela configuração atual do sistema-mundo – alteram o foco da ação global, buscando uma integração internacional que se manifeste mais humana e menos assimétrica.

Abordar e debater as configurações da globalização contra-hegemônica, associando-a às relações de cooperação internacional de caráter não governamental, depende de perceber quais são os significados que permeiam e se compartilham nesse tipo de aliança global-local. No caso específico das relações de parceria estratégica estabelecidas entre ONGs brasileiras e ONGs europeias, laços de caráter religioso e de afinidade ideológica parecem ocupar com centralidade o espectro da identidade sociopolítica, dando sentido às ações coletivas empreendidas em parceria ao longo do tempo.

Se o agir político expressa que um projeto “fundamenta o movimento ou a ação coletiva de um grupo”, também os componentes culturais e simbólicos que sustentam a realização de alianças e a inserção em redes são reveladores de que mudanças se ambicionam ao nível da transformação social (GOHN, 2005, p. 38). Não sendo estático, tampouco “um conjunto consolidado de visões ou valores”, o projeto político é influenciado pelo momento histórico, no âmbito estrutural, assim como pela própria prática interna de uma rede, grupo ou movimento (GOHN, 2005, p. 36).

Considerando o escopo deste trabalho, é interessante evidenciar que valores permeiam as relações de cooperação internacional não governamentais, sobretudo se se assumir que, embora dinâmico, “o núcleo central do projeto político é constituído por seus princípios cujos pressupostos têm longa duração” (GOHN, 2005, p. 36). Nesse sentido, este capítulo se dedicará à identificação dos pressupostos de longa duração compartilhados, comunicados e participados pelas AICD e suas partes brasileiras, a partir dos princípios informados pela HEKS, a MISEREOR e a PPM, considerando sua parceria com o CAA-NM.

3.1 Sentidos compartilhados, identidade e reconhecimento

A abordagem teórica da vertente contra-hegemônica da globalização sugere que a lógica da supremacia do mercado sobre a economia, a sociedade e a cultura se inverte no contexto de redes de solidariedade global. Essa perspectiva confere à globalização novos termos políticos, novas roupagens, edificadas a partir do questionamento de estruturas de poder hegemônicas e da convergência de valores, agendas e estratégias entre atores globais e locais (SHETH, 2002, p. 102-103).

Uma visão universal, que privilegia a dimensão da solidariedade global, é defendida e comunicada nos materiais e plataformas de apresentação institucional de todas as AICD estudadas no contexto desta pesquisa. Por independer da denominação cristã à qual a origem das agências está relacionada, a unidade sugere até certo ecumenismo em torno desse princípio. Contribuir para o estabelecimento de conexões globais que, por sua vez, provoquem mudanças estruturais é um horizonte que figura no plano discursivo e identitário das três agências.

A constituição de “uma parceria global” compõe o conjunto de três princípios que “guiam” a atuação institucional da PPM. A organização busca e promove uma cooperação no âmbito mundial: “fazemos parte de redes internacionais, pois só podemos alcançar nossos objetivos através do intercâmbio e da cooperação com outras pessoas e organizações” (PPM, 2019). A crítica ao regime de acumulação e à lógica da supremacia do mercado sobre outras dimensões da vida humana também é perceptível: “se queremos erradicar a fome e a pobreza não só pontualmente, mas ao nível global, precisamos tornar mais justas nossas políticas econômicas e comerciais e adotar modos de vida mais sustentáveis” (PPM, 2019).

Da mesma forma, noções paradigmáticas de justiça, a par da defesa de direitos universais, estão no centro da missão institucional da HEKS. Remetendo-se às suas raízes cristãs, a agência define nove crenças fundamentais, entre as quais constam a justiça e a solidariedade. No entanto, também a HEKS adota um discurso que a posiciona além da caridade ou da ajuda humanitária, visto que assume um tom crítico igualmente direcionado às causas das desigualdades mundiais: “Estamos comprometidos com a solidariedade com aquelas pessoas cuja dignidade é violada, cuja existência é ameaçada ou cujos direitos são negados. (...) Evidenciamos as causas da pobreza e da injustiça e lutamos contra elas” (HEKS, 2010, tradução nossa).

A organização suíça pretende, por meio da sua ação e articulação em mais de 30 países, “combater as causas estruturais da fome, da pobreza e da injustiça, com foco no acesso à terra”

(HEKS, 2018, tradução nossa). O que motiva a atuação global da HEKS é, de acordo com a sua Declaração de Missão, o compromisso com “a justiça, a paz e a integridade da criação. Todas as pessoas têm o direito a vidas dignas e em segurança, livres de todas as formas de opressão” (HEKS, 2003, tradução nossa).

A MISEREOR, por sua vez, coloca-se como

uma ponte entre as pessoas na Alemanha e os necessitados na África, América Latina e Ásia. MISEREOR e as organizações parceiras, portanto, trabalham conscientes de que são intermediários que possibilitam esta solidariedade mundial. O que une todos os envolvidos é a visão de construir um mundo mais justo (MISEREOR, 2010).

A construção “de um mundo mais justo” passa, também para a MISEREOR, pelo questionamento da ordem hegemônica global, não só reconhecendo as desigualdades próprias da configuração contemporânea do sistema-mundo, mas atuando no sentido da sua transformação social e política.

MISEREOR combate as causas da injustiça, porque não basta atenuar somente suas consequências. Por isso, MISEREOR exerce influência na opinião pública e no quadro político. (...) Por este caminho, MISEREOR busca capacitar seus parceiros e os atingidos para superar as injustiças estruturais por força própria e conquistar condições de vida e trabalho dignas. MISEREOR apela também para a consciência dos poderosos na Europa, pugnando, por exemplo, para que sejam negociadas condições mais justas no comércio internacional. (...) Os cidadãos alemães são sensibilizados e informados por MISEREOR sobre a influência que o seu estilo de vida tem na vida das populações nos países em vias de desenvolvimento. Sempre que possível, MISEREOR promove a solidariedade ativa entre pessoas no Norte e no Sul (MISEREOR, 2010).

Embora apoiem projetos com escopos limitados em termos de recursos financeiros e humanos, de abrangência e de temporalidade, todas as agências determinam horizontes ousados para a sua atuação. Mesmo que enfrentem limites práticos à concretização dos seus princípios, a atuação das agências é nutrida pela pretensão de intervir, não só em causas estruturais de opressão e exploração em escala global, mas também nas suas diferentes expressões. Esse posicionamento parece reconhecer a distribuição desigual de recursos e de poder como produto do esgotamento de um modelo social e econômico, que requer soluções transformadoras, amplas e de longo prazo. Afirmar a HEKS: “o objetivo é alcançar uma melhoria duradoura das condições de vida, de forma a que as gerações futuras sejam beneficiadas” (HEKS, 2003, tradução nossa).

A dignidade humana, a promoção de direitos, o combate à pobreza, a solidariedade para com grupos desprivilegiados e marginalizados, além da erradicação da fome no mundo, são

signos e motivações comuns a três agências parceiras do CAA-NM. Talvez pela sua origem histórica marcadamente regional, os materiais de apresentação institucional do Centro, bem como o seu Estatuto Social, não evidenciam a solidariedade global como valor. A aliança com organizações estrangeiras está prevista no Estatuto da instituição, porém sem o caráter de princípio ideológico que lhe conferem as suas compartes europeias. Essa possibilidade assume, no polo local dessa relação, contornos de garantia administrativa – a parceria com “pessoas físicas ou jurídicas” internacionais é apontada como meio a que o CAA-NM pode recorrer “para a consecução de seus objetivos” (CAA-NM, 2018a, Art. 4º).

No entanto, há elementos do Estatuto Social do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas que, marcadamente, convergem para a missão e os valores das agências europeias, sobretudo aqueles que se relacionam com a defesa dos direitos humanos, o combate à pobreza ou a promoção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável, com ênfase para o contexto rural. Destacam-se os seguintes artigos:

VI – promover a defesa do meio ambiente visando a conservação e o uso sustentável dos biomas, ecossistemas brasileiros e a biodiversidade; (...)

XI – lutar pelo desenvolvimento econômico e social e superação dos processos de empobrecimento; (...)

XVII – denunciar e combater a violação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, individuais, difusos ou coletivos (CAA-NM, 2018a).

O conjunto de crenças e visões de mundo compartilhado entre a entidade brasileira e as agências europeias foi importante para o estabelecimento de alianças, assim como contribuiu, ao longo do tempo, para alimentar e renovar a ação conjunta. Essa partilha – que é dinâmica, mas basilar – está relacionada com identidade e reconhecimento:

Quando os significados são desvelados, eles produzem estímulos e geram respostas, discursivas ou ações gestuais, ou ações coletivas e movimentos; criam-se processos identitários, individuais e coletivos. A questão da identidade remete a uma outra forma de aprendizado: a do reconhecimento. (...) Com a identidade e o reconhecimento inicia-se o processo de dar sentido às ações, individuais ou coletivas (GOHN, 2005, p. 31-32).

Considerando o exposto, é válido ponderar que a articulação e a solidariedade globais enriquecem reciprocamente discursos e práticas em torno do desenvolvimento. Se as agências europeias e o CAA-NM se reconhecem como elos de uma mesma cadeia, atuando para alcançar objetivos semelhantes, há influências valorativas e técnicas, nos dois sentidos, que advêm da relação de parceria. Esse processo viabiliza a ampliação da relação e a conexão dos “assuntos

debatidos globalmente, como o feminismo, a ecologia e os direitos humanos, com as especificidades econômicas, sociais e culturais” de cada realidade local (SHETH, 2002, p. 103).

Além da solidariedade global, a confiança surge como característica fundamental no bojo das relações de cooperação contra-hegemônicas, expressando-se na promoção do protagonismo dos parceiros locais, também defendido pelas três AICD parceiras do CAA-NM.

É importante evidenciar a categoria da solidariedade global, justamente porque relações de cooperação hegemônicas se assentam, por regra geral, em regimes de trocas desiguais, determinados por relações hierárquicas e de poder. A confiança, à partida, inverte essa lógica. No discurso das agências, a segurança com relação à validade e eficácia da atuação dos seus parceiros para a prossecução dos objetivos comuns revela-se em diferentes aspectos, mas duas dimensões, em especial, merecem ênfase: a orientação das AICD para instigar a autonomia e o desenvolvimento de habilidades de atores locais; a par da sensibilidade para considerar suas experiências e inserções culturais específicas.

Trabalhando em “estreita colaboração com organizações parceiras locais” e procurando cooperar com estas “em plano de igualdade”, a PPM identifica a autonomia de seus compartimentos como um elemento constitutivo da sua intervenção. A manutenção de relações de dependência, a par da imposição de modelos de ação, não condiz com a abordagem da agência alemã: “Pão para o Mundo ajuda as pessoas a se ajudarem a si próprias. Em mais de 1.500 projetos na África, na Ásia, na América Latina e na Europa do Leste possibilitamos que pessoas pobres e desfavorecidas se libertem, por si próprias, de sua difícil situação” (PPM, 2019).

Essa noção também é defendida e comunicada pela HEKS, que, por sua vez, aciona um discurso surpreendentemente semelhante:

Ajudamos as pessoas a levar uma vida auto-determinada. Portanto, nosso trabalho é regido pelo princípio de «ajudar as pessoas a se ajudarem» à medida que desenvolvemos propositadamente as potencialidades e os recursos existentes. Consideramos importante que as pessoas não apenas se desenvolvam como indivíduos, mas que também promovam um senso de comunidade e assumam a responsabilidade pela sociedade (HEKS, 2010, tradução nossa).

A HEKS colabora com suas organizações parceiras operacionais para apoiar iniciativas locais. O objetivo é eliminar a dependência de toda a ajuda externa e levar os projetos a uma conclusão bem-sucedida (HEKS, 2003, tradução nossa).

Da mesma forma, a MISEREOR se desvia de posturas impositivas no contexto das relações com seus parceiros locais, ou seja, reforça a lógica informada pela PPM e pela HEKS, de contribuir para que, localmente, as pessoas e comunidades consolidem ferramentas e habilidades que lhes permitam superar sua situação de vulnerabilidade e dependência.

Mudanças não podem ser impostas de fora. Por isso, MISEREOR aposta na iniciativa própria dos pobres e desprivilegiados. MISEREOR sabe, por experiência própria, que eles têm a força para melhorar as suas condições de vida de forma duradoura. MISEREOR os apoia nas suas iniciativas segundo o princípio de “ajuda para a auto-ajuda”. Localmente, os projetos são sustentados por organizações locais. Desta forma está garantido que os projetos atendem às necessidades e se adequam ao modo de vida da população beneficiária (MISEREOR, 2010).

MISEREOR não é só agência financiadora, é também uma organização que aprende, que dialoga e que acompanha solidariamente os seus parceiros. Deste modo estabelece-se um intercâmbio permanente, caracterizado por confiança, espírito crítico e disposição para a aprendizagem (MISEREOR, 2010).

Reconhecimento e confiança revelam-se, a este ponto, como categorias de análise imprescindíveis. Um olhar sobre o Estatuto Social do CAA-NM sugere que a confiança, a autonomia e o respeito aos modelos organizativos do seu público beneficiário também são valores centrais para a instituição. Essa noção de protagonismo está prevista estatutariamente e incorporada à dinâmica de gestão institucional, a partir da participação de agricultores e agricultoras do quadro de associados/as nas estruturas de administração e decisão política da organização. Este é, pode dizer-se, mais um elemento de reconhecimento e coesão entre a identidade das AICD e sua parceira brasileira. O respeito e a valorização da identidade e da organização de agricultores/as familiares, povos tradicionais e suas comunidades constituem, para o CAA-NM, condição para a garantia de direitos e para o desenvolvimento sustentável, conforme apresenta o artigo XVI do seu Estatuto Social:

XVI – contribuir para o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade e suas formas de organização (...) (CAA-NM, 2018a).

Entende-se que a contra-hegemonia destas relações de cooperação internacional se manifesta na coligação de iniciativas que, ao redor do mundo, se opõem às conformações hegemônicas da globalização. Organizações de caráter global e local se identificam, reconhecem e atuam em conjunto, moldando projetos sociopolíticos e culturais a partir da crítica às estruturas e configurações contemporâneas do sistema-mundo. São valores e crenças que agregam elos geograficamente distantes e que conferem às relações internacionais não governamentais uma cultura política marcadamente diferente daquela que motivou o surgimento do sistema oficial de cooperação internacional para o desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

Para se realizar de forma coerente, essa nova roupagem precisa romper com certa tradição autoritária e basear-se em processos de diálogo e mediação, de forma que todos os interesses que motivam o estabelecimento de parcerias globais-locais sejam reconhecidos e representados. Considerando essa afirmação, é essencial que se reflita sobre o papel vital de mediação que é cumprido por organizações locais como o CAA-NM, uma vez que é grandemente a partir da atuação de ponta de seus parceiros que a missão das AICD se concretiza.

Um bom parceiro local, no contexto da cooperação não governamental, precisa ser um bom mediador. Organizações como o CAA-NM mantêm relações internacionais longas e orgânicas, por conseguirem cultivar e renovar habilidades institucionais de mediação. A atuação desse campo de OSC brasileiras funciona, portanto, como ponto de intercepção entre diálogos amplos, de caráter ideológico, técnico e com vínculos e inspirações transnacionais; e demandas e especificidades culturais locais, muitas vezes comunitárias. Considerando a mediação como característica central, evidencia-se o protagonismo da atuação local no âmbito das relações de cooperação não governamentais: em último caso, é a prática cotidiana das organizações parceiras que concretiza a missão institucional das agências. É por esse motivo que o princípio da confiança é tão caro ao discurso das três organizações europeias aqui consideradas.

A este ponto, uma síntese se impõe – valores e interpretações orientados em sentidos semelhantes de crítica e transformação social consolidam identidades institucionais compartilhadas, cujo reconhecimento mútuo contribui para a formatação de projetos que orientam a atuação conjunta. Crenças e interesses compartilhados correspondem, no entanto, a papéis marcadamente diferentes, cumpridos global e localmente, permeados por diálogos e mediações que se fundamentam em noções de autonomia, confiança e reciprocidade. No campo do discurso, é possível perceber que a crítica às estruturas desiguais do sistema mundial moderno orienta a atuação das três agências europeias e motiva sua articulação com organizações locais com princípios similares. Esse posicionamento – reforçado pela defesa do protagonismo e empoderamento de atores locais – politiza a relação de cooperação e tem reflexos nas suas finalidades.

A constituição de redes, a articulação e a incidência política são intenções incorporadas pelas três agências europeias, como meio de conferir solidez e permanências aos impactos da sua atuação. Nesse sentido, além de realizar “trabalho na área de educação para o desenvolvimento”, a PPM afirma procurar o “diálogo com políticos e outros atores da sociedade”, com “decisores da esfera política, do setor privado e da sociedade” (PPM, 2019).

Para a MISEREOR, “a influência na opinião pública e no quadro político” tem relação intrínseca com o protagonismo dos seus parceiros locais, muitas vezes chamados para o centro de processos de conscientização e influência política: “seja em conversas pessoais com decisores políticos ou junto de comissões e parlamentos – sempre que possível, MISEREOR convida representantes do Sul a expressar, eles mesmos, suas preocupações e seus interesses” (MISEREOR, 2010, p. 08).

No caso da HEKS, a dimensão da pressão e formulação política se expressa mais claramente, já que figura entre as atividades previstas pelo programa de atuação da agência no Brasil. Ações de lobismo e incidência³⁰ são apontadas como ferramentas de reivindicação de “direitos econômicos, sociais, culturais e civis”, compreendendo que a HEKS “esforça-se por influenciar a política, com vistas a mudar as estruturas de propriedade e poder” (tradução nossa)³¹.

Essa orientação, como já se disse, desloca a cooperação não governamental de um sentido despolitizado de caridade ou solidariedade para um agir coletivo orientado para impactos politicamente relevantes e transformadores. Uma vez mais, o diálogo e a mediação são fatores-chave, de forma a garantir que pautas, métodos e proposições promovidas pelas parcerias expressem coerência com os dois polos da relação – tanto o global, quanto o local.

De fato, cooperar numa lógica que não reproduza e alimente a hegemonia política e econômica dos países centrais – e que, ao mesmo tempo, não esvazie o desenvolvimento do seu sentido questionador e transformador – parece exigir a incorporação de uma cultura de “tradução”. É o processo de desvelar sentidos compartilhados que, no contexto das parcerias internacionais não governamentais, evidencia denominadores comuns, tanto ao nível da missão de natureza política, quanto das propostas de intervenção social e técnica.

Considerando as conexões transnacionais do CAA-NM, é possível afirmar que o exercício de “tradução” é desafiante e permanente no cotidiano institucional. Isto quer dizer, por exemplo, que demandas identificadas por agricultores e agricultoras são traduzidas em projetos, compreendendo os diferentes componentes, métodos e abordagens das agências parceiras; que conflitos territoriais e situações de vulnerabilidade socioeconômica influenciados por estruturas complexas são traduzidos em ações planejadas para um determinado período; que projetos e suas atividades se traduzem em hipóteses, resultados e impactos; que o cotidiano laboral da equipe e os direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira são traduzidos em tempo de dedicação a projetos, produtos e orçamentos; entre tantos outros aspectos que

³⁰ Frequentemente referidas pelos seus equivalentes na língua inglesa – *lobbying* e *advocacy*.

³¹ Site oficial da HEKS. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

transitam entre a realidade local e global e que, por isso, demandam constante diálogo e descodificação.

A “tradução” que se aplica à relação estabelecida entre ONGs estrangeiras e nacionais, e destas com setores populares e suas entidades, é condição para que o trabalho desenvolvido localmente possa estabelecer conexões mais amplas, ou seja, internacionais. Paralelamente, outros elementos podem ser apontados como sustentadores das relações de cooperação internacional não governamentais estudadas, tais como vocação e prática orientadas para a transformação social, princípios ideológicos compartilhados e capacidade renovada e reconhecida de atender ou intermediar demandas de grupos sociais específicos.

O estabelecimento de redes transnacionais duradouras se alicerça, portanto, em valores e objetivos de longo prazo – definidos, comunicados e acordados – que conectam e integram atores e ações, costurando elos de caráter global-local. A sensibilidade para “traduzir” e a confiança política, fundamentada em discursos e práticas, são preponderantes para a construção de denominadores comuns entre realidades aparentemente tão díspares quanto a das organizações e seus doadores/as individuais da Europa central e as necessidades de comunidades rurais e tradicionais do interior do Norte de Minas Gerais.

3.2 O global opera localmente – e vice-versa

Uma vez que se compreendem como vetores de processos de solidariedade e incidência política globais, as agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento são intermediárias – para recorrer a um termo utilizado pela MISEREOR – do trabalho de organização e transformação sociopolítica materializado pelas suas parceiras locais. Essa orientação valorativa para o estabelecimento de relações de cooperação transnacional niveladas e recíprocas caminha na contramão do modelo hegemônico de desenvolvimento aplicado e difundido à escala mundial. Historicamente, a relação dos países centrais com o resto do mundo é marcada por assimetrias de diferentes ordens, inclusive porque, conforme aponta Boaventura de Sousa Santos, “são os países periféricos e semiperiféricos os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal”, descrito e prescrito como caminho para o desenvolvimento (SANTOS, 2002a, p. 31).

A tendência para a imposição de modelos e a perpetuação de assimetrias relaciona-se com a distribuição desigual de rendimentos e de poder entre países, mantida pela configuração

moderna do sistema mundo. As agências não governamentais contempladas nesta pesquisa foram fundadas no século passado e, ao entrar na segunda década do século XXI, continuam a apontar a erradicação da pobreza no seu horizonte estratégico. Essa demanda permanece atual, se se considerar a posição de Boaventura, em razão da forma como a globalização neoliberal lida com os países e populações empobrecidos, já que “a nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial” (SANTOS, 2002a, p. 35).

De fato, o surgimento do CAA-NM – e de outras organizações contemporâneas que se situam no mesmo campo político – em muito se relaciona com os impactos sociais, econômicos e ambientais da adoção de políticas de desenvolvimento influenciadas por interesses globais e formatadas numa lógica pouco adaptada à realidade regional. A intervenção pública e privada adotada na região do Norte de Minas Gerais no contexto da chamada Revolução Verde – isto é, sobretudo a partir da década de 1970 – desdobra-se em consequências negativas até aos dias de hoje. Para as comunidades rurais e tradicionais com as quais o CAA-NM trabalha, com a promessa do desenvolvimento chegou também a destruição de economias de subsistência e da biodiversidade do Cerrado.

Este novo movimento civilizador que se avizinha, sob as vestes modernas do agronegócio, busca integrar esta região, a todo custo, como produtora de matéria prima barata, ora com os plantios homogêneos de Eucalipto, para produção de celulose e carvão, que vai alimentar os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a este, ora com os polos de agricultura irrigada, ou pecuária. Tais boas novas, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo (FILHO, 2005, p. 89).

As conexões internacionais intrínsecas à adoção de um modelo de desenvolvimento predatório no Norte de Minas não são surpreendentes. Boaventura alerta justamente para o fato de que as empresas multinacionais são a principal forma institucional da classe capitalista transnacional (SANTOS, 2002a, p. 32). Há que se considerar, porém, que esta expansão da economia global interfere, não só nas dimensões ambiental e econômica das localidades em que se insere, como também no domínio cultural. Os efeitos da globalização hegemônica resultam frequentemente em processos de difusão e imposição cultural, já que a cultura só interessa ao consenso neoliberal caso possa tornar-se mercadoria (SANTOS, 2002a, p. 47). Assim sendo, configurações culturais de caráter local são facilmente invisibilizadas, desvalorizadas e homogeneizadas.

Não é, no entanto, esse tipo de impacto global, no âmbito local, que importa descrever neste ponto. A noção impositiva de cultura universal, assim como os efeitos da globalização política e econômica dominante, provoca reações coletivas e organizadas internacionalmente. São essas “práticas e discursos de resistência, contra as trocas desiguais no sistema mundial tardio” cujas características se tem procurado relacionar com a relação de cooperação estabelecida entre AICD e OSC brasileiras (SANTOS, 2002a, p. 68).

Embora regidas por outra lógica que não a das trocas desiguais, as relações de cooperação internacional não governamentais não são isentas de influências. A globalidade opera localmente em diversos âmbitos e vice-versa. Contemplando, por hora, o primeiro fluxo de influências, vale começar por referir a orientação para a articulação e incidência política das AICD estudadas, já que estas são ações que manifestamente fazem parte dos seus princípios e programas de atuação no Brasil.

O fenômeno da globalização possibilita, conforme já se mencionou, que diferentes campos da sociedade civil se reconheçam e integrem, conferindo à construção da cidadania uma amplitude planetária (INOUE, 1997, p. 09). Nesse sentido, as AICD funcionam, frequentemente, como denominadores comuns em processos de articulação, isto é, como elos que materializam vínculos outrora inexistentes entre as suas partes brasileiras. As agências europeias contribuem ativamente para a criação e manutenção de redes de diálogo e ação conjunta entre organizações locais de diferentes campos com as quais estabelecem parcerias.

O Processo de Articulação e Diálogo Internacional (PAD) é um bom exemplo do papel conector cumprido pelas AICD junto às suas parceiras locais. Criada em 1995, com o intuito de promover um ambiente de diálogo multilateral e favorecer a incidência política da sociedade civil organizada no Brasil, a iniciativa

é uma rede formada por agências ecumênicas europeias e entidades parceiras no Brasil (movimentos sociais, entidades ecumênicas e organizações não governamentais) que tem como objetivo central promover reflexões e ações experimentais relacionadas aos temas das relações de cooperação, do desenvolvimento, dos bens comuns, da desigualdade e dos direitos humanos (PAD)³².

O PAD é apoiado por três agências ecumênicas de cooperação internacional, entre as quais a PPM e a HEKS. O CAA-NM é uma das entidades que, no campo das OSC brasileiras, também compõem o PAD. Esse tipo de articulação, por ser apoiada e composta pelas agências, reforça o fato de que estas cumprem mais do que o papel de organizações financiadoras,

³² Site oficial do PAD. Disponível em: <<http://www.pad.org.br/>> Acesso em: 09 de março de 2020.

incorporando a identidade de agentes políticos à sua atuação. A construção de espaços de diálogo entre as AICD e seus diversos parceiros brasileiros viabiliza a construção de leituras críticas e conjuntas, que subsidiam “a realização de ações de incidência tão necessárias para o fortalecimento da democracia no nosso país” e a “intencionalidade política de agendas e pautas” (PAD, 2020).

Provocada pelas agências, esta interação institucionalizada não só conecta e confere unidade às leituras sobre a conjuntura econômica, social e política do Brasil e do mundo, como proporciona a troca de experiências, a atuação em rede e, sobretudo, potencializa a influência das OSC brasileiras no contexto internacional.

Os atores não estatais e não lucrativos, como os movimentos sociais e as organizações não governamentais, que se constituem como atores estratégicos da política mundial, se inter-relacionam formando uma espécie de «teia», compondo uma densa rede de relações internacionais e interesses dos mais diversos e assumindo a postura de constranger o Estado (influenciando-o e contestando-o). Deste modo, propõem-se a participar de instâncias decisórias antes restritas à esfera estatal e, articulados transnacionalmente, buscam atingir e influenciar os negociadores internacionais, valendo-se, especialmente, das redes de militantes e da opinião pública (SANTOS, 2013, p. 61).

A par da articulação em redes, o lobismo e a pressão política também podem ser apontados como influências de âmbito global na realidade local, possibilitadas pelo estabelecimento de relações de cooperação não governamentais. De forma mais óbvia, esta dimensão de atuação se expressa pelo papel intermediário cumprido pelas agências. Ao apoiarem estrategicamente e financeiramente as OSC, viabilizam sua existência e atuação, o que contribui para que, a partir de seus acúmulos e experiências, se elevem ao nível de propositoras no processo de definição de políticas públicas. O aporte financeiro e político das agências impacta positivamente a capacidade da sociedade civil brasileira para influenciar agendas nas esferas públicas.

A incidência, no entanto, se concretiza também de outras formas, acionadas há vários anos pelas AICD. A este respeito, a título de exemplo, vale mencionar um episódio específico, documentado por uma carta remetida em junho de 2006, pela sede da HEKS, em Zurique, ao Juiz da 12ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte. A correspondência denunciava a atuação truculenta da polícia estadual contra um conjunto de famílias quilombolas do município de Porteirinha, Norte de Minas Gerais, acompanhadas pelo CAA-NM, e solicitava a garantia dos direitos das comunidades afetadas por uma situação de conflito territorial.

Encaminhado com cópia para a Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Ouvidoria Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (INCRA), o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER-MG), a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Presidência da Fundação Cultural Palmares, a Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado de Defesa Social, o documento tratava assim:

(...) Recebemos uma comunicação oriunda de várias entidades por nós conhecidas e respeitadas, entre elas CPT de Minas Gerais, CAA, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porteirinha, Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais e MST (...). Fomos informados que nesse dia 30 famílias quilombolas, que lutam pela regularização de seus territórios, ocuparam uma terra improdutiva nesse município. De acordo com nossas informações, essas famílias foram despejadas de forma violenta e sem ordem judicial pela Política Militar de Minas Gerais. Nove pessoas foram presas e as famílias foram, segundo os relatos, expostas a um tratamento indigno e humilhante. Nós da HEKS acompanhamos esses acontecimentos com grande preocupação, e por esse motivo, solicitamos que estes sejam oficialmente investigados, e em caso de abuso de poder público, que as pessoas envolvidas sejam devidamente punidas. Solicitamos igualmente que os direitos das populações quilombolas sejam respeitados e que seus territórios sejam regularizados o mais rápido possível (HEKS, 2006).

Esse tipo de comunicado internacionaliza um problema social de características locais muito específicas, legitimando e consubstanciando as denúncias levadas a cabo por OSC também locais. O estabelecimento de parcerias além-fronteiras no seio da sociedade civil faz com que mecanismos de pressão política, mesmo os de caráter não-hegemônico, não mais se restrinjam aos níveis local e nacional.

Ao mesmo tempo, articulação e incidência são aspectos que se fundem em outro âmbito de operação global nas localidades, que é o da promoção de intercâmbios de experiências. Se, por um lado, o fazer da cooperação não governamental se centra na discussão e proposição de alternativas de desenvolvimento, por outro, sua prática também promove novos sentidos de cooperação.

Em seu *site* oficial, o CAA-NM informa que mantém relações com organizações camponesas da Colômbia, México, Guatemala, Costa Rica e Honduras. Todos esses países compõem também as áreas de atuação das suas parceiras europeias. As agências, inclusive, incentivam esse tipo intercâmbio e favorecem o contato entre as suas compartes de diferentes países do Sul global, incluindo ações conjuntas no bojo dos projetos apoiados.

Em 2018, por exemplo, o projeto executado pelo CAA-NM e financiado pela HEKS contemplou uma visita técnica e de capacitação a Honduras, envolvendo cinco organizações locais. O encontro foi voltado à troca de experiências em torno da gestão de recursos hídricos:

Entre os dias 27 de agosto e 04 de setembro, o técnico do CAA/NM Manoel Barbosa conduziu uma capacitação sobre construção de cisternas de placa para captação de água da chuva para consumo humano, na cidade de Pespire, em Honduras (América Central). Com a missão de repassar os conhecimentos que a entidade adquiriu ao longo dos anos, junto à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), com a construção de tecnologias de aproveitamento de água de chuva, foram apresentadas tecnologias sociais de convivência com a seca, cartilha de construção, além de atividades práticas. Dentre as atividades foram realizadas capacitações de pedreiros para construção de cisterna de placa com capacidade para 16 mil litros para consumo humano (oficina prática), Gestão de Recursos Hídricos (GRH) sobre qual tipo de água de chuva captar; armazenamento de água de chuva; tratamento da água de chuva e conservação e manutenção da cisterna, além do plano de execução do projeto de cisternas (gestão física, financeira, trabalho em rede e avaliação) (CAA-NM, 2020³³).

Pela robustez do seu percurso, e considerando a longa trajetória de proposição de tecnologias alternativas, organizações como o CAA-NM conciliam suas atividades de base com ações de cooperação triangular, ou seja, de socialização de experiências com organizações de outros países da América do Sul, Central e da África. Entretanto, a solidariedade global promovida pelas AICD não se restringe a esse tipo de contato e intercâmbio. A parceria com agências internacionais abre caminhos para que experiências bem-sucedidas na Europa e em outras regiões centrais também possam ser apresentadas localmente.

Ainda em 2018 – por ocasião da realização do Fórum Mundial da Água (FMA) e, paralelamente, do Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), ambos em Brasília – a HEKS e a PPM encabeçaram, junto ao CAA-NM e outros parceiros locais do Brasil e de Honduras, a organização de uma comitiva internacional para debater problemas e soluções a respeito da crise hídrica. A comitiva participou ativamente de ambos os Fóruns. Nesse momento, a parceria com a HEKS viabilizou comunicações públicas de apresentação de experiências e denúncias, conduzidas por uma colaboradora da coordenação executiva do CAA-NM no âmbito da programação oficial do Pavilhão Suíço. Tecnologias sociais de convivência com o semiárido, destinadas à captação e armazenamento de água para produção e consumo, foram apresentadas nos Fóruns. Além disso, a participação contribuiu para que se compartilhassem posicionamentos sobre a origem dos problemas ali colocados em questão: "estamos aqui para denunciar que o modelo vigente, baseado no agronegócio, vem destruindo o Cerrado, nosso berço das águas e, conseqüentemente, prejudicando o Semiárido, a exemplo do que vem ocorrendo com o rio São Francisco" (CAA-NM, 2020³⁴).

³³ Disponível em: <<https://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/caanm-apresenta-tecnologias-sociais-de-convivencia-com-o-semiarido-em-honduras>> Acesso em: 22 de março de 2020.

³⁴ Disponível em <<https://caa.org.br/biblioteca/noticia/acesso-agua-e-garantia-do-bem-comum-da-vida-e-da-biodiversidade>> Acesso em: 24 de março de 2020.

Ao término do FMA e do FAMA, a comitiva internacional se deslocou para a região de atuação do CAA-NM, com o “objetivo de debater a situação de crise hídrica no Norte de Minas e Jequitinhonha e socializar boas práticas de gestão da água no semiárido, em Honduras, Canadá e Alemanha” (CAA-NM, 2020, *Ibidem*). O projeto Comunidades Azuis³⁵ foi apresentado como parte da programação de um seminário aberto ao público, promovido na antiga Câmara da cidade de Montes Claros. Conduzido desde 2009, o projeto reconhece a água como direito e bem-comum da humanidade e, conseqüentemente, atua contra a sua privatização.

No entanto, a visita não apresentou soluções internacionais tão somente, de forma a abrir caminhos para uma possível reprodução local. A presença da comitiva estrangeira nas comunidades rurais do município de Rio Pardo de Minas possibilitou também o levantamento de informações sobre os impactos da globalização dominante na região. Nesse sentido, o representante do escritório brasileiro da HEKS esclareceu que uma das motivações da organização desta visita foi oportunizar o conhecimento da realidade local e deixar clara a origem dos problemas vivenciados pelas comunidades junto das quais o CAA-NM atua: “talvez uma boa parte da origem dos problemas locais é global e a solução é global também”³⁶.

Em discurso semelhante, assim afirmou uma representante da PPM presente na mesma visita:

Nós tomamos este primeiro passo, por meio do convite aos nossos parceiros a se sentarem juntos e partilharem suas experiências e a tornarem visíveis os problemas acerca das plantações. Depois disso, vamos todos para casa, para nossos países, e lá também estaremos sensibilizando essa visibilidade sobre o problema. Existem soluções alternativas. A Alemanha, especialmente, como país importador, temos uma relação extraterritorial, isso significa que temos responsabilidade de garantir que empresas alemãs que estão operando em outros países não estão gerando problemas que afetem o acesso das populações à água e à alimentação. Então, nós temos que mobilizar e dialogar com nosso governo e com o público, e mostrar que essas coisas têm de ser reguladas. Elas têm de ser mais monitoradas, com maior colaboração, para assegurar a troca sustentável na agricultura no âmbito internacional. Nós estamos realizando várias ações de sensibilização e conscientização na Alemanha, assim como as organizações parceiras aqui também estão engajadas com o público, assim os parceiros na Índia, e em toda a parte estamos levantando essa questão (CAA-NM, *Ibidem*).

Esse tipo de posicionamento amplia os contornos da solidariedade e da troca de experiências a outro limite muitíssimo relevante para a análise das relações de cooperação contra-hegemônicas, o da responsabilidade transnacional. Nesse aspecto, a busca por leituras

³⁵ As *Blue Communities* são uma iniciativa de origem Canadense, com membros em países como Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, Suíça, Espanha, França e Grécia, entre outros.

³⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pXKgBeg7RME&feature=youtu.be>> Acesso em: 24 de março de 2020.

locais é muito evidente. Além dos intercâmbios como os mencionados acima, é comum que atores locais, ligados às ONGs parceiras das AICD no Brasil, sejam acionados para apresentar suas interpretações a respeito do contexto social e político, subsidiando olhares alternativos da internacionalidade sobre o país. A edição de outubro de 2019 da revista *Brasilicum*, edição da KoBra publicada na Europa, apresenta o artigo: “Brasil do céu ao Inferno”, escrito por uma ex-colaboradora do CAA-NM. No editorial do número em questão, o posicionamento da publicação é expresso da seguinte forma:

Em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, a colonização e a superexploração do Brasil ainda continuam ocorrendo nos dias atuais. Hoje já não são mais os emissários do rei português nem o governo militar que exploram com base na estrutura hegemônica. No século XXI, os fundos internacionais de investimento estão subjucando os povos e comunidades tradicionais em cooperação com gigantes empresariais locais. (...) Fazemos parte desse sistema, mesmo que vivamos a milhares de quilômetros do Brasil. Estamos satisfeitos com a carne brasileira barata que importamos, engordada por soja barata e geneticamente modificada. Construímos casas, estradas e carros com compostos metálicos, que são, por exemplo, promovidos pela guru da mineração Vale no Brasil. Os fundos de pensões dependem deste sistema econômico para que possamos usufruir da nossa aposentadoria no final da nossa vida ativa. Até agora, não foi possível obter o comprometimento da nossa economia com normas vinculativas em matéria de proteção ambiental e direitos humanos ao longo da cadeia de abastecimento. Isso tem que mudar urgentemente como comprovam os artigos desta edição (KoBra, 2019³⁷).

A noção de responsabilidade global que aqui se resgata, fundamentada no diálogo global-local, tem relação com a defesa do “patrimônio comum da humanidade”, definida por Boaventura de Sousa Santos como o conjunto de “lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade” (SANTOS, 2002a, p. 70).

Em resumo, além deste último, a atuação de caráter global das agências se evidencia a partir das ações mencionadas, em diferentes domínios locais – seja ao reconhecer a *expertise* das organizações parceiras e conectá-las entre si, favorecendo a multiplicação de experiências exitosas, muitas das vezes numa lógica de cooperação Sul-Sul; seja ao ampliar a visibilidade dos discursos e das práticas das organizações locais, possibilitando que comuniquem suas leituras, denúncias e acúmulos em espaços de grande relevância internacional; seja, além do mais, dando a conhecer outras iniciativas proeminentes, também elas de caráter global, a partir de afinidades temáticas, programáticas e de abordagem.

³⁷ Disponível em: <<https://www.kooperation-brasilien.org/pt-br/publicacoes-1/brasilicum/empresas-e-direitos-humanos-sob-o-bolsonarismo>> Acesso em: 05 de abril de 2020.

É necessário demarcar, no entanto, que não é só em termos de articulação, intercâmbio e incidência que o global opera localmente. O enfoque em temáticas como o desenvolvimento institucional e a eficiência das organizações, além de provocar mudanças e adaptações em termos de mobilização e gestão, contribuiu para a consolidação de uma nova institucionalidade administrativa e política das OSC brasileiras.

Muitos são os motivos que podem ser apontados para a crescente preocupação com a prestação de contas e a comprovação do impacto dos projetos apoiados pela cooperação não governamental. Acontece que, de certa forma, esse processo despoltizou as parcerias firmadas no contexto de combate à ditadura e reconstrução democrática, conferindo-lhes contornos técnicos antes não aplicados. A par da influência do sistema oficial de cooperação, da qual já se tratou, a diminuição do aporte de recursos públicos e individuais nos países de origem das agências, sobretudo a partir do final da década de 1990, evidenciou a necessidade de adotar processos de gestão cada vez mais criteriosos. Paralelamente, essa necessidade foi reforçada pela crescente posição crítica a respeito da atuação das agências e da sua efetividade na solução de problemas sociais e na promoção do desenvolvimento (INOUE, 1997, p. 13).

A maior profissionalização que foi exigida das agências eclesiais e as novas normas foram passadas para as agências do sul. (...) Existia uma série de dificuldades nas ONGD para descrição do avanço dos seus projetos. Conheciam-se bem as intenções dos programas, mas pouco sobre seus processos de implementação. Os parceiros, em geral, careciam, até então, da institucionalidade necessária para realizar tais tipos de relatórios técnicos e prestações de contas (PESSINA, 2012, p. 207).

É justamente na transição para os anos 2000 que se verifica, por parte das agências, um pragmatismo crescente, cultivado pela “tendência para o monitoramento mais sistemático dos resultados, mudanças nos formulários e nas orientações para elaboração de projetos, preocupação com a governança e exigência de avaliação externa” (PESSINA, 2012, p. 200).

Em 2016, a partir das demandas das suas parceiras europeias, o CAA-NM retomou um processo de organização das suas rotinas e ferramentas de monitoramento, com o objetivo de qualificá-las:

O contexto de crise política e econômica tem conduzido os financiadores a ser mais exigentes na prestação de contas e no monitoramento das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, precisamos ter um entendimento compartilhado institucionalmente sobre quais indicadores de resultados queremos adotar, independentemente dos indicadores específicos dos projetos (CAA-NM, 2016).

Essa retomada mobilizou a coordenação executiva, a equipe técnica e alguns colaboradores/as da equipe administrativa da entidade e provocou diagnósticos cuja amplitude se projeta além da formulação correta de objetivos, resultados e indicadores. As oficinas de

monitoramento revelaram dificuldades em termos de nivelamento conceitual, além de pouca incorporação de rotinas de monitoramento ao cotidiano de trabalho e certa confusão na definição de temas, áreas de atuação e públicos beneficiários (CAA-NM, 2016).

Incorporar, numa lógica própria, abordagens, instrumentos e conceitos distintos, propostos por diversos parceiros, a par da mediação necessária entre a dinâmica das demandas do público atendido e a rigidez das atividades que compõem os projetos, foram os principais desafios que se colocaram para o Centro naquele momento. “É importante que o CAA-NM construa e consolide seus próprios conceitos e que toda a equipe tenha consciência do que deve ser executado e monitorado” (CAA-NM, 2016).

O debate sobre o monitoramento e avaliação, aprofundado pela qualificação teórica e prática que se retomou em 2016, permanece vivo e atual. Atribuições, instrumentos, níveis e rotinas de monitoramento são temas constantes no cotidiano institucional do CAA-NM. Esta reflexão e qualificação permanentes são possíveis, já que a organização dispõe de colaboradores/as qualificados/as, além de recursos e ferramentas que permitem atender de forma crítica às exigências das AICD, incorporando seus procedimentos com um sentido institucional, que também contribua para alimentar a prática local.

Essa adaptabilidade e capacidade de resposta a um conjunto robusto de exigências em termos de elaboração de projetos, monitoramento e avaliação é cada vez mais preponderante para o estabelecimento de relações de cooperação não governamentais – e, logo, exclui organizações menores ou com menos capacidade de acionar recursos especializados. Não só “agendas mais facilmente mensuráveis com frequência significam a preferência por projetos cada vez mais apolíticos” (PESSINA, 2012, p. 187), como as agências tendem a manter suas parcerias com aquelas organizações que demonstrem capacidade de comunicar quantitativa e qualitativamente a relevância e os efeitos das ações promovidas, a eficácia e eficiência com que estas foram conduzidas e a sustentabilidade dos impactos provocados no âmbito dos projetos apoiados.

É claro que, no plano da análise crítica e do aprendizado coletivo, o monitoramento e a avaliação são elementos essenciais para qualquer organização ou movimento da sociedade civil, assim como para a manutenção de parcerias. Do mesmo modo, a utilização eficaz e eficiente de recursos, comprovada por processos transparentes de prestação de contas, é condição para a renovação do apoio e da confiança institucional – das agências, mas também dos Governos, entidades e indivíduos a que estas igualmente se reportam. Ainda assim, não é possível perder de vista que os modelos de gestão institucional e monitoramento são, além de ferramentas de desenvolvimento organizacional, instrumentos de controle formulados, apresentados e exigidos

pelas agências às suas parceiras locais. Se não se basearem em processos constantes de diálogo, podem tornar-se uma expressão de assimetria que não condiz com o caráter contra-hegemônico da cooperação não governamental.

Em tempos de crise financeira nas organizações locais, a adoção de práticas avaliativas pragmáticas incorre no risco de deslocar profissionais de uma ação intrínseca à missão institucional para tarefas administrativas ou de sistematização. Ao nível dos impactos locais dessas requisições, é importante considerar o prejuízo político que a incorporação engessada de ferramentas de avaliação pode causar às relações de cooperação não governamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os símbolos e significados atribuídos ao desenvolvimento, consoante a perspectiva a partir da qual se escolhe observar e descrever o fenômeno. Sinônimo, ou não, de crescimento, o que é certo é que reconhecê-lo como processo histórico confere ao desenvolvimento um caráter panorâmico, isto é, uma dimensão tão ampla quanto a sua capacidade de reconfiguração ao longo do tempo. Essa abordagem contribui para que melhor se compreendam os paradigmas e tendências que, no decorrer da História, se associaram ao conceito, imprimindo-se nas suas heranças sociais, econômicas e políticas.

Este trabalho partiu, desde o início, da associação entre desenvolvimento e globalização, considerando as configurações modernas do sistema-mundo como fatores explicativos da sua própria crise. Na perspectiva hegemônica, os princípios neoliberais parecem constituir as bases consensuais do desenvolvimento. A sociedade é cada vez mais global, sem que, no entanto, os avanços econômicos, técnicos e científicos contribuam efetivamente para alterar parâmetros de distribuição de renda e de poder extremamente desiguais. O mundo – mais avançado e conectado do que nunca – permanece dividido, simbólica e concretamente, entre centro e periferia.

As entregas questionáveis do projeto hegemônico de desenvolvimento produziram – igualmente ao longo da História – uma série de teorias e posicionamento críticos, assentes na permissão de que falar de desenvolvimento é mais do que falar simplesmente de progresso. Assim se constituem as teorias críticas sobre o desenvolvimento: questionadoras da universalização vertical do modelo ocidental, preocupadas com a desumanização das relações sociais no contexto do capitalismo global e revestidas de sentido de potencialidade, ou seja, orientadas para o que poderia ser. Muitos são os intelectuais, ativistas, organizações e movimentos sociais que edificaram sua atuação a partir da análise de que outra globalização, outro desenvolvimento – enfim, outro mundo – são possíveis.

Compreender o desenvolvimento enquanto processo histórico permite considerá-lo muito além do conceito, ponderando também a dimensão dialética da prática social, isto é, da ação humana e coletiva. Por este motivo, a distinção entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica, proposta por Boaventura de Sousa Santos, é tão importante, já que reconhece que, num mesmo momento histórico e mediante condições semelhantes, vários sentidos de globalização podem coexistir. De “cima para baixo” ou de “baixo para cima”, a

direção da globalização, como do desenvolvimento, é constantemente disputada, manifestando-se em redes, intercâmbios e coligações transnacionais das mais diversas.

Há muito que os Estados-nação não são a única variável considerada na arena das relações internacionais. A sociedade civil global está mais do que apenas emergindo. No campo da cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento, parcerias entre OSC de países centrais e OSC brasileiras – abertamente regidas por uma lógica questionadora das trocas desiguais típicas da cooperação oficial – foram, como se viu, determinantes para a reorganização da sociedade civil e, logo, para o processo de redemocratização do país.

A atuação das agências no Brasil, em alguns casos, remete a períodos anteriores, mas a década de 1980 é um marco muitíssimo importante para a análise do processo e do impacto das relações de cooperação não governamentais no país. Não por acaso, a década de 1980 é reconhecida historicamente como um relevante período de transição de paradigmas epistemológicos, os quais se refletiram em recursos organizativos e modos de mobilização igualmente novos para a sociedade civil brasileira.

As redes estabelecidas – histórica e estrategicamente – entre OSC brasileiras e AICD incorporam uma postura crítica ao projeto de desenvolvimento hegemônico, canalizando frequentemente sua atuação conjunta, quer para o combate aos efeitos negativos da globalização ao nível local, quer para a proposição e propagação de experiências alternativas. Assim se verifica nas conexões internacionais que o CAA-NM estabeleceu, desde a sua fundação, a partir da realidade local da região do norte de Minas.

A contra-hegemonia desse tipo de cooperação global expressa-se de diferentes formas. No bojo dos projetos que estas organizações executam em parceria, a dimensão da economia não se sobrepõe a outras. A valorização da dignidade humana e da capacidade de comunidades proporem e construir mudanças para a sua condição, são fundamentos compartilhados pelas três agências estudadas, apesar de suas origens religiosas e geográficas distintas. O fato de uma agência protestante validar os projetos de seus parceiros locais mediante a anuência de um bispo católico ou de outra agência, também protestante, se comunicar inspirada pela Teologia da Libertação, demonstra que a convergência de valores e objetivos se sobrepõe à dimensão missionária, que cumpriu um papel mais determinante em outros períodos históricos. Esse tipo de relação sugere um ecumenismo baseado na dignidade humana e na confiança em soluções propostas localmente. Daí resulta, pode afirmar-se, outra expressão da contra-hegemonia: se o protagonismo das organizações locais é um dos princípios que rege estas articulações globais, significa que o local não é visto, pelo menos ao nível do discurso, como hierarquicamente inferior. Nessas relações de parceria, a dignidade é vetor de desenvolvimento, e este tende a

revelar-se como um campo teórico e de experimentação que não responde ao caráter prescritivo do modelo de hegemônico.

A defesa de um projeto sociopolítico que se contrapõe ao que está posto traz consigo responsabilidades em termos de gestão, impacto e comunicação. A atuação das agências e suas partes é tão mais visada quanto maior é o seu protagonismo e sua postura crítica com relação ao projeto de desenvolvimento vigente. Além disso, precisam reportar-se a uma grande diversidade de doadores individuais, Governos e, em alguns casos, entidades privadas.

Embora a confiança seja um elemento fundamental para a constituição das relações de cooperação, há dimensões de controle e prestação de contas que não podem ser descuradas. Como se viu, a afirmação do projeto hegemônico de globalização motivou mudanças na lógica das relações globais, que transitaram da política à técnica e do conflito à interdependência. Essas alterações repercutiram na lógica da cooperação não governamental, sobretudo a partir do final da década de 1990. Assumiu-se que procedimentos mais criteriosos, padronizados e sistemáticos em termos de prestação de contas e monitoramento de projetos significariam resultados mais concretos e visíveis.

A importância política do desenvolvimento institucional e do monitoramento não se coloca em questão. Responsabilidade financeira, gestão eficaz e eficiente de recursos e transparência são acúmulos muito relevantes de várias OSC brasileiras – como é o caso do CAA-NM – e são condição essencial para a sua existência e sustentabilidade. Da incorporação bem-sucedida desses processos na dinâmica institucional resulta também seu reconhecimento e longevidade. Não se pode negar, ao mesmo tempo, que a inclusão de procedimentos de monitoramento e avaliação foi, de certa maneira, imposta pelas agências às suas parceiras locais, ainda que a adoção dessas metodologias tenha sido amplamente dialogada e revisitada ao longo do tempo.

Embora a leitura, a realidade e a capacidade institucional dos parceiros locais sejam consideradas, a relação de financiador-financiado implica em posições de poder que não devem ser minimizadas. Não é por acaso que a maioria das OSC brasileiras contemporâneas ao CAA-NM, ou que se situam no mesmo campo de atuação temática, possuem sistemas e calendários de PMA muitíssimo semelhantes. Rotinas, formulários, conceitos e mesmo agendas e pautas são importados e imprimem-se no cotidiano institucional das organizações locais em função da sua parceria com entidades estrangeiras.

A adoção de procedimentos de controle, prestação de contas e monitoramento não necessariamente é critério para resultados mais sólidos e visíveis. Deve sê-lo, porque disso depende também a efetividade da cooperação com relação aos seus fins, mas não o será se as

OSC não cultivarem a capacidade de utilizar as informações geradas por essas exigências para alimentar processos de avaliação e reposicionamento estratégico; nem se não forem – tanto as OSC, quanto as AICD – capazes de comunicar amplamente os impactos de sua atuação como forma de anúncio de um outro modelo de desenvolvimento e globalização.

A compreensão dos sentidos compartilhados neste tipo de aliança global-local foi fundamental para a realização deste trabalho. A este respeito, é possível afirmar que a cultura política cultivada nas relações de cooperação não governamental parece alicerçar-se em três categorias principais, que concentram os pressupostos de longa duração comuns às agências europeias e ao CAA-NM.

Em primeiro lugar, por parte das agências, uma opção óbvia pelo princípio da solidariedade global assente na crítica ao regime de acumulação e à configuração desigual do arranjo socioeconômico mundial. Essa orientação posiciona as AICD, de forma clara em seus materiais de apresentação, como agentes promotores de mudanças estruturais, amplas e de longo prazo, que estão além da caridade ou de ações de ajuda humanitária. De forma prática, essa dimensão revolucionária nem sempre se demonstra compatível com uma atuação regida e formatada por projetos, orçamentos e indicadores planejados para períodos de três anos.

A lógica da solidariedade e a do êxito são conflitantes e, frequentemente, requerem que se acionem habilidades de mediação entre as organizações cooperantes. Paralelamente, embora não haja dúvida de que agências e seus parceiros locais compartilhem valores, interpretações e propostas, talvez seja arriscado afirmar que o conjunto de doadores individuais europeus, que contribui com o financiamento de projetos no hemisfério sul, seja motivado por desejos de mudanças estruturais e não por sentimentos de caridade ou ajuda humanitária.

Em segundo lugar, a confiança como motor de identidade e reconhecimento entre organizações cuja base de atuação se localiza, não só em hemisférios, mas também em condições socioeconômicas, políticas e ambientais distintas. A desconstrução de posturas hierárquicas e a busca pela igualdade nas relações de cooperação situam a cooperação não governamental numa posição contrária à imposição de modelos. Não há dúvida de que as experiências e especificidades dos parceiros locais são, mais do que consideradas, comunicadas e compartilhadas globalmente, seja em processos de conscientização e incidência política, seja em atividades de intercâmbio.

A relação de confiança, no entanto, não é isenta de imposições. No âmbito local, essa condição pode significar, por exemplo, dar início a um trabalho específico com determinado público, não porque a demanda foi claramente identificada pela equipe da organização, mas porque a temática é considerada no processo de aprovação de novos projetos; ou, também a

título de exemplo, optar por incluir determinado indicador no plano de monitoramento de um projeto por ser mais simples de auferir e reportar, e não tanto pela riqueza das informações e avaliações que pode gerar ao longo do período de execução.

Em terceiro e último lugar, a adoção da incidência política como estratégia central para a concretização dos fins da cooperação não governamental. Compreende-se que pressupostos de longa duração intrinsecamente compartilhados, fortalecidos por relações de confiança e por impactos consideráveis, frutos da atuação conjunta, proporcionaram a consolidação de parcerias longas, algumas com mais de décadas.

Se, inicialmente, a redemocratização do país era o projeto político que reunia estes atores, posteriormente, os resultados proporcionados pela cooperação possibilitaram que as OSC protagonizassem processos riquíssimos de proposição e implementação de políticas públicas. Esse papel, como se referiu, gerou uma série de crises e reconfigurações na estrutura de organizações locais como o CAA-NM. Com os Governos do PT, as OSC foram reconhecidas como proponentes e executoras de políticas públicas, mas viveram a contradição de transitar de uma posição de oposição para ser “um braço do Estado”. Acontece, no entanto, que o legado da proposição política logrado pela sociedade civil organizada – apoiado e, de certa forma, viabilizado pelas AICD – não se consolidou para além da afinidade ideológica com Governos, sofrendo drásticos desmontes nos últimos quatro anos. Esta constatação suscita reflexões sobre as condições de sustentabilidade das OSC, bem como a sua dependência com relação à ajuda externa.

Para concluir, um olhar conjuntural se impõe. Não há dúvida de que o antagonismo entre os modelos hegemônico e contra-hegemônico de desenvolvimento se acirra no Brasil e no mundo. A globalização contemporânea permite que uma jovem ativista ambiental sueca provoque e inspire pessoas e líderes políticos ao redor do mundo e que lideranças indígenas façam uma jornada por mais de dez países da Europa, com o objetivo de denunciar as violências cometidas contra os povos originários no Brasil. Ao mesmo tempo, Donald Trump e Jair Bolsonaro realinham as políticas externas de seus países, negando o fenômeno das mudanças climáticas e promovendo claros retrocessos na área socioambiental, e a Alemanha se debate com a proliferação de ataques de extrema direita. Citam-se apenas exemplos de um sistema-mundo simultaneamente conectado e dividido.

No campo da cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento, o momento histórico, à semelhança do que foi a década de 1980, parece ser de revisão de paradigmas e de formas organizativas. A história dessas relações é marcada por

reconfigurações, que responderam a desafios conjunturais diversos. As parcerias são tão longas, quanto dinâmicas, e por esse motivo conseguiram sobreviver a desafios complexos.

No caso específico do Brasil, o contexto social e político requer que se revejam uma vez mais os pactos de cooperação. Jair Bolsonaro é avaliado, tanto pelas agências quanto por seus parceiros locais, como uma ameaça à democracia, o que transporta para a atualidade um antigo denominador comum: a defesa do regime democrático. De forma concreta, a atuação do Governo brasileiro deslegitima e procura impedir a atuação das OSC que, historicamente, são parceiras das AICD. As demandas atendidas por estes atores aumentam e agudizam-se, ao mesmo tempo que, localmente, as organizações brasileiras lidam com a redução de seus financiamentos e com a dificuldade de manutenção das suas equipes.

A retomada da pauta da democracia para o centro da arena da cooperação não governamental demonstrará o quanto o processo de burocratização e profissionalização dessas relações é incompatível, ou não, com a dimensão política e transformadora das alianças transnacionais. A mediação global-local demandada pela atualidade passa, necessariamente, pelo reposicionamento estratégico. É o equilíbrio entre a técnica e a política que manterá viva e necessária a opção pela contra-hegemonia no contexto da cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BAVA, Sívio Caccia. As ONGs e as Políticas Públicas na Construção do Estado Democrático. **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP, v. 118, nº 3, ano 45, 1994, pp. 97-100.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de Janeiro de 2019**. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm> Acesso em: 14 de julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019**. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm> Acesso em: 14 de julho de 2019.

CAA-NM. **Ata de fundação**, 1989.

CAA-NM. **Relato do Seminário Internacional: Desafios locais e globais para a Sociedade Civil**, 2015.

CAA-NM. **Relato das três etapas de Oficina de Monitoramento**, 2016.

CAA-NM. **Relatório de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA)**, 2017.

CAA-NM. **Estatuto Social do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas**, 2018.

CAA-NM. **Relatório de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA)**, 2018.

CAA-NM. **Relato da reunião geral de equipe do mês de maio**, 2019.

CAMPOLINA, Adriano. Novos paradigmas para a cooperação internacional. Brasil, América Latina e a Cooperação Internacional. **Le Monde Diplomatique**, Encarte Especial, 2011, pp. 09-10.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FILHO, João Silveira D'Angelis. **Políticas locais para o des-envolvimento no Norte de Minas**: uma análise das articulações local & supralocal. Dissertação, 128f. Programa de Pós-Graduação em Gestão em Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável. Universidad Católica de Temuco. Temuco, Chile, 2005. Orientadora: Prof.^a Cláudia Luz.

FLEIG, Daniel Gustavo. **Desenvolvimento, Participação e Gestão Social**: Análise Interpretativa da Gestão de uma Organização Não Governamental. Dissertação, 123f. Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2004. Orientador: Prof. Luís Carlos Ferreira de Sousa Oliveira.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cadernos CRH**, v. 21, nº 54, p. 439-455. Salvador: 2008.

HEKS. **Mission Statement**, 2003. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: fev. de 2020.

HEKS. **Our Values and Core Beliefs**, 2010. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: fev/mar. de 2020.

HEKS. **Annual Report**, 2018. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: jan/fev. de 2020.

HEKS. **Foundation Regulation**: Swiss Church Aid (HEKS/EPER), 2019. Disponível em: <<https://en.heks.ch/>> Acesso em: jan/fev. de 2020.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. Bases para um novo pacto de cooperação. **Cadernos ABONG**. Recife: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), nº 17, julho de 1997.

LYRA, Carla. **Ação política e autonomia**: a cooperação não-governamental para o desenvolvimento. São Paulo: Annablume; Terre des Hommes Suisse, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. In: SADER, Emir (org.); **Dialética da Dependência** – Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MISEREOR. **Sentido e finalidade da auditoria**, 2002.

MISEREOR. **A avaliação na cooperação para o desenvolvimento da MISEREOR e suas organizações parceiras**, 2017.

MISEREOR. **Com ira e ternura ao lado dos pobres**, 2010. Disponível em: <<https://www.misereor.org/>> Acesso em: jan/fev. de 2020.

PESSINA, Maria Elisa Huber. **O ideário de desenvolvimento pós 1990 e as mudanças na cooperação internacional não governamental**: entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. Dissertação, 255f. Programa de Pós-Graduação em Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elsa Sousa Kraychete.

POELHEKKE, Fabio. Um olhar sobre as agências. **Cadernos ABONG**. Recife: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), nº 13, maio de 1996.

PPM. **Guia rápido de orientação prática para elaboração de indicadores**, 2015.

PPM. **Carta a parceiros da equipe para o Brasil na PPM**, 2018.

PPM. **Pela dignidade humana**, 2019. Disponível em: <<https://www.misereor.org/>> Acesso em: jan/fev. de 2020.

RIBEIRO, Vera Massagão. Alô, alô, Brasil com W. Brasil, América Latina e a Cooperação Internacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Encarte Especial, 2011, p. 03 - 04.

RIST, Gilbert. **The History of Development**: from western origins to global faith. 3.^a edição. Londres: Zed Books, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7.^a edição. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2.^a edição. São Paulo: Cortez, 2002a.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6.^a edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Tacilla da Costa e Sá Siqueira. **Entre o Norte e o Sul**: um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil brasileira na cooperação internacional para o desenvolvimento. Tese, 322f. Programa de Pós Graduação em Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Orientador: Prof. Dr. Carlos R. S. Milani.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHETH, D. L. **Micromovimentos na Índia**: para uma nova política de democracia participativa. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SORJ, Bernardo. **Sociedade civil e política no Brasil**. In: OLIVEIRA, Miguel Darcy de; SORJ, Bernardo (eds.). **Seminário Sociedade civil e democracia na América Latina**: crise e reinvenção política. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2006, pp. 59-72.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção**: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003.

VALENTE, Renata Curcio. **A GTZ no Brasil**: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.